

AVALIAÇÃO RÁPIDA DE IMPACTO SOCIOECONÓMICO

COVID-19 PCNA+
FASE 1

COVID-19 PCNA+ FASE 1

AVALIAÇÃO RÁPIDA DE IMPACTO SOCIOECONÓMICO



AVALIAÇÃO RÁPIDA DE IMPACTO SOCIOECONÓMICO

**COVID-19 PCNA+
FASE 1**

RESUMO

04 | ABREVIATURAS

06 | INTRODUÇÃO

10 | METODOLOGIA

15 | INFORMAÇÕES
CHAVES

21 | ANÁLISE DO
CONTEXTO

25 | EFEITO E IMPACTO
DA COVID-19

Pilar 1: Economia	26
Mercados e Crescimento	26
Micro, Pequenas e Médias Empresas	29
Comércio (Externo), Investimento direto estrangeiro, e cadeias de valor globais	32
Finanças	34
Emprego e Rendimento	36
Setor Informal	39

Pilar 2: Social **41**

Saúde	41
Educação	45
Proteção Infantil	48
Pobreza e Desigualdades	51
Proteção Social	53
Género	56
Segurança Alimentar e Nutricional	59

Pilar 3: Meio ambiente **61**

Água e mudanças climáticas	61
Energia	63
Gestão de resíduos	65
Crescimento urbano, uso do solo e assentamentos informais	68

Pilar 4: Governança **71**

Instituições Públicas e Administração	71
Segurança	72
Justiça e Direitos Humanos	75

80 | CONCLUSÕES E
RECOMENDAÇÕES
PRELIMINARES

Fase de Mitigação: Saúde e Proteção Social e Resposta Económica	81
Fases de Reestruturação e Recuperação Resiliente: Reestruturação de Empresas e Setores, Reforço do Sistema de Saúde e Promoção do Crescimento Sustentável	83

*Capa: Foto cedida pela FAO Cabo Verde

ABREVIATURAS

ANAS Agência Nacional de Água e Saneamento

ARAP Agência de Regulação de Aquisições Públicas

BBB BuildBackBetter ('reconstruir melhor')

BCV Banco de Cabo Verde (Cabo Verde Central Bank)

BM Banco Mundial

CPN Consultas pré-natais

CRNA COVID-19 Recovery Needs Assessment (Avaliação de Necessidade para recuperação)

CSU Cadastro Social Único

ICCA Instituto Cabo-verdiano da Criança e do Adolescente

IDE Investimento Direto Estrangeiro

IDSR Inquérito Demográfico e de Saúde Reprodutiva

INE Instituto Nacional de Estatística

INFF Integrated National Financing Framework (Quadro Nacional Integrado de Financiamento)

INPS Instituto Nacional de Previdência Social

MIC Middle-Income Countries (Países de Renda Media)

MF Ministério das Finanças

MPME Micro, Pequenas e Medias empresas

NPL Non-Performing Loan (empréstimo não reembolsado)

PEDS Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável

PEE Plano Estratégico de Educação

SIDS Small Island Development States (Pequenos Estados Insulares em desenvolvimento)

NOSI Núcleo Operacional do Sistema de Informação

ODS Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

OIT Organização Internacional do Trabalho

OMS Organização Mundial da Saúde

OR Orçamento Retificativo

PIB Produto Interno Bruto

PCNA Post Crisis Needs Assessment

PMD Países Menos Desenvolvidos

PNSE Programa Nacional para a Sustentabilidade Energética

PNUD Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

POOC Planos de Ordenamento da Orlas Costeiras

PPC Paridade Poder de Compra

PPP Parcerias Público-Privadas

REMPE Regime Específico das Pequenas Empresas

RSI Rendimento Social de Inclusão

RSO Rendimento Solidário

SEIA Socioeconomic Impact Assessment (Avaliação de Impacto Socioeconómico)

SIJ Sistema de Informação da Justiça

SOE State Owned Enterprises (empresas públicas)

UE União Europeia

UNDAF United Nations Development Assistance Framework

UPI Unidades de Produção Informais

VBG violência baseada no género

Introdução

A pandemia da COVID-19 desencadeou um conjunto de choques em todo o mundo. Porém, os seus efeitos e impactos não se fazem sentir de maneira uniforme, nem geograficamente nem socialmente entre as populações e regiões mais vulneráveis.

Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (SIDS) como Cabo Verde são especialmente vulneráveis a choques externos. Com uma base de recursos muito limitada – que inibe a prática da agricultura, manufatura e indústria em grande escala – o país depende fortemente do setor dos serviços, em especial do comércio externo e do turismo, sendo altamente dependente da importação de bens.

Nesse contexto, os efeitos negativos de uma pandemia como a COVID-19 que interrompe radicalmente as ligações internacionais são mais fortes. No caso de Cabo Verde, a situação é também exacerbada pelas mudanças climáticas e pela propensão a desastres naturais, especialmente secas e erupções vulcânicas que comprometem adicionalmente a produtividade agrícola, que por si só já é precária, afetando a segurança alimentar.

As autoridades nacionais reagiram rapidamente numa fase muito inicial do surto da COVID-19 para conter e mitigar o impacto da pandemia na saúde pública. Inicialmente, o governo impôs quarentenas de duas semanas aos indivíduos que regressavam de fora do país, bem como dos suspeitos de terem contraído o vírus. Após a notificação do primeiro caso a 21 de março e o primeiro óbito por COVID-19 a 24 de março, foram adotadas medidas rígidas de contenção, incluindo o encerramento das fronteiras internacionais de transporte aéreo e marítimo. Foi declarado o estado de emergência para reforçar as medidas de contenção em vigor, com restrições nos transportes inter-ilhas. As medidas de mitigação incluíram o encerramento de todos os serviços e atividades não essenciais, o cancelamento de grandes eventos e o encerramento das escolas (públicas e privadas), afetando as oportunidades de educação das crianças num país com acesso limitado às novas tecnologias e conectividade digital. Apesar destes esforços, o número de casos continuou a aumentar. As autoridades estão a seguir diariamente a situação de forma a conter os seus efeitos, embora as trajetórias de contágio continuem ascendentes.

Os impactos são multissetoriais, passando de uma emergência de saúde para impactos económicos, humanos e ambientais. Este documento explora estes efeitos com base em informações disponíveis no momento da análise. A maioria destes impactos estão fora do controle direto do país, devido à elevada vulnerabilidade a eventos externos. O grau de abertura económica do país faz com que as restrições à mobilidade impostas pela pandemia representem um risco mais elevado, em comparação com países com menor dependência do exterior.

Como se pode depreender, os efeitos económicos manifestaram-se principalmente na redução do fluxo turístico, na queda das receitas de transporte aéreo e, na contração, dos

fluxos económicos, nomeadamente nas remessas dos emigrantes, assim como as receitas das importações. Acresce ainda o risco da redução do investimento direto estrangeiro (IDE), visto que os principais parceiros também estão a sofrer uma recessão global causada pela pandemia.

Dado que a pandemia ainda é uma realidade e, conseqüentemente, os seus efeitos estão em curso, diversas modificações em variáveis a nível nacional, regional e global permanecem desconhecidas ou sujeitas a alterações. Prever as repercussões necessárias em todas as áreas temáticas acima mencionadas seria, nesta altura, bastante prematuro. No entanto, é razoável sugerir que muitas das premissas subjacentes que suportam a formulação ou revisão de documentos estratégicos importantes como a Ambição 2030, o Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável (PEDS), o UNDAF 2018-21 e o Roteiro dos ODS (incluindo os aceleradores e INFF), etc., exigirão uma recalibração e uma redefinição devido a mudança das realidades globais.

De realçar que o Governo realizou um extenso processo de consulta nacional que servirá como base para o desenvolvimento da Ambição 2030. Na sequência, será elaborado o documento referencial que orientará a estratégia de desenvolvimento sustentável de Cabo Verde nos próximos dez anos. Este plano diretor incluirá uma visão para a estabilização imediata e a promoção da economia como estratégia de recuperação que leva à estratégia de médio e longo prazo. Um novo conjunto de desafios deve ser considerado com base nos impactos da pandemia em termos de desempenho económico e desenvolvimento humano.

A pandemia está a expor o peso das desigualdades, desafios estruturais e geográficos do país. Preocupações com a perda de empregos, a sustentabilidade dos meios de subsistência e a proteção social são fundamentais para lidar com os impactos da crise. Isso revela a necessidade premente de revisão das políticas de proteção social existentes, abrindo assim a possibilidade não apenas de mitigar o impacto da epidemia nas camadas sociais mais vulneráveis - mulheres, crianças, idosos e grupos com alguma privação de liberdade, pessoas com deficiência e migrantes, como também para a sociedade em geral.

A crise da COVID-19 tem impacto negativo na vida de todos, mas não podemos descurar a desproporcionalidade deste impacto em certas camadas da sociedade. Grupos que sofrem de alguma forma de marginalização ou discriminação, seja ela com base no rendimento, local de residência, raça, etnia, religião, orientação sexual, identidade de género entre outros, são os mais afetados. De entre as pessoas que podem ser incluídas nesses grupos encontram-se pessoas com deficiência, idosos, pessoas que vivem em assentamentos informais, mulheres, migrantes e detidos.

Apesar da natureza evolutiva da situação, o governo de Cabo Verde, as Nações Unidas e os seus parceiros começaram a preparar e a antecipar as fases de recuperação e estabilização.

O propósito central é o de 'reconstruir melhor' (BuildBackBetter, no seu acrónimo BBB), ou como está a ser cada vez mais veiculado em todo o mundo, adaptar a um "novo normal", e "Construir para frente" sendo o desiderato último aperfeiçoar as capacidades de Cabo Verde de suportar futuros choques sistémicos globais.

Para tanto, é mister a combinação de prioridades estratégicas revisadas, bem como o recurso a fontes correspondentes de financiamento sustentável. Para fundamentar estes processos de planeamento, foi realizada uma avaliação preliminar do impacto e necessidades oriundas da pandemia, concebida como a primeira fase de uma Avaliação de Necessidades Pós-Crise (PCNA+), um levantamento mais detalhado que se seguirá.

Como a pandemia está em curso, torna-se pertinente uma avaliação de impacto mais abrangente, o que precisa de diagnóstico mais sofisticado, que não foi possível num primeiro momento. Importa dar continuidade ao processo que fornecerá mais informação para recomendações estratégicas a mais longo prazo.

Por ora, esta rápida avaliação de impacto socioeconómico com dados analisados até julho de 2020 é a conclusão da primeira fase do processo PCNA. O objetivo é proporcionar uma melhor compreensão do contexto do país na fase pré-COVID-19 e igualmente fornecer alguns dados preliminares sobre o impacto da COVID-19. Essas conclusões preliminares têm por base os dados disponíveis a data, porém, com a salvaguarda de que a situação da pandemia continua em evolução acentuada tanto a nível nacional como regional e global. As conclusões estão agrupadas em quatro pilares: Económico, Social, Ambiental e Governança.

Metodologia

O PCNA + baseia-se na estrutura e na metodologia estabelecidas de avaliação de necessidades pós-desastre (PDNAs), adaptadas a uma crise de saúde como é esta pandemia da COVID-19. Com base na declaração conjunta de 2008 a UE, o Banco Mundial e o Sistema das Nações Unidas comprometeram-se a colaborar e desenvolver uma abordagem comum para as avaliações de necessidades pós-crise e a proceder ao planeamento da recuperação. Para o presente contexto (pandemia da COVID-19) diretrizes especiais foram acordadas. A experiência sugere que as avaliações conjuntas, quando efetivamente projetadas, são uma abordagem eficiente para fornecer uma resposta unificada às situações pós-crise. Juntamente com o PDNA Recovery Framework (PDNA / RF), esta abordagem procura harmonizar a avaliação, analisar e priorizar as necessidades das partes interessadas (agências e programas das Nações Unidas, Banco Mundial, doadores, organizações não-governamentais) em apoiar o governo nacional.

A metodologia partilhada subjacente a estas avaliações tem como objetivo consolidar os dados e as informações num único relatório, avaliar os danos e as perdas, bem como avaliar os impactos humanos e as necessidades e prioridades emergentes da recuperação a curto e longo prazos. Toda a abordagem do PCNA está incorporada no processo de planeamento estratégico Ambição 2030 do governo e oferece uma estrutura/quadro abrangente para todas as avaliações sobre a resposta COVID-19 conduzidas pelo Governo, as Nações Unidas, e o Banco Mundial.

Esta primeira versão foi realizada com recurso aos dados e análises existentes nesta fase. Apresenta igualmente recomendações preliminares tendo como base as informações disponíveis. Esta primeira versão será atualizada constantemente desde que novas análises de dados sejam feitas e novas pesquisas e estudos emergjam. Estas devem ser capazes de fornecer soluções políticas refinadas tendo em vista a recuperação e o desenvolvimento sustentável.

Este exercício de avaliação procura adotar uma visão abrangente e holística, cobrindo os setores e temas transversais divididos em quatro pilares: económico, social, ambiental e governação. Além disso, esta abordagem abrangente será aplicada a todos os territórios de Cabo Verde e às suas ligações transfronteiriças a nível regional e global, seja através da diáspora, comércio, fluxos financeiros, turismo, etc.

Caixa 1

Breve descrição do processo COVID-19 CRNA (Recovery Needs Assessment Guide)

A metodologia procura ser rápida, leve e alcançável dentro de um período de 3-4 semanas. Construída em torno das seguintes 5 etapas:

Etapa 1

Estabelecer uma linha de base. Examinar o contexto financeiro, econômico, social, cultural e de governança pré-pandemia para servir como uma linha de base para comparar com as condições pós-pandêmicas. Essas informações incluem dados setoriais e informações sobre os principais indicadores de desenvolvimento do país, quais sejam níveis de pobreza, indicadores de desenvolvimento humano, estado da segurança alimentar, indicadores da desigualdade de gênero, desigualdades espaciais e horizontais, exclusão social, violações dos direitos da criança e grupos vulneráveis e capacidades de preparação para este e outros tipos de emergências.

Etapa 2

Avaliação dos efeitos, incluindo a estimativa das perdas. Avaliação da forma como todos os setores e grupos vulneráveis estão a ser afetados pela pandemia. Inclui uma avaliação qualitativa e quantitativa dos efeitos nos setores econômicos. Inclui igualmente a avaliação dos efeitos nos vários grupos vulneráveis, com ênfase para os seus meios de subsistência: rendimento, nomeadamente, acesso alimentar, assistência médica, educação, água e saneamento, pacotes de assistência social, etc.; subsídios de apoio do governo e de outras partes interessadas. A avaliação dos efeitos deve incluir uma estimativa das perdas econômicas (perdas de receita, aumento dos custos de produção) para os setores produtivos e de infraestrutura, como agricultura, turismo, indústria, transporte, etc., e a identificação do aumento de despesas devido à COVID-19 para os setores sociais (saúde, educação), bem como a perda de rendimento para as famílias devido ao confinamento. Quando for necessário, para simplificar a metodologia, realiza-se de uma estimativa quantitativa das perdas só pode ser feita para os setores produtivos da economia e através da narrativa para os outros setores descrevendo as perdas sofridas pelo setor. Também serão analisadas as questões intersectoriais, como mudanças no emprego e nos meios de subsistência, proteção social e direitos humanos, gênero, governança e meio ambiente. As medidas governamentais implementadas em resposta à COVID-19, assim como as intervenções da segurança social, os pacotes de incentivos e estímulos aos negócios e as suas distribuições entre regiões e grupos também serão incluídas.

Etapa 3

Avaliação do impacto. Usar as informações fornecidas para avaliar o impacto da pandemia na economia e o impacto social nas famílias. O impacto macroeconômico deve incluir uma análise do impacto das medidas de confinamento na macroeconomia (receitas, despesas, recursos fiscais do país, balança de pagamentos, importações e exportações, crescimento do PIB e as implicações gerais nos empréstimos externos e no apoio à balança de pagamentos) e o impacto social nas seguintes cinco áreas: 1) rendimento 2) condições de vida, 3) segurança alimentar e nutricional, 4) inclusão social e 5) igualdade de gênero. Também providenciar uma análise dos mecanismos de defesa dos grupos vulneráveis. Quando se propiciar relevante, também deve examinar as causas e os fatores determinantes do conflito, conforme informado por uma análise de conflito. Também devem ser identificadas as fontes das fragilidades e potenciais pontes para a construção da paz / coesão social, juntamente com suas implicações no planeamento de recuperação.

Etapa 4

Estimar as necessidades de recuperação: As necessidades serão extraídas dos efeitos e impactos descritos nas etapas 2 e 3. As intervenções respondem diretamente ao surto de COVID-19 e são identificadas em termos de necessidades a curto, médio e longo prazo e por setor. As necessidades de recuperação visam os grupos mais vulneráveis, melhorando o acesso a todos os serviços (educação, saúde, proteção social, etc.).

Etapa 5

Estratégia de recuperação. A etapa final da avaliação consiste no desenvolvimento de uma breve estratégia de recuperação, com recomendações de política a curto, médio e longo prazos, com algumas orientações sobre as modalidades de implementação e modalidades de prestação de contas.

A **metodologia** utilizada para o PCNA+ é uma adaptação da metodologia apresentada na caixa 1, com algumas variações de forma a ter em conta o escopo e a escala da crise. Esta adaptação reflete a necessidade de levar em consideração fatores endógenos (local e nacional) e exógenos (regionais e globais). A avaliação adota uma abordagem de rastreamento do processo, o que significa que é dinâmica e faseada, não apenas focando na situação do momento do diagnóstico como uma realidade instantânea e estática, mas enfatizando as tendências e cenários da recuperação incipiente com base em uma compreensão completa da situação anterior a crise.

Ao proceder desta forma, será possível fazer uma **abordagem dinâmica e com diversas fases** o que produzirá descobertas e insights a curto, médio e longo prazos para orientar as ações urgentes do Governo, mantendo a perspectiva de uma análise abrangente que formará a base para uma compreensão do pós-COVID-19 - “novo normal”. Este último deve ser entendido como uma realidade socioeconômica emergente, na qual todos os atores são forçados a considerar as consequências de uma pandemia que precipitou medidas de resposta sem precedentes e destabilizou gravemente o sistema econômico global. O equilíbrio entre essa abordagem abrangente e as restrições que o processo enfrentará em termos de tempo, limitações em viagens e trabalho de campo etc. será assegurado por uma primeira priorização determinada durante a fase de preparação, juntamente com o governo nacional. As fases serão interdependentes e projetadas como uma sequência para uma avaliação final, integrando as diferentes dimensões de um novo caminho em direção aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Neste sentido, esta **avaliação rápida do impacto socioeconômico** representa o culminar da primeira fase do processo PCNA+. Após um amplo processo de consulta tendo em vista o esboço inicial e o desenho da pesquisa, o processo de recolha de dados foi liderado por várias equipes de diversos setores compostas por especialistas do Governo e das Nações Unidas bem como do Banco Mundial, nas suas respetivas áreas. As equipas dos setores lideraram o processo de recolha de dados para cada área identificada nos quatro setores. Para avaliar o impacto da COVID-19, as equipas procuraram estabelecer uma linha de base pré-COVID-19, recolher dados e estatísticas sobre as várias formas de impacto geradas pela COVID-19, oferecendo uma avaliação preliminar das necessidades de forma a minimizar os impactos criados e identificar as respostas / estratégias políticas em vigor com o intuito de mitigar os efeitos da COVID-19 e como este processo de recuperação pode ser fortalecido (as estratégias definidas antes e durante a crise foram levadas em consideração).

Em virtude das dificuldades inerentes ao processo de recolha, processamento e análise dos dados relevantes em todos os setores num curto espaço de tempo bem como aos desafios inerentes a uma situação em constante evolução e às limitações de capacidade do Instituto Nacional de Estatística (INE) em monitorizar os indicadores nas diversas áreas, esta fase de avaliação adota uma abordagem pragmática, concentrando-se nas informações já disponíveis.

Sempre que possível, o PCNA+ baseia-se em indicadores e estatísticas utilizados pelo INE antes da crise, embora complementando-as com fontes de dados de nível regional e global e também administrativas. Consistentes com a abordagem faseada e dinâmica, novas pesquisas e análises serão conduzidas pelas equipas dos respetivos setores e pelos especialistas correspondentes, à medida que novas informações e fontes de dados fiquem disponíveis. Embora este relatório da Avaliação de Impacto Socioeconómico (SEIA, sigla em inglês) ofereça algumas conclusões e recomendações preliminares, é necessária uma análise mais aprofundada para consolidar um conjunto de recomendações e respostas políticas, particularmente sobre as medidas a médio e longo prazos a serem adotadas nos próximos exercícios estruturantes e estratégicos para atender à Ambição 2030 de Cabo Verde.

Informações Chaves

3



Os efeitos económicos externos da crise em Cabo Verde manifestaram-se principalmente nas reduções dos fluxos turísticos, contração no IDE e das remessas dos imigrantes, assim como um forte impacto na deterioração das contas públicas. O IDE será reduzido devido ao atraso ou cancelamento dos projetos de investimento privado planeados. As remessas, que representam 9% do PIB, também diminuirão devido à desaceleração económica que está afetando a maioria dos países da diáspora. A nível interno, as medidas de contenção e mitigação da pandemia, agravarão ainda mais as interrupções da oferta doméstica, e em simultâneo a contração da demanda, e por sua vez, impactarão as contas públicas com a redução das receitas e aumento das despesas sociais.

Além disso, a redução da comercialização de mercadorias e serviços, e a forte queda nas receitas do turismo, culminarão em impactos negativos significativos no crescimento económico, emprego, rendimento familiar e segurança alimentar. A pandemia interrompeu a consolidação fiscal e orçamental, o declínio da dívida pública e a redução da pobreza a curto prazo. As projeções mundiais atuais parecem indicar que a recuperação será na forma de uma crise em “U”, indicando um processo mais lento e prolongado, em oposição a uma recuperação pós-crise clássica em “V”, com um rápido retorno a níveis pré-crise. Nesse contexto, serão necessárias medidas tradicionais de estímulo fiscal e alívio da dívida.

Os impactos socioeconómicos serão sentidos principalmente por mulheres que geralmente ganham menos e por isso economizam menos e mantêm empregos precários ou vivem no limiar da pobreza. Além disso, sofrerão com queda nos serviços de saúde não ligados a COVID-19, como a saúde materna e infantil e a saúde sexual e reprodutiva. O período de quarentena também significou para muitas delas um aumento no trabalho doméstico não remunerado e, em alguns casos no aumento na violência com base no género (VBG).

A crise produzirá um aumento da pobreza, aprofundando as vulnerabilidades existentes e reforçará as desigualdades. Prevê-se que a pobreza aumente de 30,3% para 31,3%, considerando a linha nacional de pobreza de 5,5 US \$ PPP/dia. Os empresários e trabalhadores informais sofrerão reduções nos seus rendimentos, com a perda do emprego e oportunidades de negócios.

A pobreza não monetária também poderá aumentar, devido ao acesso limitado a serviços de saúde que não sejam ligados a COVID-19. Dados preliminares dão conta que houve uma redução de -90% dos pacientes com patologias crônicas e graves no principal hospital do país no período do estado de emergência; as aulas presenciais foram interrompidas no dia 23 de Março, o que consubstancia prejuízos a nível da educação; e contração do espaço fiscal (orçamento revisado para 2020 aumentou 2,7%), o que limita o investimento público em muitos setores.

Economia

De acordo com as projeções do Ministério das Finanças, o PIB deverá **contrair entre 8,5% a 11% em 2020**, seguido de uma lenta recuperação em 2021 (+ 4,5%). Esta contração tem como principais causas o choque na procura e oferta do **turismo** (25% do PIB, queda de 60% projetada tanto na procura como nas receitas em 2020); queda nos **investimentos diretos estrangeiros** (queda de -30% no nível regional) e queda nas **remessas** (9% do PIB, -23,1% projetados no nível regional). Aliada às referidas causas, encontram-se as demais condições internas advenientes da quarentena e das medidas de distanciamento social, situação que diminuiu a demanda por bens e serviços.

A situação descrita no parágrafo acima fará com que o mercado de trabalho **perca cerca de 19.800 empregos** (sendo 52,6% mulheres) e o desemprego atinja 19,2%. O setor informal (respondendo por 56,3% dos empregos perdidos) também foi muito afetado pelo encerramento de fronteiras, bloqueio, distanciamento social e novos padrões de produção, comercialização e consumo, além de ser menos resiliente a choques.

As mulheres, de forma geral, por terem rendimentos mais baixos do que os homens, estão a ser especialmente afetadas. Além disso, por terem os seus empregos concentrados em serviços e setores informais, por prestarem cuidados não remunerados e serem empregadas domésticas, as suas situações agravam-se, se comparada com a dos homens. Os jovens, com empregos mais frágeis ou informais e mais necessidade de ensino superior e formação profissional, também serão afetados pelo agravamento das perspetivas socioeconómicas de curto e longo prazo em caso de ausência de uma agenda estrutural para a economia.

O sistema financeiro encontra-se estável, com os bancos a apresentarem um nível adequado de capitalização. A liquidez do setor bancário não corre risco imediato, embora os empréstimos vencidos (11,2% em 2019) possam aumentar principalmente em 2021, pelo fim das moratórias de crédito, fato que deve ser bem monitorado pelas autoridades monetárias. O crédito à economia deveria crescer num 3,3%, mas deveria financiar parte do fundo de manuseio das empresas, dado o contexto atual. A estrutura deste crédito, utilizado para solucionar problemas de tesouraria e não para investir pode ter consequências negativas a medio e longo prazo sobre o desenvolvimento económico.

Social

Em julho 2020 assistimos a mais de 2,354 casos confirmados de COVID-19 no país. Destes, 51% dos afetados são pessoas do sexo feminino e 55% são pessoas com idade compreendida entre 20 e 40 anos. Não obstante essa situação, a procura por serviços de saúde reduziu (redução de 90% na procura de pacientes com patologias crônicas e graves no principal hospital da capital).

O acesso a serviços de saúde não vinculados à COVID-19, nomeadamente, a **saúde infantil e materna e saúde sexual e reprodutiva**, bem como malária e HIV, diminuíram drasticamente, principalmente devido a choques do lado da procura.

As medidas de confinamento e distanciamento social podem ter um impacto negativo importante sobre a **saúde mental**, especialmente nos jovens e idosos.

O acesso aos serviços de cuidados e tratamentos das dependências e transtornos por Uso de Substâncias Psicoativas (Álcool e outras drogas) ficou, significativamente, limitado. Também, o processo de recuperação das pessoas internadas nos centros de tratamento nomeadamente comunidades terapêuticas tornou-se mais difícil, devido a limitação de terapias de grupo.

É provável que o **uso do álcool e de outras drogas**, bem como o uso de tabaco, tenha aumentado durante o período de confinamento.

As **aulas presenciais foram suspensas a partir de 23 de março**, e cerca de 17.108 crianças de 4 a 5 anos (pré-escolar) tiveram as atividades suspensas e 110.829 alunos do ensino básico e secundário tiveram que acompanhar as aulas pela rádio, televisão e Internet. Esta situação levou ao aumento das desigualdades no acesso à educação, especialmente em **áreas com baixa cobertura da televisão/ internet e zonas sombra**, como por exemplo, em algumas partes de Santo Antão, Santiago e do Fogo.

Os efeitos indiretos das medidas de combate à pandemia refletem-se nas realidades sociais e económicas das famílias, com impactos a curto, médio e longo prazos, especialmente nas **crianças**, com efeitos profundos no direito ao bem-estar, saúde, desenvolvimento, educação e proteção.

Segurança alimentar

Cabo Verde é um dos 34 países que **precisam de ajuda externa para suprir necessidades alimentares** e um dos países que estarão em um **estado de insegurança alimentar localizada grave** no contexto da COVID-19, devido ao fato de ter tido fracos anos agrícolas desde 2017¹.

Os dados do segundo trimestre de 2020 mostram que a garantia para o **fornecimento de cereais é regular e estável**, com um período médio de cobertura de 3,5 meses, excedendo o período mínimo para garantir o suprimento de alimentos, que é de 3 meses. No que diz respeito à oferta de **vegetais nos mercados nacionais**, a situação também é considerada **estável**.

Um benefício em espécie, que consiste numa **cesta de alimentos**, destinada às famílias em extrema pobreza e com crianças em risco de alimentos, foi entregue a 22.500 famílias nos últimos três meses, e a medida foi estendida até o final do ano.

1 FAO, Segunda edição do relatório sobre Perspetivas de Culturas e Situação Alimentar, julho 2020

Em termos de **acesso à água**, em virtude dos três anos consecutivos de seca, vários riscos estão a surgir, nomeadamente, a redução nos níveis de produção, armazenamento e distribuição; aumento nos custos dos fatores; aumento dos níveis de perdas, roubo e sabotagem; diminuição na cobrança de receitas; exaustão e colapso de equipamentos ou molas; salinização de poços; e infeção de sistemas de água.

Meio Ambiente

A atual crise na saúde também provocou impactos adversos no **meio ambiente**, dado as maiores quantidades de **resíduos médicos perigosos** (máscaras, aventais, luvas, produtos farmacêuticos, dispositivos médicos, equipamentos elétricos e eletrónicos), mas também outros que advém do aumento das **águas residuais** que podem acabar nas águas subterrâneas e no mar. O uso maciço de **detergentes**, desinfetantes e soluções antimicrobianas também pode levar a consequências nefastas para o meio ambiente.

Governança

A continuidade do trabalho da **administração pública, do Parlamento e do sistema judicial** foi afetada, em parte devido à limitação da capacidade da infraestrutura da Internet em algumas áreas com pouca cobertura, por outro lado pela não preparação dos serviços para o trabalho à distância (inclusive para apetrechar os trabalhadores de equipamentos que permitam estar em teletrabalho).

O Parlamento tem respondido unicamente à legislação necessária mais urgente. E a suspensão do funcionamento normal do sistema judicial - os tribunais estavam a funcionar apenas em casos de urgência - terá impacto nos negócios e nos direitos dos cidadãos à justiça.

As **instituições de controlo interno e externo** tiveram que limitar as suas atividades aos casos mais urgentes.

A organização de eleições e campanhas eleitorais (municipal 2020, presidencial de 2021) será bastante afetada, dificultando aos atores políticos o esclarecimento dos programas eleitorais aos eleitores. Esta situação poderá, por sua vez, influenciar a participação eleitoral dos cidadãos.

Os registos da Polícia Judiciária mostram um aumento nas ocorrências criminais, em comparação com o período de 20 de março a 30 de maio do ano transato.

As lacunas deixadas pelas **forças de segurança** - que sofreram vários casos da COVID-19 entre as suas fileiras e tiveram que lidar com novas prioridades - na abordagem do crime de maneira mais geral, associada à vulnerabilidade do país ao tráfico ilícito e ao crime organizado, afetaram a aplicação da lei.

O acesso à justiça foi significativamente condicionado no contexto da pandemia. Houve uma

queda notável na produtividade da justiça em relação ao mesmo período do ano passado, devido às limitações na realização de investigações. Cerca de 424 julgamentos foram adiados nesse período e muitos casos ainda não foram decididos.

A proteção geral dos direitos sociais e económicos devido à pandemia da COVID-19 continua a ser uma preocupação dos direitos humanos. Certos grupos, incluindo mulheres e crianças em risco de violência e prisioneiros, são fortemente afetados por essas mudanças. Operações judiciais reduzidas também podem resultar em detenção prolongada de detidos antes do julgamento ou de prisioneiros elegíveis para uma libertação antecipada².

Análise do Contexto

4



2 UNODC & UNDP, Guidance Note “Ensuring Access to Justice in the Context of COVID-19”, May 2020

O desenvolvimento de Cabo Verde está intrinsecamente ligado à globalização, tornando-o particularmente vulnerável a ruturas em tempos de crise. Tal processo ocorre, na medida em que o país, desde a sua descoberta, passou a funcionar como um entreposto comercial. Além disso, as limitadas dotações de fatores de produção fazem com que a economia altamente dependente de mercados e finanças estrangeiros. Mais de 68% do PIB depende de importações³, incluindo 80% do fornecimento de energia primária⁴. A agricultura doméstica responde por menos de 10% das necessidades alimentares⁵, sendo o restante importado predominantemente de Portugal e de outros países europeus⁶. Cerca de um quarto do PIB deriva de uma indústria do turismo, atraindo novamente visitantes europeus, dos quais os operadores cabo-verdianos controlam apenas uma parcela de 10%. O transporte constitui outros 12% do PIB⁷, fornecendo ligações marítimas e de transporte aéreo para o exterior e entre as ilhas. Outros 10% do PIB são representados por remessas de imigrantes⁸, que dependem de receitas excedentes da diáspora cabo-verdiana. De referir também as inúmeras empresas informais não agrícolas, compreendendo 12,1% da economia e que representam 52,5% do emprego, sendo principalmente lideradas por mulheres, orientadas a atender a procura gerada em grande parte pelos turistas, comerciantes e outros visitantes temporários⁹. Além disso, as MPME nacionais não estão bem integradas na cadeia de valor do turismo, que é essencialmente dominada por grandes resorts internacionais localizados nas ilhas de Boa Vista e Sal. Os grandes resorts operam com base em modelos de entrega integrados, onde intermediários - principalmente empresas estrangeiras - obtêm a maioria de seus produtos e serviços no mercado internacional. Em resumo, Cabo Verde depende diretamente de recursos e fluxos financeiros de origem externa, tornando o sistema económico particularmente vulnerável a ruturas em tempos de crise.

Nesse contexto, a COVID-19 veio reforçar que os vínculos de Cabo Verde com o mundo externo permanecem indispensáveis e tornando o país vulnerável diante de choques externos. O encerramento das fronteiras efetivamente afastou as ilhas da procura turística. No Sal e Boa Vista, as principais ilhas turísticas, todos os hotéis foram fechados e em alguns casos convertidos em centros de quarentena para cidadãos cabo-verdianos que retornavam em voos

3 World Bank (2020). 'Cape Verde Trade'. World Integrated Trade Solutions. <https://wits.worldbank.org/countrysnapshot/en/CPV>

4 Governo de Cabo Verde (2017). 'Energy Sector'. Strategic Plan for Sustainable Development. Praia, Cabo Verde: Governo de Cabo Verde. <https://peds.gov.cv/caboverdef4dev/wp-content/uploads/2018/12/Enenergy-Sector-web.pdf>

5 UN Economic Commission for Africa. 2017. Country Profile 2016 - Cabo Verde. Addis Ababa: UNECA https://www.uneca.org/sites/default/files/uploaded-documents/CountryProfiles/2017/cabo_verde_cp_eng.pdf

6 World Bank (2020). 'Cape Verde Trade'. World Integrated Trade Solutions. <https://wits.worldbank.org/countrysnapshot/en/CPV>

7 OECD (2018). Cabo Verde Transition Finance Country Pilot. Paris: OECD. https://www.oecd-ilibrary.org/development/cabo-verde-transition-finance-country-pilot_1affcac6-en

8 Ibid.

9 Ibid.

de repatriamento. As estimativas sugerem que metade dos empregos relacionados ao turismo permanecem em risco de serem perdidos.

A reabertura das fronteiras não garante um retorno aos níveis da procura externa pré-crise. O turismo depende dos níveis substanciais de rendimentos disponíveis de possíveis visitantes. Estes, por sua vez, dependem da recuperação do mercado dos seus respetivos países de origem, onde o crescimento será moderado e lento durante algum tempo, com o PIB per capita permanecendo abaixo dos níveis pré-crise. Os efeitos neste setor e em outros serão sentidos por meses ou até anos. Além disso, prevê-se que os elevados níveis de desemprego juvenil, podem piorar, afetando o aproveitamento do dividendo demográfico. Enquanto isso, argumentos semelhantes podem ser feitos para as remessas dos imigrantes, em função do agravamento dos mercados de trabalhos e dos rendimentos nos países acolhedores.

Do ponto de vista social, o sistema de proteção social em Cabo Verde, integra um dos direitos fundamentais dos cidadãos e é considerado como um instrumento indispensável para promover o desenvolvimento económico e social para garantir o equilíbrio, equidade, tranquilidade e justiça social. Nas últimas décadas, Cabo Verde fez esforços significativos para melhorar o seu sistema de proteção social (extensão da cobertura em número e riscos cobertos, aumento dos níveis de adequação, novos benefícios foram introduzidos, entre outros). O objetivo final é criar um sistema de proteção social que seja abrangente, inclusivo, coerente e coordenado para oferecer cobertura ao longo da vida contra riscos e vulnerabilidades sociais. Em suma, alcançar uma proteção social universal. No que diz respeito a proteção social não contributiva, nos últimos anos o número de beneficiários foi alargado e em 2019 o valor aumentado. No contexto da pandemia foram introduzidas medidas de reforços.

Antes da pandemia da COVID-19, a pobreza, e particularmente a pobreza feminina já era um grande problema em Cabo Verde, identificado como um dos principais desafios do plano de desenvolvimento sustentável do país (PEDS 2017-2021). A pobreza em 2015 atingia 35% da população (53% mulheres, 51% vivem no meio urbano, 38% eram crianças de 0 a 15 anos e 5% eram idosos¹⁰). As disparidades de género no emprego indicam o desfavorecimento das mulheres. A disponibilidade de trabalho digno para as mulheres é reduzida comparativamente com a dos homens, como resultado das desigualdades na distribuição do trabalho não remunerado. Essa responsabilidade recai desproporcionalmente sobre as mulheres/meninas, reduzindo o tempo disponível para o trabalho remunerado e outras atividades, levando-as a informais pouco remuneradas e, em geral, em meio período (as mulheres operam mais em unidades de negócios informais (62,5%) - 3 em 5 trabalhadores do setor informal são mulheres) e trabalho doméstico. O impacto do trabalho não remunerado para as mulheres é ainda mais

10 Inquerito sobre despesas e receitas dos agregados familiares, INECV, 2015

agravado pelas deficiências nas infraestruturas locais e nos serviços públicos e pela falta de políticas corporativas de reconciliação trabalho-família voltadas para o atendimento. As mulheres, principalmente as que são chefes de família (2 em cada 5 são pobres) são as mais pobres, bem como as pessoas dependentes de cuidados e que acabam por serem deixadas para trás.

O país está fortemente comprometido com a proteção social universal por meio de uma combinação de diferentes prestações, serviços e intervenções. Nos últimos quinze anos, a cobertura da proteção social aumentou consideravelmente, seja através do aumento de segurados e suas famílias ao nível da previdência social, seja através das pensões sociais, ou a criação de uma nova transferência social – o Rendimento Social de Inclusão, um programa de transferência de rendimento que é sensível ao género, para as famílias pobres com pessoas e crianças ativas desempregadas. Paralelamente desenvolveram-se programas de assistência/inclusão social nas áreas de educação, nutrição, habitação, igualdade de género e redução da pobreza.

Para poder acolher políticas sociais, incluindo de proteção social sustentáveis, é desejável conseguir um equilíbrio entre as receitas disponíveis e os investimentos que requerem políticas desta dimensão. Nesse sentido, um sistema de seguimento de proximidade e avaliação regular poderá servir para corrigir desvios, maximizar resultados e minimizar custos. À luz do rácio da dívida/PIB pré-crise superior a 120%, a situação de Cabo Verde permanece precária. A economia doméstica não possui os fatores de produção necessários nem as capacidades estruturais existentes para gerar os bens necessários para atender as necessidades básicas da população. A atual estrutura de mercado também sugere que as receitas fiscais cairão acentuadamente à medida que as cadeias de valor locais vinculadas às principais indústrias de serviços forem interrompidas, enquanto a falta de receitas excedentes torna insustentável a dependência indefinida das importações. Como tal, Cabo Verde precisa criar soluções inovadoras de estabelecer nichos competitivos dentro de um sistema económico global profundamente abalado pela crise da COVID-19.

Ao identificar as áreas mais afetadas e destacar algumas das fontes preexistentes de fragilidade e vulnerabilidade, esta avaliação de impacto socioeconómico será o primeiro passo para identificar um caminho para um sistema socioeconómico mais resiliente que ofereça oportunidades para o presente e as futuras gerações.

Efeitos e Impacto da Covid-19

5



No exercício realizado, as informações obtidas ainda estão incompletas para obter uma determinação completa dos efeitos com base em dados. Uma quantificação ou descrição qualitativa delas em termos de perdas, falta de produção, aumento de custos, perdas de tempo e variação e custos de distribuição, despesas inesperadas necessárias devido ao impacto em todos os setores, económico, social e de infraestrutura ainda está incompleto ou em processo de ser compilado em setores, grupos vulneráveis ou diferenças entre as ilhas.

Este documento aborda principalmente alguns dos impactos mais salientes evidentes até o momento como consequência dos efeitos. Isso significa que uma avaliação completa ainda está para ser feita. O exercício realizado, no entanto, já fornece um perfil inicial que deve ser útil para determinar ações corretivas imediatas e começar a olhar no horizonte sobre como as visões pre-COVID-19 para o desenvolvimento de Cabo Verde precisarão ser revisadas e atualizadas.

A avaliação abrangeu o período desde o primeiro caso oficialmente relatado até 15 de julho. Os dados aqui apresentados e utilizados para a análise são os dados mais recentes disponíveis para cada setor, sendo a maioria abrangendo até o final de junho de 2020.

PILAR 1: ECONOMIA

MERCADOS E CRESCIMENTO

Base de referência pré-crise

O crescimento económico de Cabo Verde nas últimas quatro décadas foi positivo e impulsionado pelo forte desempenho dos serviços de **turismo, entradas de investimento direto estrangeiro e remessas de emigrantes**. Em 2019, a economia continuou a ter um bom desempenho, com um forte crescimento, uma inflação baixa e uma melhoria da posição externa¹¹. Embora houvesse riscos negativos importantes, as perspetivas a médio prazo eram positivas. Era expectável um crescimento sustentável das atividades dos setores do turismo, indústria e serviços, quando combinadas com os projetos de infraestrutura planeados e demais reformas estruturais, sustentavam as projeções de crescimento favoráveis.

No entanto o crescimento económico era frágil. Apesar do crescimento económico robusto de 1981 a 2009 (média de 5,7%), o crescimento parou durante o período de 2009 a 2015 (média de 1,49%), refletindo os efeitos adversos aos choques exógenos, como a crise financeira global de 2008-09 e a crise da dívida do euro de 2010/11.

Desde 2016, iniciou-se uma verdadeira recuperação, com uma taxa média estimada de crescimento anual de 4,62% no período 2016-2019, derivado a uma melhoria no **turismo,**

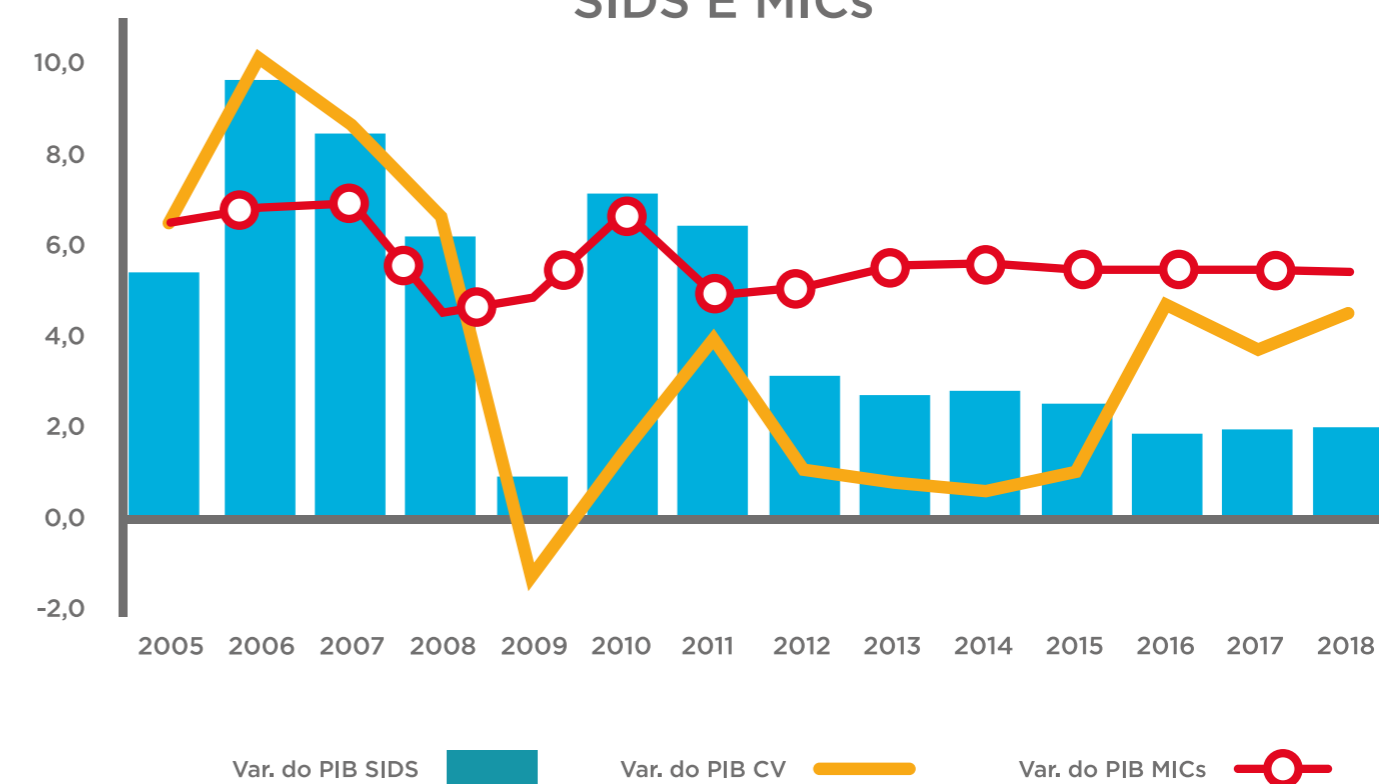
11 Fundo Monetário Internacional (FMI), Cabo Verde Country Report, April 2020

administração pública, indústria e construção. Quando comparando Cabo Verde aos demais países com características similares (SIDS na África) e Países de Renda Média Baixa (MICs), verifica-se que principalmente de 2009 a 2015 o crescimento económico do país foi menos robusto e altamente volátil quando se analisa todo o período da amostra (Figura 1). Isto destaca a vulnerabilidade do país a choques exógenos e a forte dependência do crescimento e das exportações em poucos setores (serviços de turismo), e limitada diversificação da economia.

FIGURA 1

Fonte: Cálculo do Banco Africano De Desenvolvimento baseado na base de dados do Banco Mundial

Estabilidade do Crescimento do PIB de Cabo Verde SIDS E MICs



A previsão de crescimento para a economia nacional em 2020 era de cerca de 5,5% antes da crise da COVID-19. No primeiro trimestre de 2020, a economia cresceu 5,8% de acordo com os dados do INE, pese embora, ainda nesse período começou a sentir-se os efeitos da COVID-19, principalmente nos setores do turismo e transportes.

Impacto da COVID-19

Dada a significativa vulnerabilidade da economia à pandemia, é garantido que o consumo e o investimento serão fortemente afetados, assim como o mercado de trabalho, que perderá cerca de 19.800 empregos (sendo 52,6% mulheres), empurrando o desemprego para níveis previstos de 19,2%. Haverá uma inversão na dinâmica económica, com uma contração estimada do PIB entre 6,8% - 8,5% em 2020.

Do lado da procura, o crescimento seria afetado negativamente por menores exportações líquidas, investimentos e consumo privado, enquanto o consumo público aumentaria, devido às medidas orçamentais de resposta e de mitigação da pandemia. Devido ao peso significativo do setor do turismo na empregabilidade ativa nos setores formal e informal, o impacto nas empresas afetará substancialmente o rendimento das famílias. É expectável que o número de turistas e das receitas diminuam aproximadamente 59% em 2020, podendo chegar a 70%, mediante a evolução da pandemia.

Do lado da oferta, a paralisação contínua do setor de turismo e dos transportes aéreos teria repercussões ainda mais adversas para o resto da economia, enquanto que as empresas continuariam enfrentando um grande choque na procura. Há uma forte contração no alojamento e restauração, serviços de catering e transportes, além de quedas mais contidas nos setores de venda de imóveis e outros serviços, serviços de negócios e construção. A indústria e o comércio deverão desacelerar, assim como outros setores devido ao confinamento e às medidas de distanciamento social e os seus efeitos secundários no ponto de vista da procura.

Outros efeitos de choques exógenos para a economia incluem a diminuição do investimento direto estrangeiro e a diminuição das remessas de emigrantes como resultado da recessão nos principais países da diáspora. As remessas representam 9% do PIB (Cabo Verde está entre os 5 principais países africanos em termos de remessas em relação ao PIB), e o declínio pode chegar a 23,1% ao nível regional. Assim, a crise causada pela COVID-19 reduzirá as oportunidades de negócios, aumentará o desemprego e a produtividade total dos fatores, o que levará a uma forte contração do PIB.

A seca severa que atinge Cabo Verde pelo terceiro ano consecutivo (uma das mais severas desde a década de 1940), está a ter sérias implicações nos rendimentos das populações, por si só já vulneráveis, tornando as questões associadas a segurança alimentar, nutrição e sustento um grande desafio. A enorme contração económica levará ao aumento significativo do número de pessoas em risco de se tornar pobres e prejudicará a capacidade do país de resistir aos períodos de seca.

TABELA 1

Principais indicadores macro-fiscais (Fonte: Ministério das Finanças)

Indicadores	Unidade	2019	2020 P		2021 P	
			Base	COVID-19	Base	COVID-19
PIB real	Variação em %	5,7	5,5	[-6,8 e -8,5]	5,6	4,5
Inflação	Variação em %	1,1	1,2	1,0	1,2	1,2
Número de Turistas	Variação em %	7,0	6,6	[-59 e -70]	7,4	[22 e 35]
Emprego Líquido	Número	11.344	3.828	-19.780	6.716	10.328
Taxa de Desemprego	Em % População Ativa	11,3	11,4	19,2	10,7	17,2
Câmbio	Valores Médios	98,5	100,3	98,0	100,3	98,0
Conta Corrente	Em % PIB	-0,2	-3,9	-13,8	-3,7	-10,0
Reservas	Em Meses	6,9	5,9	7,4	5,8	6,2
Massa Monetária	Variação em %	8,1	6,4	2,4	5,9	1,5
Crédito à Economia	Variação em %	3,9	4,5	3,2	4,9	3,0
Défice Público	Em % PIB	-1,8	-1,7	-11,4	-1,4	-8,8
Dívida Pública	Em % PIB	124,2	118,5	145,6	113,3	145,9

MICRO, PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS

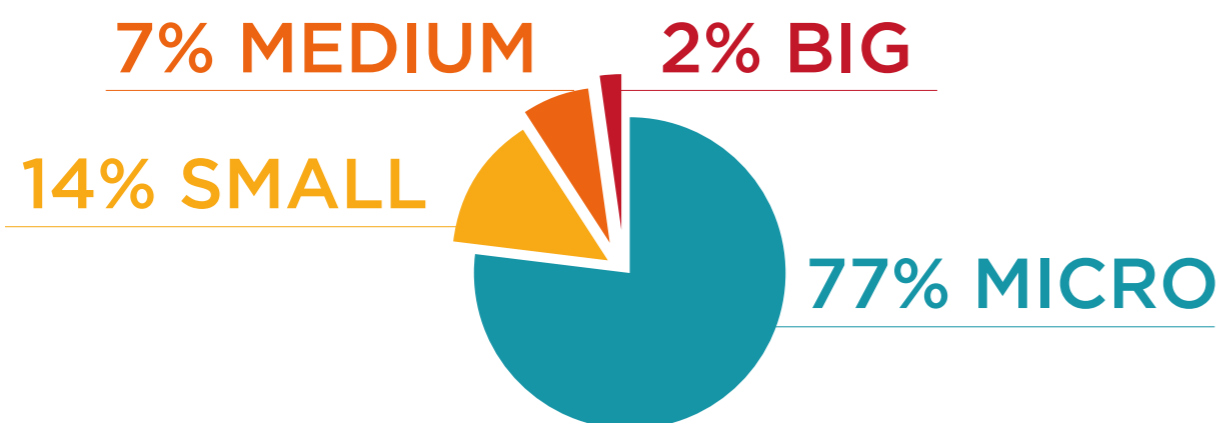
Base de referência pré-crise

O tecido económico de Cabo Verde é caracterizado maioritariamente por micro, pequenas e médias empresas (MPME), porém subdimensionadas, e por empresas estatais (SOEs), sendo a sua grande maioria pouco eficientes. A atividade económica de Cabo Verde é exercida principalmente por pequenas empresas, e pelas unidades de produção informais, espalhadas geograficamente pelas nove ilhas habitadas.

Das 10.390 empresas existentes em Cabo Verde em 2018, 97,1% são MPME. Há uma forte concentração de empresas no setor terciário (8.977 empresas ou 86,4%), maioritariamente no setor do comércio (44,6%) e alojamento (16,2%). O volume total de negócios atingiu 297,1 bilhões de contos em 2018 e expandiu-se em 2019, dada a aceleração do ritmo da atividade económica.

FIGURA 2

Tipo de Empresas em Cabo Verde (Fonte: INECV)



Impacto da COVID-19

Considerando a alta predominância das MPME concentradas principalmente em setores vulneráveis à crise da COVID-19, a pandemia veio expor algumas das principais vulnerabilidades da estrutura dos mercados. É expectável que o volume total de negócios diminua drasticamente.

Devido às perturbações nos padrões de consumo, produção e concorrência, a incerteza, a aversão ao risco e a diminuição da confiança dos investidores, instalou-se um clima de investimento incerto, precisamente na altura em que as empresas mais precisam de obter empréstimos e créditos. Como consequência, é provável que a dívida privada aumente significativamente, aumentando o risco de incumprimento das hipotecas, das falências e do desemprego generalizado, que pode ter repercussões sistêmicas na economia.

A maioria das MPME no setor formal e informal estão a ter dificuldades particulares em sustentar ou recuperar os seus negócios¹².

Pesquisa do INE para o I Trimestre indica que cerca de 20% das empresas nacionais suspenderam as suas atividades devido à declaração de estado de emergência em março. Em relação ao core business das empresas, cerca de 67,5% registaram uma redução no volume de negócios, podendo ser ainda uma redução superior a 75%. Os maiores fatores foram: Redução ou falta de pedido dos clientes (75,0%); restrições no estado de emergência (67,9%); e dificuldades na entrega e/ou fornecimento. Como consequência, cerca de 42,5% demonstraram que a pandemia não teve impacto e 42,5% registaram uma redução no número de pessoas a trabalhar efetivamente, mostrando que a percentagem de lay-offs simplificados (72,2%), sugerindo alguma eficácia da medida na preservação de empregos. 42,5% afirmaram não ter pessoas a trabalhar a partir de

12 UNDESA, Policy Brief on impact of COVID-19 in Africa, May 2020

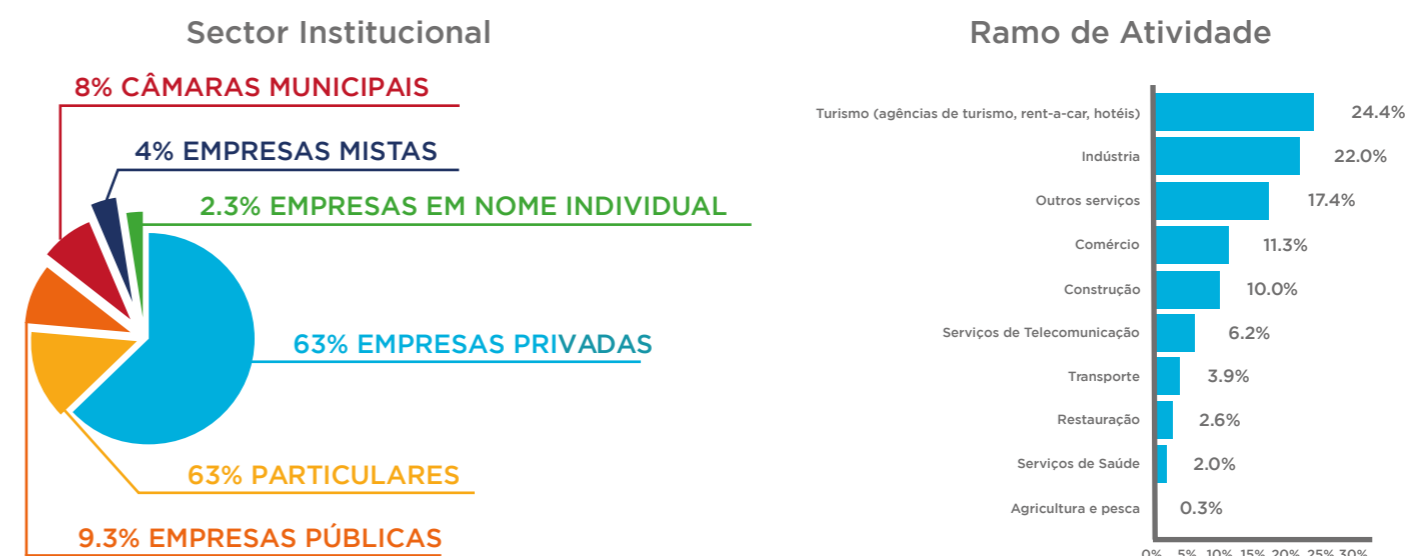
casa (teletrabalho) e 25,0% afirmaram ter menos de 10% das pessoas a trabalhar em casa.

Para recuperar desta crise, 41,1% das empresas afirmam que devem continuar a beneficiar das medidas de estímulo concedidas pelo governo, 14,3% pretendem optar pela diversificação da produção / atividade como alternativa e 8,9% apontam para diversificação do mercado e redução de preços como uma maneira de contornar a crise.

Um dos dados mais recentes disponíveis é relativo a concessão de moratórias de créditos, disponíveis pelo BCV referentes até o mês de maio, que indicam que no âmbito das medidas de combate aos efeitos da pandemia já foram concedidos um total de 16,5 biliões de escudos CVE de moratória do crédito.

FIGURA 3

Moratórias de Crédito concedidas às Empresas (Fonte: BCV)



Analisando a moratória do crédito focado apenas nas empresas privadas, verifica-se que os setores que mais beneficiaram dessa medida de política foram o turismo (24,2%), seguida de indústria (22,0%), comércio (11,3%) e construção (10,0%).

No entanto, o acesso limitado ao crédito para micro e pequenas empresas pode dificultar a recuperação económica, especialmente neste ambiente caracterizado por um setor bancário adverso ao risco e uma taxa relativamente alta de empréstimos vencidos (12% em 2019¹³). Os dados apontam ainda que no âmbito das medidas de políticas as empresas já acederam a um montante de crédito na ordem dos 2,1 biliões de escudos CVE.

13 FMI, Cabo Verde Country Report, Abril 2020

COMÉRCIO (EXTERNO), INVESTIMENTO DIRETO ESTRANGEIRO, E CADEIAS DE VALOR GLOBAIS

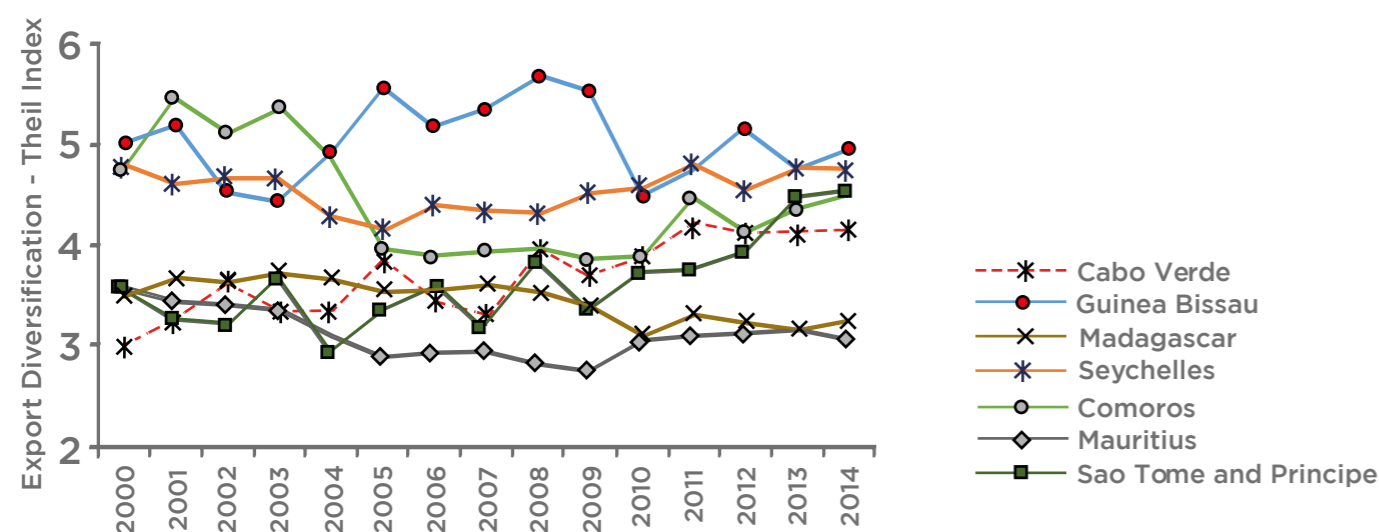
Base de referência pré-crise

Em Cabo Verde as exportações de mercadorias são baixas e altamente concentradas, e o comércio e os serviços locais, assim como o consumo em geral, dependem fortemente das importações (80% dos alimentos são importados). Portanto, verifica-se uma baixa elasticidade das importações, o que culmina num elevado défice na balança comercial. Cabo Verde está entre os 10 principais países de África em termos de vulnerabilidade relacionada com a intensidade comercial com a Europa, China e EUA¹⁴, tendo em conta suas condições estruturais. Tal défice é amenizado, para além das receitas de turismo, mas também pelos fluxos do IDE e das remessas dos imigrantes (9% do PIB).

FIGURA 4

Índice de diversificação de exportações em Pequenos Estados Insulares de África

Fonte: IMF Export diversification and quality database



Dado seu défice de comércio importante (80% do consumo é importada) a dependência de Cabo Verde nas cadeias de valor globais é elevada. Cabo Verde é altamente dependente das importações para o seu próprio consumo e para bens intermediários para completar o processo de fabricação. Em 2019, 47,6% e 29,2% das importações foram bens de consumo e bens intermediários, respetivamente.

Em geral, o comércio externo é responsável por mais de 71% do PIB das pequenas economias insulares, em comparação com 50% para os PMDs¹⁵. No caso de Cabo Verde esse número chega

14 African Development Bank 2020 Outlook amid CoVID-19, junho 2020.

15 Mesma Fonte

a 116,2% em 2019, tornando-o muito exposto a choques externos.

A sua posição externa melhorou durante os três primeiros trimestres de 2019¹⁶, graças ao aumento das receitas de exportação de turismo e de transportes (muito ligado ao desempenho da Cabo Verde Airlines) e à desaceleração das importações. O défice em conta corrente reduziu-se para 0,2% do PIB em 2019 (5,0% do PIB em 2018) e as reservas internacionais atingiram 6,9 meses de importações de bens e serviços programadas, situando-as entre as mais altas da região¹⁷. Num cenário sem COVID-19, a posição externa do país teria continuado a consolidar-se¹⁸.

Antes da crise, Cabo Verde apresentava um desempenho acima da média das economias em desenvolvimento com um alto rendimento em termos de IDE. O desempenho da atração de IDE, a par de um conjunto de reformas económicas, foi fundamental na classificação do país como economia de rendimento médio. O IDE teve um impacto transformacional na economia e foi fundamental para o desenvolvimento da indústria do turismo. No entanto, o IDE e a atividade económica permaneceram concentrados em apenas alguns setores e limitados a algumas localizações¹⁹.

Impacto da COVID-19

Os SIDS, que dependem fortemente do turismo, estão a ser particularmente afetados pela pandemia da COVID-19. Em Cabo Verde, a procura turística deve cair entre 60% e 80% (536.000 turistas) em 2020. A recuperação será lenta, e para 2021 prevê-se que o número de turistas não ultrapasse os níveis de 2011. Ainda assim, estima-se uma perda entre US\$910 bilhões e US\$1,2 trilhão em receitas de exportação do turismo a nível global, e de uma perda de 10,000 empregos diretos no setor a nível nacional. Para além do turismo, a condição de SIDS implica outras vulnerabilidades, fortemente agravadas pela crise da COVID-19, como a restringida base fiscal, a dependência das cadeias de valor globais, a tendência de aumento do défice comercial, ou o mercado e os investimentos domésticos limitados.

Outros possíveis canais de transmissão do choque externo para a economia são o investimento direto estrangeiro, através do atraso ou cancelamento de projetos de investimento privado planeados, e as remessas em resultado da recessão nos principais países da diáspora. Segundo projeções do Banco Mundial, os investimentos diretos estrangeiros deverão encolher globalmente (-20%), regionalmente (-5%) e no nível nacional (-50%). As remessas representam 9% do PIB, e a queda a nível regional poderia atingir 23.1%.

Um outro canal pode ser via as cadeias de abastecimento. A nível global, foram interrompidas

16 FMI, Cabo Verde Country Report, Abril 2020

17 African Development Bank 2020 Outlook amid CoVID-19

18 FMI, Cabo Verde Country Report, Abril 2020

19 UNCTAD, Investment Policy Review of Cabo Verde, 2018

a disponibilidade e o preço de produtos críticos poderá deteriorar-se. Além disso, a restrição à exportação de produtos básicos fundamentais decretada por alguns países exportadores pode aumentar ainda mais os preços internacionais.

A pressão sobre a posição externa do país resultará de uma redução significativa das exportações de bens e serviços (-43,8%), particularmente de serviços de turismo e transportes aéreos, pese embora uma diminuição nas importações de bens e serviços (-16,2%), também motivadas pela queda nos preços internacionais de petróleo. O défice da balança corrente deteriorar-se-á e deverá atingir 13,8% do PIB, em resultado não só da deterioração da balança de bens e serviços (-85,8%), mas também da balança de rendimento primário (-18,6%) e secundário (-4,2%). Para 2021, é esperado uma melhoria no défice da balança comercial. Tal pressão será aumentada ainda pela forte redução do IDE. Um potencial levantamento de reservas para financiar o défice de financiamento da balança de pagamentos poderia desestabilizar a economia. Devido a concentração dos IDE no setor turismo, o impacto da crise no IDE deveria ser maior que a média e comparável a outros SIDS.

FINANÇAS

Base de referência pré-crise

Cabo Verde, assim como os outros SIDS e países africanos, caracteriza-se por possuir um espaço fiscal/orçamental estruturalmente limitado devido a baixas taxas de poupança doméstica, baixos níveis de mobilização de recursos domésticos, altos custos per capita de serviços públicos e saídas de fluxos financeiros ilícitas relativamente altas, entre outras.

No entanto, nos últimos anos, o país beneficiou de um crescimento consistente, estabilidade da inflação, além de um fortalecimento das posições fiscais e externas, acompanhado de um declínio do rácio dívida pública / PIB. Para 2020, a receita foi orçada em 32,5% do PIB, com base na forte atividade económica projetada, no impacto de medidas introduzidas em 2019 durante todo o ano e em novas medidas administrativas. Esperava-se que o défice orçamental diminuísse de 1,7% do PIB em 2020 para 0,6% do PIB em 2024²⁰. A dívida pública foi constantemente reduzida nos últimos anos, atingindo 124,2% do PIB em 2019.

No setor financeiro cabo-verdiano, os altos níveis de liquidez refletem a aversão ao risco num ambiente em que os empréstimos vencidos são persistentemente altos após a crise financeira internacional de 2008/2009, e as oportunidades de investimento que atendem a padrões de crédito aceitáveis são limitadas. Em outubro de 2019, os NPLs representavam 12% do total de empréstimos.

20 FMI, Cabo Verde Country Report, Abril 2020

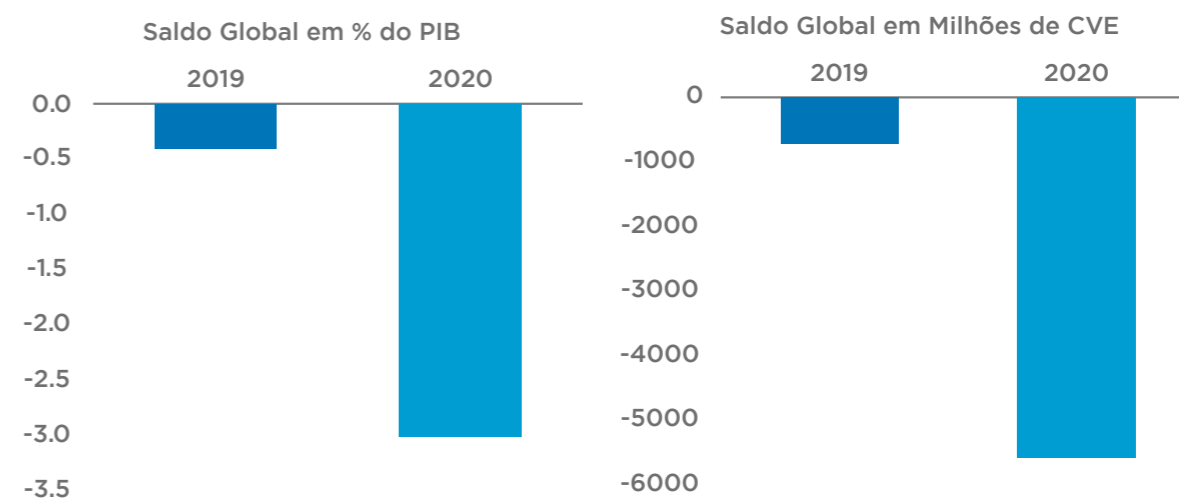
Impacto da COVID-19

O orçamento retificativo (OR) para 2020 apresenta um aumento de 2,7% em relação ao orçamento inicial para 2020, com aumento dos gastos públicos na saúde (+ 35,1%), emprego, estabilização socioeconómica e acesso à água e à produção agrícola. O orçamento retificativo mostra também uma diminuição nos investimentos públicos em transporte, segurança, e empregos públicos. No entanto, a maior parte do orçamento é, segundo o governo, pouco flexível, devido aos compromissos já assumidos e necessários (80%), portanto difícil de sofrer alterações.

A pandemia já interrompeu a consolidação fiscal, tendo o OR previsto um aumento do deficit global para 11,4% do PIB, ante uma programação inicial de 1,7% do PIB, com significativo impacto na dívida pública que deverá aumentar dos 124,2% do PIB em 2019 para cerca de 145,6% do PIB em 2020. A execução das finanças pública já regista o impacto da COVID-19, com o défice orçamentário no I Semestre atingindo 3,0% do PIB, marcando um aumento de 2,6 p.p. em relação ao mesmo período de 2019, devido à redução da receita global (-22,3%) e a um aumento nas despesas globais. A par da redução das receitas e do aumento do financiamento, o rácio dívida pública/PIB atingiu 134,7%, cerca de 15,9p.p. acima do valor registado em junho de 2019.

FIGURA 5

Evolução do Saldo Global (Fonte: MF)



A baixa qualidade dos ativos do setor bancário provavelmente será exacerbada a médio prazo pelos impactos económicos da COVID-19 nas empresas e na sua incapacidade de atender aos empréstimos. Apesar do recente aumento no índice de adequação de capital do sistema bancário, os bancos em Cabo Verde estão expostos a índices de empréstimos significativamente altos e não rentáveis. Os níveis de endividamento das empresas públicas, empresas não financeiras e famílias continuam altos. Além disso, o crescente vínculo entre a dívida soberana e o setor

bancário torna ambas as partes mutuamente dependentes. Além dos riscos de ambos os lados, esse relacionamento tende a alienar o setor privado do financiamento bancário.

Apesar do país ter pouca autonomia na política monetária, devido à indexação da taxa de câmbio ao Euro, o baixo nível de inflação e o stock confortável de reservas (cerca de 8 meses de importações) para preservar o euro-peg, o banco central anunciou reformas acomodatórias de política, destinadas ao sector financeiro, em resposta à crise da COVID-19. O pacote de estímulo inclui uma redução da taxa de referência dos atuais 1,5 para 0,25%, da taxa da facilidade permanente de empréstimo de 3 para 0,5%, e da taxa da facilidade permanente de depósito de 0,1 para 0,05%. Além disso, a exigência de reservas foi reduzida de 13 para 10 por cento, e a taxa de redesconto dos atuais 5,5 para 1 por cento. Foi também criada uma nova linha de crédito ao banco, com uma taxa de juro de 0,75% e um montante até 450 milhões de dólares americanos.

Para 2020, as projeções apontam para uma desaceleração da massa monetária em relação ao ano de 2019, crescendo 2,4%, refletindo em larga medida a dinâmica do ativo externo líquido que deverá reduzir em -14,8% (24,8% em 2019). Esta redução deve-se ao comportamento das exportações e importações de bens e serviços e ao endividamento externo. Igualmente, o crédito à economia que cresceu cerca de 3,9% em 2019, deverá desacelerar para 3,2% em 2020, não obstante às medidas de política adotadas pela autoridade monetária para reduzir os efeitos da pandemia. Neste grupo, o crédito ao setor privado, que representa cerca de 95% do crédito total à economia, deverá crescer 3,3% em 2020 e 3,0% em 2021. O crescimento do crédito deverá financiar parte do fundo de maneiio das empresas, dado o contexto atual. A estrutura deste crédito, utilizado para solucionar problemas de tesouraria e não para investir pode ter consequências negativas a medio e longo prazo sobre o desenvolvimento económico. As medidas de garantia de crédito deverão continuar em 2021, acompanhadas por incentivos ao investimento privado.

EMPREGO E RENDIMENTO

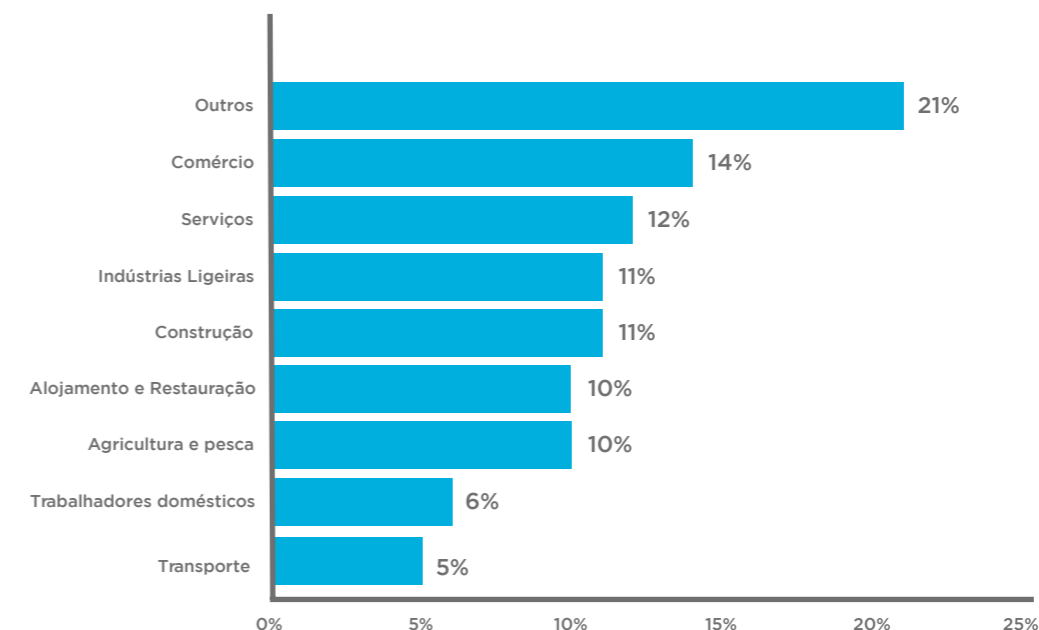
Base de referência pré-crise

A população empregada ou desenvolvendo atividades de criação de rendimento era de 206.300 pessoas em dezembro de 2019²¹. O desemprego diminuiu de 12,2% em 2018 para 11,3% em 2019 (a melhor taxa em 8 anos), devido a uma diminuição na área urbana (-14,4%) e apesar do aumento nas áreas rurais (+ 11,1%), refletindo os efeitos de três anos consecutivos de seca. O subemprego afetou 15,1% da população empregada, principalmente entre os que trabalham em áreas rurais (22,1%) e entre as mulheres (17,2%). Nos homens, ao contrário do aumento observado entre 2017 e 2018, a taxa de desemprego em 2019 diminuiu para cerca de 10,7% (12,7% em 2018), diferente das mulheres, que tiveram um ligeiro aumento de 11,6% em 2018 para 12,0% em 2019.

21 INE, Report on Employment, January 2020

FIGURA 6

Emprego por setor (Fonte: INECV)



No geral, Cabo Verde teve um crescimento do PIB mais rápido que o crescimento do emprego entre 1991 e 2019. A elasticidade do emprego em relação aos investimentos e PIB é baixa, fato que contribui para que o desemprego jovem continue estruturalmente elevado, pese embora a redução desde 2016, atingindo 24,9% em 2019. O objetivo do PEDS 2017-2021, que visa reduzir a taxa de desemprego jovem de 42,9% em 2016 para 21,5% em 2021 poderá estar comprometida dado os efeitos da COVID-19.

Impacto da COVID-19

Considerando os fatores que podem afetar o emprego e a evolução setorial do PIB, as projeções do Ministério das Finanças apontam para uma perda de cerca de 19.780 empregos em 2020, dos quais 56,3% no setor informal e 43,7% no setor formal, sendo a maioria no setor terciário.

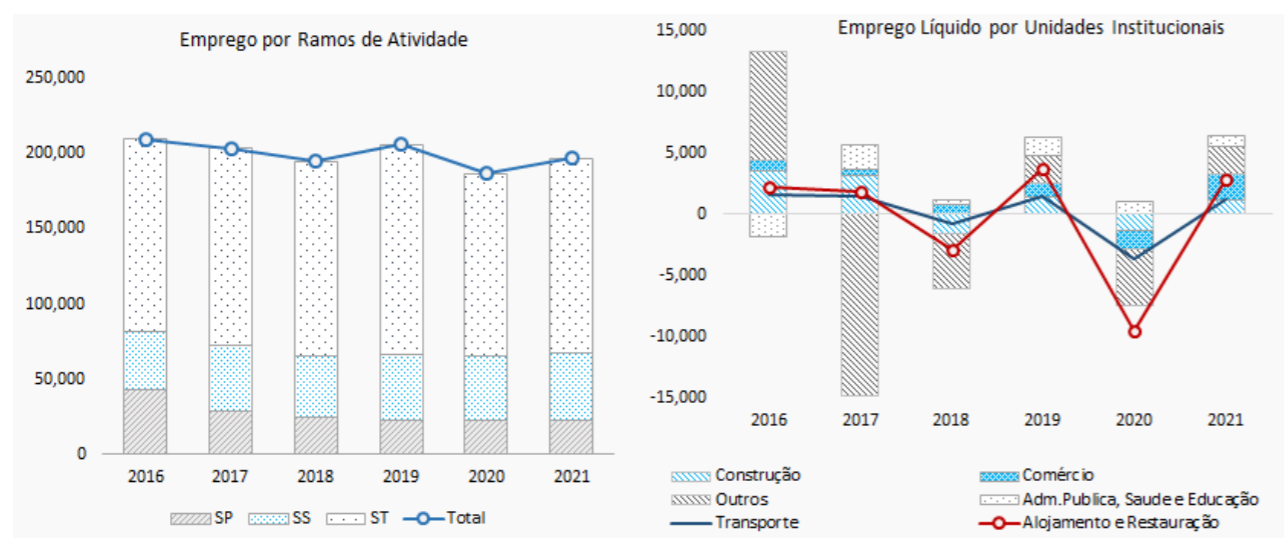
O setor terciário - que representa 66% do número total de empregos e 82% dos empregos das mulheres - será o mais afetado. O comércio, que representa 15% do total dos empregos, serviços, 23% do total de empregos e transporte - 5% dos empregos - sofreu um encerramento quase geral durante o período de quarentena. O setor secundário, principalmente as indústrias de construção e pequenas indústrias de transformação (11,2% e 10,6% dos empregos, respetivamente), também foram quase totalmente interrompidas durante esse período (por exemplo, as importações de cimento caíram 52% entre abril e maio). Por fim, embora o setor primário (Agricultura e Pescas: 10% dos empregos) não tenha parado completamente, ainda assim sofreram restrições na produção, o que levou a uma queda significativa no rendimento do

setor e a um aumento drástico no subemprego.

A maioria dos hotéis, incluindo os principais resorts all inclusive, estão fechados e optaram por fazer uso da medida de lay-off simplificado. Esta medida implica que: primeiro, não haja despedimento, apesar da paragem de atividade; segundo que os empregadores ficam isentos dos pagamentos das contribuições para o seguro social; terceiro, que os trabalhadores mantêm 70% dos seus salários, sendo 35% suportados pelo INPS e 35% pelo empregador. No total, em finais de junho, 14.000 trabalhadores foram enquadrados nesta medida (61,3% dos trabalhadores são do setor do turismo ²²). Os setores de serviços ligados ao alojamento, como as cadeias de abastecimento de alimentos e bebidas, transporte e entretenimento, estão entre os mais afetados pelos efeitos negativos da queda da procura.

É expectável que as MPME sejam fortemente afetadas. Espera-se que quando termine o período da suspensão de contrato de trabalho simplificada (lay-off), devido ao problema de liquidez sofrido pelas empresas causado pela recuperação gradual da economia que o número de pessoas desempregadas aumente.

FIGURA 7
Projeções para perdas de emprego por setor e unidades institucionais

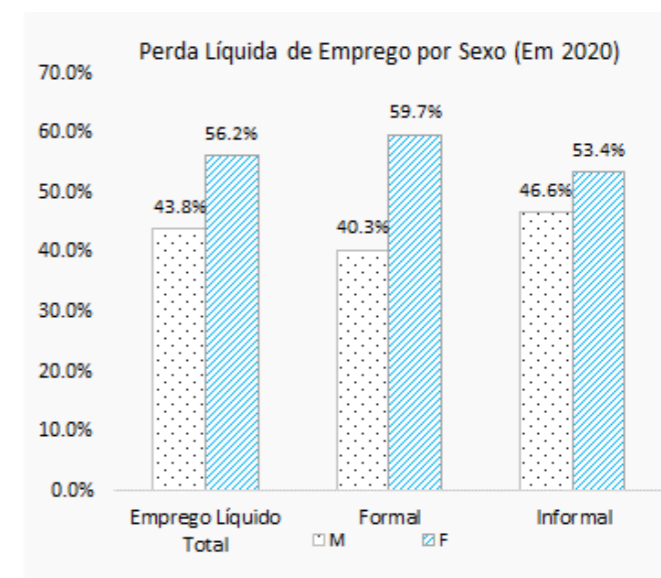


Em termos desagregados, por subsectores, o setor mais afetado é o turismo (-9.587 empregos), seguido pelo setor dos transportes (-3.660 empregos), setor do comércio (-1.519 empregos), setor da construção (-1.364 empregos) e outros setores (-4.613 empregos). A administração pública, incluindo saúde e educação, por sua vez, deve aumentar em cerca de 963 trabalhadores.

22 84,6% dos pedidos apresentados foram confirmados, 14,9% rejeitados e havia 0,5% de pendentes no final de junho de 2020.

Em relação à perda líquida de emprego por género, as mulheres devem ser mais afetadas que os homens.

FIGURA 8
Projeções para perdas de emprego por género



De acordo com este cenário, espera-se que a taxa de desemprego aumente para 19,2% e 17,2% em 2020 e 2021, respetivamente, colocando sérios desafios para o país, que precisará reforçar as medidas de política macroeconómicas para responder à procura da população às perspetivas a curto, médio e longo prazos.

SETOR INFORMAL

Base de referência pré-crise

A economia informal refere-se a todas as atividades económicas, trocas e transações de trabalhadores e unidades económicas que não estão na lei ou na prática - sujeitas a acordos legais formais sob a autoridade da jurisdição estadual onde ocorrem. Dados do INE de 2015 indicam que existiam cerca de 33.229 unidades de produção informais (UPI) que constituem o sector informal não agrícola de Cabo Verde e 85,4% eram geridas por promotores que têm essa atividade como trabalho principal. As empresas informais estavam a fornecer cerca de 39.874 empregos e contribuindo com cerca de 25% do PIB.

No que concerne há contribuição do sector informal não agrícola na riqueza nacional (PIB), os números apontam para cerca de 12,1%. Dados do mercado de trabalho de 2019, mostram que o setor informal em Cabo Verde representa 52,5% do número total de empregos, ou seja, pelo menos 100.000 trabalhadores. Estes trabalhadores são vendedores ambulantes, pescadores e

agricultores, trabalhadores dos transportes e da construção, trabalhadores domésticos, entre outros. Dada a rede informal em que operam, estão mais vulneráveis aos choques porque não estão cobertos pela proteção social obrigatória, o que impede o acesso às medidas de políticas concebidas para mitigar o efeito da COVID-19 e que beneficiam os trabalhadores formais, tais como o lay-off simplificado e uma forma menos complexa de aceder ao subsídio de desemprego e nem indiretamente via as medidas no âmbito do ecossistema de financiamento direcionadas as empresas do setor formal²³.

Na África Ocidental, 90% das mulheres trabalham no setor informal. Essa proporção a nível nacional no setor não agrícola é de 55,8%, ou seja, muito mais baixa, mas a maioria das mulheres, especialmente das famílias e áreas mais pobres, trabalham no setor informal.

Impacto da COVID-19

Após a pandemia global da COVID-19, os isolamentos e confinamentos impostos pelos governos visando conter e mitigar os efeitos na saúde da crise, reduziram severamente a produtividade económica. A atividade económica nacional, ainda pouco digitalizada, requer interações cara a cara, ou seja, formas pessoais de intercâmbio e acesso a espaços locais para efetuar transações de mercado, sendo algo que fica prejudicado no atual contexto. Tais efeitos são ainda mais fortes no setor informal. Em Cabo Verde, dos 19,800 empregos previstos se perder em 2020, estima-se que 56,3% sejam no setor informal.

Estas empresas geralmente dependem de mercados locais, formas pessoais de intercâmbio, transporte físico de mercadorias e / ou proximidade com os clientes para oferecer os seus serviços. Embora o setor informal seja marcado por um vasto espectro de produtos - da agricultura e pesca em pequena escala a comerciantes de eletrodomésticos usados -, bem como uma enorme diferenciação do escopo em termos de serviços em várias partes da cadeia de suprimentos, a maioria destes agentes de mercado foram afetados negativamente pelo confinamento e medidas de distanciamento social.

Dos setores fortemente impactados o destaque vai para o setor do comércio a grosso e a retalho, que concentra um quarto dos empregos informais não agrícola em todo o mundo, e um terço nos países em desenvolvimento, com a maioria dos vendedores ambulantes e outros comerciantes sem local fixo.

Também se refere à agricultura e à pesca - o que representa 10% do emprego formal em nível nacional e provavelmente uma parcela maior do emprego informal (mais de dois terços do emprego informal nos países em desenvolvimento), com milhares de pequenos camponeses que vivem em áreas rurais ou periurbanas áreas que produzem para os mercados urbanos, não

23 OIT, COVID-19 impact on informal economy in Africa, April 2020

conseguem vender seus produtos.

Se os trabalhadores e as empresas do setor informal são os mais vulneráveis no contexto da COVID-19, eles tendem a emergir como as principais prioridades para as agências governamentais e internacionais de desenvolvimento. Em Cabo Verde, por exemplo, o Governo e o PNUD procuraram evitar consequências devastadoras e possivelmente fatais para os trabalhadores do setor informal, através da adaptação de um projeto de competitividade económica financiado pela UE em Cabo Verde. Nisto, o PNUD reprogramou o projeto de 5 milhões de euros, não apenas para conceder um pequeno benefício mensal aos trabalhadores do setor informal para sobreviver à crise, mas também para aumentar a resiliência a efeitos exógenos adversos a médio e longo prazo.

Novas normas e acordos institucionais que visam oferecer opções e oportunidades alternativas para as empresas e os trabalhadores informais prosseguirem suas atividades económicas devem ser avaliados, analisados e implementados a longo prazo. No entanto, a curto e médio prazo, será necessário apoiar os trabalhadores do setor informal, não para apenas, manter os seus meios de subsistência a nível micro, mas também para manter os sistemas socioeconómicos a nível macro. Neste contexto, é essencial manter-se ciente da indisponibilidade de facto do setor informal em Cabo Verde, assim como muitas outras economias a nível regional e global, como um meio de atender simultaneamente às necessidades de substâncias e atender à procura do mercado, provendo bens e serviços onde os mercados formais se mostram inadequados. Dessa forma, as reformas sistémicas e institucionais devem ser graduais, a fim de dar tempo aos agentes informais do mercado para se adaptarem e devem ser analisadas sob uma ampla gama de perspetivas, a fim de evitar consequências não intencionais, como levar os trabalhadores do setor informal a formas ilícitas de comércio.

PILAR 2: SOCIAL

SAÚDE

Evolução da pandemia em Cabo Verde

As autoridades reagiram decisivamente em um estágio muito inicial do surto de COVID-19 para conter e mitigar o impacto da pandemia na saúde. Inicialmente, o governo impôs quarentenas de duas semanas aos indivíduos retornando do exterior e aos suspeitos de terem contratado a COVID-19. Após a notificação do primeiro caso, foram adotadas medidas mais rígidas de contenção, incluindo o fechamento das fronteiras internacionais de transporte aéreo e marítimo. Foi declarado um estado de emergência para reforçar as medidas de contenção em vigor, com restrições ao transporte entre ilhas. As medidas de mitigação incluíram o encerramento de

todos os serviços e atividades não essenciais, o cancelamento de grandes eventos e reuniões e o fecho de escolas públicas e privadas, afetando as oportunidades de educação de crianças em um país com acesso limitado à conectividade digital. Apesar desses esforços, o número de casos de COVID-19 tem estado a aumentar em Cabo Verde, atingindo 2354 casos e 22 mortes em 28 de julho de 2020. As autoridades estão a monitorar de perto a situação para conter os efeitos, embora as trajetórias de contágio pareçam semelhantes às observadas em outros países. Nas últimas semanas, é notável que, embora o número de casos confirmados continue a crescer, a proporção de fatalidades para casos confirmados tem estado a decair.

FIGURA 9
Casos confirmados cumulados e obitos em Cabo Verde (27 Marco-27 Julho 2020)

Fonte: Relatórios de situação da OMS

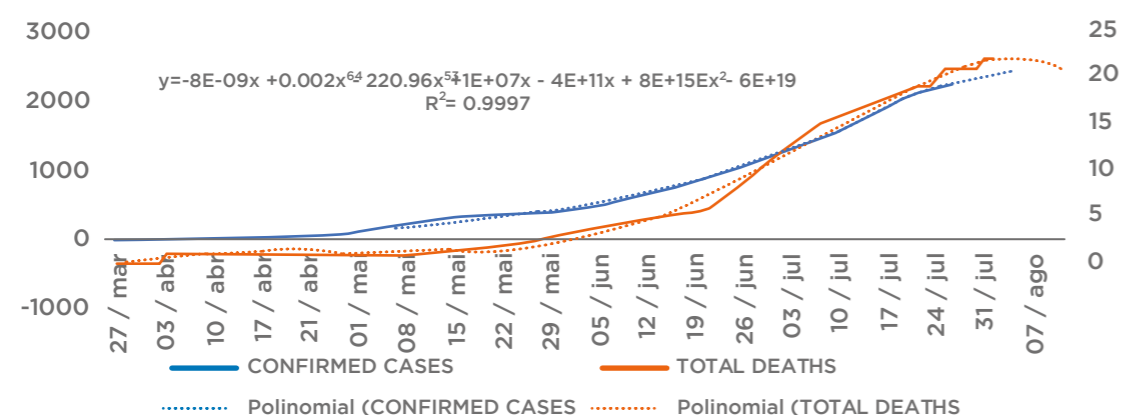
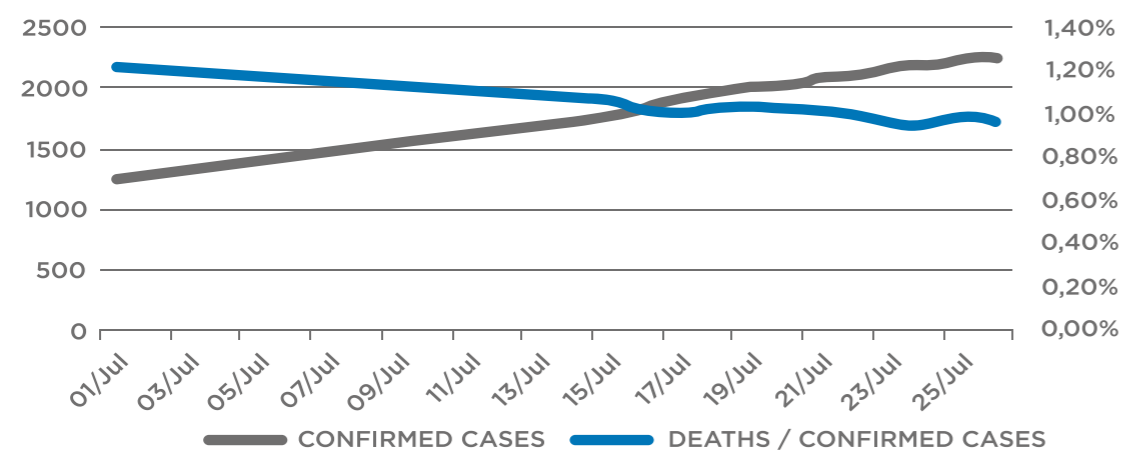


FIGURA 10
Evolução dos casos confirmados e dos obitos (1-17 July 2020)

Fonte: Relatórios de situação da OMS



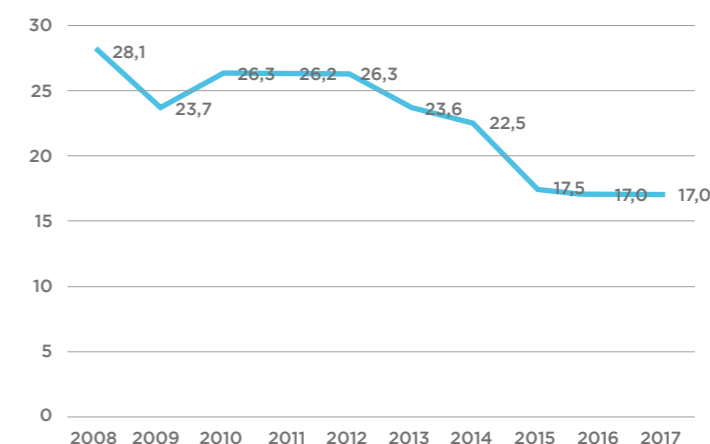
Base de referência pré-crise

Cabo Verde alcançou um progresso considerável na evolução dos indicadores de saúde, como resultado das políticas e estratégias voltadas para as reais necessidades da sua população, principalmente no que diz respeito à saúde de mulheres e das crianças; ou seja, no combate à mortalidade infantil atingindo 15,8 por mil nascidos vivos, apesar de a taxa de mortalidade perinatal de 25,5 representar cerca de 60% da taxa de mortalidade infantil. A cobertura da vacinação é superior a 95%, a desnutrição aguda vai até 4,4% e o baixo peso em crianças menores de cinco anos é de 5%, abrangendo consultas pré-natais (80% com 4 CPN), garantindo que os partos institucionais são realizados por pessoal qualificado (92%) e prevalência de contraceptivos (54%). O Investimento no planeamento familiar, como demonstrado pela cobertura de 100% no planeamento familiar, segundo o orçamento nacional. A taxa de mortalidade materna varia anualmente, de 9/100.000 nascidos vivos em 2015, para 47/100.000 nascidos vivos em 2017. A prevalência de anemia de 43% em crianças menores de cinco anos é considerada um problema de saúde pública e a gravidez das adolescentes continua a exigir atenção do setor público e da sociedade civil, onde, segundo os dados mais recentes, 18% das mulheres grávidas no país têm entre 10 e 19 anos de idade.

FIGURA 11
Taxa de mortalidade (5 anos e menos)

Gráfico 4 - Evolução da taxa de Mortalidade em menores de 5 anos, ano de 2008 a 2017

Fonte: SVIRE/ DNS/ MSSS



O país tem uma taxa de prevalência do HIV/SIDA de 0,6% (DHS III 2018) e um forte programa de prevenção da transmissão de mãe para filho com 98% das mulheres grávidas com acesso a aconselhamento, triagem e tratamento integrados serviços antirretrovirais e acompanhamento de seus filhos a nível nacional, com uma taxa de transmissão de HIV de mãe para filho abaixo de 3% nos últimos anos.

Cabo Verde encontra-se numa fase de transição epidemiológica, na qual ainda coexistem doenças infecciosas agudas e transmissíveis e não transmissíveis (DNT). Por outro lado, o país está a viver um contexto de transição demográfica contínua que se traduz num aumento na população jovem (46,4% da população tem menos de 25 anos de idade) exigindo bastante conhecimento e disponibilidade importante de dados relacionados com a saúde dos adolescentes/jovens. A transição epidemiológica implica atenção simultânea às infeções respiratórias e gastrointestinais que afetam crianças menores de cinco anos, bem como as DNTs, que incluem, entre outras, anemia e cancro, responsáveis por cerca de 70% das mortes no país e o cancro do colo do útero como a segunda principal causa de morte entre mulheres em idade ativa.

Quanto às doenças transmitidas por picadas de mosquitos, destacam-se: a malária, o dengue, o zika, a febre amarela e outros arbovírus, para os quais o país é vulnerável, devido à presença dos vetores

As situações de emergência (epidemias e secas) está a exacerbar as vulnerabilidades de saúde do país, associadas às escolhas de estilo de vida, são profundamente marcadas por questões sociais e comportamentais e exigem que o sistema de saúde seja mais orientado para a prevenção e promoção da saúde e para a implementação de intervenções efetivas e integradas através de abordagens multissetoriais.

Impacto da COVID-19

O setor saúde sentiu e continua a sentir os efeitos da COVID-19 nos mais variados domínios, como no perfil de saúde da população, na organização institucional a nível central e local (recursos humanos, gestão de serviços), aspetos financeiros e técnicos. Apesar dos efeitos sobre a saúde e a mortalidade da população relacionados diretamente à infeção por COVID-19, com mais de 1.384 casos confirmados de COVID-19, atingindo especialmente mulheres (51%) e pessoas de 20 a 40 anos (55,7%), a procura por serviços de saúde pode ser reduzida. Uma das estruturas centrais de saúde mais importantes situadas na capital, Praia registou uma redução na procura em 90% dos pacientes com patologias crônicas e graves.

A pandemia interfere também nas intervenções do planeamento familiar, atendimento pré-natal e pós-natal, atendimento obstétrico, imunização e atendimento preventivo e curativo, bem como nas cadeias de suprimentos de produtos de saúde (medicamentos, vacinas, micronutrientes e contraceptivos, entre outros) que exercem maior pressão sobre os recursos financeiros e humanos.

Apesar destes desafios, a monitorização contínua do impacto é essencial para identificar estratégias de forma a garantir a continuidade dos serviços de salvamento, incluindo Saúde Reprodutiva / saúde materna e infantil, pré-natal e imunização, para evitar doenças e outros surtos

de doenças evitáveis (por exemplo, via imunização) e impacto negativo na morbimortalidade, especialmente em crianças, adolescentes e mulheres.

As estruturas de saúde, serviços e recursos humanos / técnicos de saúde foram reorganizados para uma melhor resposta à situação da pandemia, à medida que o número de casos aumentou e se espalhou nas diferentes ilhas, retardando assim parte do pacote de serviços disponibilizados. As medidas de confinamento e distanciamento social podem ter um importante impacto negativo sobre a saúde mental, especialmente entre jovens e idosos.

Os testes sorológicos maciços à população, na ala de isolamento institucional dos hospitais de campanha para todos os casos confirmados de COVID-19 e a contratação de novos técnicos de saúde aumentaram em mais de 10%, teve um tremendo impacto no orçamento do setor de saúde, que pode afetar a sua disponibilidade e a qualidade de respostas futuras dos serviços de saúde, a nível local e central.

O **acesso aos serviços de assistência** e tratamento para Transtornos por Abuso de Substâncias ficou significativamente limitado e, para as comunidades terapêuticas, o processo de recuperação tornou-se ainda mais difícil, porque limitaram o acesso às terapias em grupo. Os relatórios do serviço revelam que o isolamento social e o acesso limitado às terapias representaram um fator de risco para o aumento do uso de álcool e outras drogas, além de recaídas para pessoas com transtornos, em processo de recuperação.

O setor de saúde ainda não possui um estudo de impacto, mas, segundo o primeiro estudo COVID-19 KAP (online) realizado pelo Ministério da Saúde e Previdência Social, 93,19% dos inquiridos referidos mudaram de rotina, enquanto 6,66% mantiveram suas rotinas e 0,15%.

EDUCAÇÃO

Base de referência pré- crise

Durante a 9ª legislatura, o governo introduziu um conjunto de medidas estratégicas ousadas com o objetivo de alcançar os ODS e, em particular, o ODS 4. Iniciaram-se profundas reformas no sistema educacional e, também, no sistema de formação profissional, com foco em ambos os domínios curriculares e pedagógicos. Este Plano Estratégico de Educação (PEE 2017-2021) adotou uma visão para o setor educacional: um sistema educacional integrado ao conceito de economia do conhecimento que, de baixo para cima, orienta os jovens para um domínio proficiente de idiomas, ciências integradas, tecnologias e a construção de um perfil cosmopolita aberto ao mundo, capaz de internalizar valores intrínsecos de responsabilidade mútua, como membros da comunidade, de preparação para a aprendizagem ao longo da vida, cultura de pesquisa, experimentação e inovação. Nesse contexto, com base nos diagnósticos realizados para orientar a visão do país em relação à produção de capital humano relevante, em quantidade

e qualidade, de acordo com as perspectivas macroeconómicas nacionais de crescimento e emprego, estabeleceu-se três grandes linhas de prioridades de intervenção: **i)** acesso universal à educação; **ii)** melhoria da qualidade e relevância dos serviços educacionais; **iii)** fortalecimento da eficiência e gestão do sistema. Essas linhas prioritárias do PEE estão devidamente alinhadas com o programa PEDS “Educação de Excelência”, traduzido em quatro objetivos principais:

- Implementação de um sistema formal de educação pré-escolar universal
- Garantir o acesso gratuito e equitativo à educação básica obrigatória até ao 8º ano
- Melhorar o acesso, a qualidade e a relevância do ensino secundário de acordo com o desenvolvimento do país
- Promover o desenvolvimento equitativo e sustentável do ensino superior, vinculando-o à pesquisa em consonância com o desenvolvimento socioeconómico e cultural do país.

TABELA 3
Resumo e evolução dos principais indicadores de avaliação PPE

Programa	Objectivo Geral	Indicador principal de resultados	Base 2016(%)	Situação 2020	Meta 2021 (%)
Educação pré-escolar: universalização do acesso	Implementar a educação pré-escolar e qualidade para todas as crianças com 4/5 anos.	Taxa líquida de escolarização	80,2	82,90%	100
Ensino Básico Integrado: Bases para a vida	Garantir o acesso equitativo à escolaridade universal e gratuita e com qualidade até ao 8º ano de escolaridade.	Taxa líquida de escolarização	86,1	93,30%	100
Reforço e Consolidação do Ensino Secundário (Via Geral-VG e Via Técnica - VT)	Melhorar o acesso, a qualidade e relevância do ensino secundário em sintonia com o desenvolvimento do país.	Taxa líquida de escolarização	51,7	53,7%	80
		% de alunos da VT	3,1	4%	10
Ensino Superior, Ciência e Inovação	Promover o desenvolvimento equitativo e sustentável do ensino superior, articulando-o à investigação em consonância com o desenvolvimento sócioeconómico e cultural do país.	Taxa líquida de escolarização	23	23,50%	30

Impacto da COVID-19

A pandemia afetou o sistema educacional, causando, como noutros países, a suspensão das aulas com o surgimento dos primeiros casos. Seguindo o Plano Nacional de Contingência preparado pelo Ministério da Saúde e Previdência Social e validado pelo Governo em 11 de março de 2020, o Ministério da Educação autorizou a antecipação de férias escolares dos jardins de infância e das escolas básicas e secundárias na ilha de Boa Vista, em 20 de março deste ano. A medida preventiva foi estendida a todas as escolas do país, com vigência a partir de 23 de março, através da Resolução nº 50/2020, em 18 de março de 2020. Com essa medida, cerca de 17.108 crianças de 4-5 anos e 110.829 alunos do ensino básico e secundários foram confinados em casa como uma das maneiras de impedir a propagação do vírus.

No âmbito da Declaração de Estado de Emergência em todo o território nacional, no período de 29 de março (Decreto-Lei nº 36/2020, de 28 de março), as escolas públicas permaneceram encerradas, com o Ministério da Educação adotando as diretrizes para estudo em casa e interação e comunicação entre estudantes e professores a distância, em conformidade com as 10 recomendações sobre educação a distância emitidas pela UNESCO.

Como forma de manter os alunos engajados no processo do ensino-aprendizagem, o Ministério da Educação considerou e preparou, desde o início da pandemia, diversos cenários possíveis e não exclusivos para a continuidade do ano letivo 2019-2020, tendo em mente a diversidade significativa de contextos nas nove ilhas habitadas, para o benefício das crianças e jovens do ensino pré-escolar e do ensino básico e secundário. Dada a disponibilidade dos recursos humanos e tecnológicos necessários, foi adotado o mecanismo de Educação a Distância, com o projeto “APRENDER E ESTUDAR EM CASA” e, com o objetivo de permitir a todas as crianças e jovens, manter o contato regular com seus professores, estimulando o estudo e a aprendizagem, consolidando o seu progresso educacional e de aprendizagem. As atividades propostas são naturalmente parte da extensão do que foi feito em sala de aula antes e / ou de uma possível preparação do que será feito após o regresso à escola.

A educação à distância pode exacerbar ou até mesmo gerar desigualdades em termos de acesso à educação, especialmente em áreas informais. Por esse mesmo motivo, e de forma a não deixar ninguém para trás, Cabo Verde tem investido em medidas complementares que podem aliviar essas dificuldades, como disponibilizar cartões de estudante, oferecer materiais sem custo adicional às famílias e fornecer fichas de trabalho de acompanhamento para professores das escolas afetadas por essas limitações, que também podem ser usadas por estudantes que não têm condições tecnológicas para acompanhar a tele-aulas. Dando ênfase particular à garantia da continuidade das disciplinas principais, incluindo a língua portuguesa e a matemática.

Para que a educação esteja ao alcance de todas as crianças e adolescentes matriculados no

sistema durante a pandemia, o uso das TIC aparece como uma solução mediadora no processo de ensino-aprendizagem, com meios privilegiados nesta fase. Televisão, rádio, distribuição de fichas e outros meios foram disponibilizados através das tele- e audio- aulas e materiais digitais, a fim de garantir o acesso equitativo a todas as famílias.

Devido a algumas limitações como a existência de zonas de sombra ou com fraca cobertura, principalmente em Santo Antão e Fogo, foram estabelecidas parcerias com outras rádios existentes, inclusive as rádios comunitárias. Adicionalmente, para colmatar as dificuldades impostas pelo modelo do ensino a distância, o Ministério de Educação aposta no reforço do acesso e da conectividade, através de distribuição de televisores a um total de 10.000 famílias carenciadas e desprovidas destes meios (televisores) e da melhoria de comunicação e conectividade para todos os docentes (6.500).

Toda a estratégia mencionada acima tem altos custos técnicos e financeiros e sua implementação e sucesso somente são possíveis através de estreita coordenação e cooperação entre parceiros nacionais e internacionais. Em termos de parcerias nacionais, o Ministério da Educação já recebeu compromissos da RTC, Green Studio, ACI - Agência de Comunicação e Imagem, Rádio Televisão de Cabo Verde, NOSI, Unitel T + e CV Telecom. No nível internacional, a implementação do projeto Educação a Distância conta com o apoio da UNESCO, do Banco Mundial, do Grupo de Parceiros de Educação, da UNICEF, do Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação do Brasil e da Huawei.

PROTEÇÃO INFANTIL

Base de referência pré-crise

Em 2018, a população estimada de Cabo Verde era de 544.081 habitantes dos quais 174.104 (52,3% meninos e 47,6% meninas) têm menos de 18 anos, o equivalente a 32,4% da população total. Destes, 28,3% são crianças menores de 14 anos, incluindo 9,6% entre 0 e 4 anos e 18,7% entre 5 e 14 anos. As estimativas sugerem que 69% dos domicílios contêm pelo menos uma pessoa com menos de 18 anos, sendo que esse percentual chega a 74% nas áreas urbanas (CABO VERDE, 2018 c). O sistema jurídico cabo-verdiano tem evoluído constantemente em termos de legislação que diz respeito direta ou indiretamente aos direitos das crianças e dos adolescentes. O país possui um sistema institucional favorável para a conquista dos direitos da criança na forma do Instituto de Criança e Adolescência de Cabo Verde - ICCA e uma importante estrutura legal para promover e proteger os seus direitos, como o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 50 / VIII / 2013, da BO I Série, nº 70, 26 de dezembro).

Na área da saúde infantil, Cabo Verde fez grandes progressos nos últimos anos, alcançando os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio na área da mortalidade infantil (5 anos ou menos) e

mortalidade materna em 2015. Esse sucesso está principalmente relacionado com a abordagem preventiva e especialmente com a elevada taxa de vacinação de crianças, que evitou muitas desigualdades e reduziu as desigualdades evitáveis nos cuidados de saúde. Até 2016, pelo menos 91 em cada 100 crianças menores de 1 ano haviam sido vacinadas (SDG/VNR, 2018).

Em Cabo Verde, quase todas as crianças estão na escola até os 12 anos. Todavia, alguns grupos encontram-se ainda excluídos, nomeadamente: crianças com deficiência e as que residem nos locais se encontram em localizações mais distantes, especialmente nas áreas rurais, desfrutam de igual acesso a serviços de qualidade devido às assimetrias entre ilhas e espaços locais.

A análise da situação das crianças e adolescentes em Cabo Verde (SITAN 2011) abrange vários conquistas e desafios. O país possui um sistema institucional favorável que trabalha para garantir os direitos da criança, nomeadamente o Instituto da Criança e do Adolescente - ICCA é um importante marco legal para promover e proteger os direitos das crianças. No entanto, Cabo Verde enfrenta ainda vários desafios no que diz respeito à proteção dos direitos da criança. A taxa nacional de trabalho infantil é estimada em 8%. Uma das preocupações é a lentidão da justiça com as crianças.

Embora o casamento infantil seja ilegal, uma significativa proporção de meninas com menos de 18 anos de idade vive em união de facto e casos de mutilação genital entre comunidades migrantes foram já relatados. Existem preocupações sobre a prevalência da discriminação contra meninas enraizada em atitudes patriarcais e estereótipos sobre os papéis de mulheres e homens e sobre o tráfico de crianças para fins de exploração sexual e laboral. O abuso sexual, geralmente intrafamiliar ou por pessoas próximas à família, continua como um dos graves problemas que as crianças enfrentam. Em Cabo Verde, o combate à violência sexual contra crianças e adolescentes é uma das principais prioridades do governo, como afirma: “todas as crianças devem ser protegidas pela sua família e pela sociedade em geral”. A situação das crianças e adolescentes que vivem nas ilhas turísticas de Sal e Boa Vista é relatada como uma preocupação maior em comparação com outras ilhas. O número de casos de abuso sexual registado, dependência de drogas, consumo excessivo de álcool, trabalho infantil e crianças sem-abrigo confirmam a afirmação.

Impacto da COVID-19

As crianças têm sido um grupo menos infetado pela COVID-19 a nível mundial, quando comparado com as populações mais idosas. Em Cabo Verde, do total de 1165 casos de pessoas infetadas, até o dia 29 de junho de 2020, 235 são crianças e jovens na faixa etária entre 0 e 20 anos.

As crianças não são o rosto desta pandemia, mas correm o risco de estar entre as maiores

vítimas. Embora em grande parte poupada dos efeitos diretos na saúde - pelo menos até o momento - a crise tem afetado profundamente o seu bem-estar.

Cabo Verde ainda não realizou uma avaliação do impacto desta pandemia nos direitos das crianças. No entanto, os efeitos indiretos das medidas de combate à pandemia refletem-se nas realidades sociais e económicas das famílias, com impactos a curto, médio e longo prazo nas crianças e com efeitos profundos no seu direito ao bem-estar, saúde, desenvolvimento, educação e proteção.

Como resultado da pandemia, todas as escolas foram fechadas desde 23 de março. A conclusão das avaliações de aprendizagem em todos os níveis de ensino antes do anúncio da contenção levou ao cancelamento do segundo período do ano letivo. Aproximadamente 115.000 crianças da pré-escola ao ensino secundário estão fora da escola.

O encerramento da escola, o confinamento e a perda do emprego dos pais são fatores que podem aumentar os riscos de exploração, violência e abuso sexual. Esses casos podem não ser relatados, deixando as crianças sem proteção e em grave risco. Cerca de 400 crianças em situação de risco que frequentam os centros de proteção social sob a responsabilidade do ICCA, ficaram privados de um conjunto de cuidados essenciais para o seu normal desenvolvimento pessoal e social em decorrência do encerramento destes centros durante o período de Estado de Emergência. Durante este período só os Centros de Emergência Infantil da Praia e do Mindelo e o Centro Juvenil Nho Djunga em S. Vicente que têm crianças internas funcionaram.

Os efeitos das medidas físicas de distanciamento e restrições de movimento na saúde mental das crianças representam outro motivo de preocupação. Hoje, as crianças enfrentam ansiedade pelo impacto negativo da pandemia nas suas vidas e nas suas comunidades, além das incertezas quanto ao futuro: quanto tempo durarão as circunstâncias extraordinárias de hoje e como a pandemia será finalmente resolvida? Para as crianças que sofrem de privações extremas, o stress agudo pode prejudicar o seu desenvolvimento cognitivo e desencadear desafios de saúde mental a longo prazo.

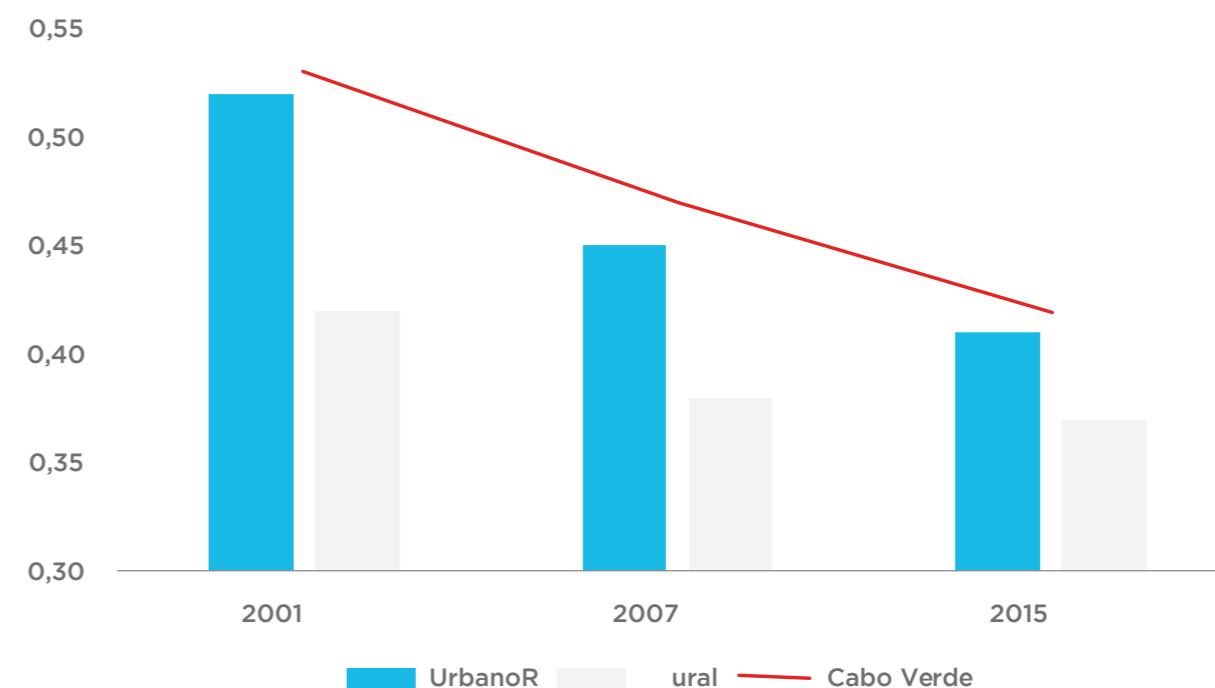
É essencial fornecer serviços e respostas que possam garantir a saúde mental das crianças, assistência psicológica de forma a aliviar o stress e a ansiedade das crianças resultantes da situação de pandemia e minimizar os riscos de violência. Ferramentas práticas de apoio aos pais e cuidadores, incluindo como discutir a pandemia com os seus filhos, como gerir a sua própria saúde mental e a de seus filhos, e ferramentas para ajudar a apoiar a aprendizagem dos seus filhos devem ser fornecidas durante toda a fase de resposta à crise. Também deve ser dada prioridade à continuidade dos serviços centrados na criança, com foco na equidade de acesso - particularmente em relação à educação, programas de nutrição, imunidade, assistência materna e ao recém-nascido e programas comunitários de proteção das crianças também devem ser priorizados.

POBREZA E DESIGUALDADES

Base de referência pré-crise

A crise veio sobrepor-se e aprofundar as vulnerabilidades e desigualdades existentes no país. De realçar que no contexto anterior à pandemia, Cabo Verde tinha feito progressos significativos no que tange à diminuição da pobreza. Houve uma diminuição de 58% das pessoas que vivem na pobreza em 2001 para 30,1% em 2019 de acordo com as estimativas do Ministério das Finanças. Apesar da forte queda na desigualdade de rendimentos (medido pelo coeficiente de Gini) entre 2001 e 2015, a desigualdade continua a ser uma preocupação, devido às disparidades no acesso a serviços básicos, e acesso ao emprego, principalmente entre os jovens, e pobreza, principalmente nas áreas rurais (48,5 % da população).

FIGURA 12
Coeficiente GINI em Cabo Verde (Fonte: INE, IDRF, 2015)

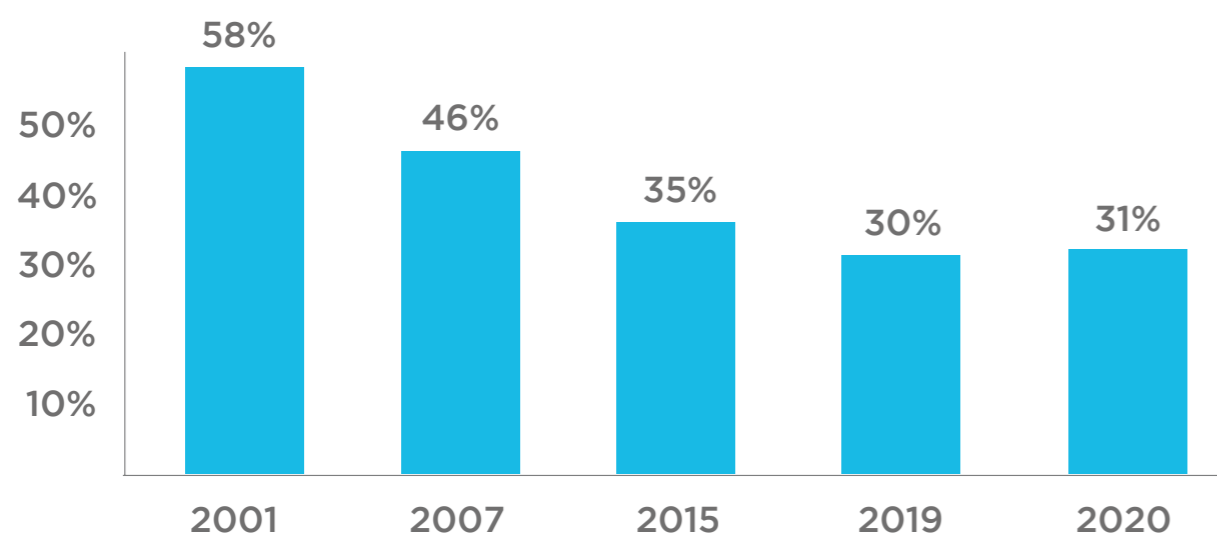


De acordo com o rácio de Palma, que é uma medida alternativa das desigualdades de rendimento, verifica-se que em média, em Cabo Verde, os 20% da população mais rica têm despesas 3.2 vezes superiores aos 40% da população mais pobre, sendo mais intenso no meio urbano do que no meio rural (1.3 no meio rural, 11.1 no meio urbano).

Impacto da COVID-19

Segundo a OIT, a crise pode levar a um aumento significativo da pobreza global, potencialmente acabando com os ganhos de uma década de redução da pobreza, mas também aprofundar as desigualdades sociais, com efeitos particularmente nefastos sobre os grupos mais vulneráveis, nomeadamente, os idosos, as pessoas com deficiência e doenças crónicas incapacitantes, além das crianças e mulheres.

FIGURA 13
Pop. Vivendo baixo o limiar de pobreza (%).



Prevê-se que a taxa de pobreza aumente de 2,14% para 2,84% a nível regional. A nível nacional, as estimativas do Ministério das Finanças preveem que a pobreza aumente de 30,3% para 31,3%, considerando o limiar de pobreza nacional o valor de 5.5 US\$PPP/ por dia.

As crescentes desigualdades de rendimento são motivadas desde abril, pelas perdas de rendimentos derivados dos lay-offs simplificados, dos despedimentos no setor formal e especialmente no setor informal que emprega 52,5% dos trabalhadores no país, sendo a maioria mulheres. Esta tendência deve acelerar, dado que a recuperação económica deverá ser somente em 2021 e em ritmo lento, especialmente nos setores do turismo e hotelaria, que estão a levar a cada vez mais despedimentos e falências. Além da pobreza monetária, espera-se ainda que a pobreza multidimensional e as vulnerabilidades individuais e de certos grupos aumente.

As implicações da COVID-19 no setor da saúde podem levar a uma diminuição no acesso das populações mais vulneráveis a alguns dos seus direitos e serviços, o que, por sua vez, provocará um aumento da pobreza e das desigualdades multidimensionais. Dado o espaço fiscal/orçamental reduzido devido a uma redução de 25% das receitas públicas (excluindo

donativos) em relação ao programado para 2020 um aumento significativo nos gastos públicos (por exemplo, + 35% somente na saúde, além dos gastos adicionais na proteção social), uma provável paralisação na APD e um aumento da dívida pública (+ 10,5%), o governo encontrará dificuldades em manter os níveis pré-crise dos serviços públicos e sociais.

A paralisação das atividades económicas formais e informais, assim como a paragem nas atividades de formação profissional pode provocar consequências ainda piores. O desemprego jovem, que já antes da crise apresentava desafios (pese embora a redução nos últimos anos também deve ser vista como uma preocupação em termos das crescentes desigualdades. Os jovens possuem empregos frágeis e instáveis ou atividades geradoras de rendimento em setores fortemente atingidos (pesca, construção, hospitalidade, pequenos retalhistas informais, entre outros). Com o aumento do desemprego e da pobreza extrema, os jovens que constituem a maioria da população, podem ser desproporcionalmente afetados e, em determinada medida, tornarem-se mais suscetíveis à vitimização e outros vícios.

PROTEÇÃO SOCIAL

Base de referência pré-crise

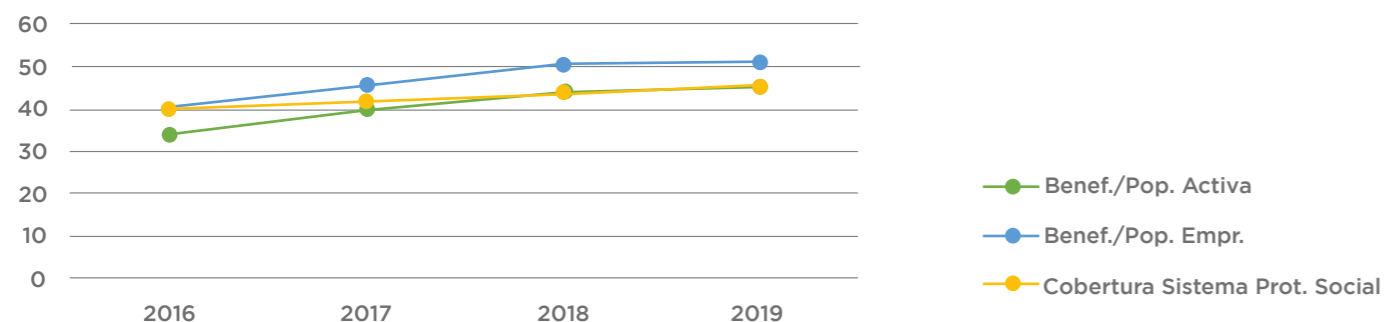
Estão a ser feitos esforços significativos para melhorar a proteção social do país com o objetivo de construir um Sistema mais abrangente, universal e inclusivo, com cobertura universal ao longo do ciclo de vida. O total de gastos com o setor da proteção social / políticas aumentou de 3,7% (2010) para 5,3% do PIB (2017).

No entanto, apenas 36,2% (dados de 2017) dos cabo-verdianos são cobertos por pelo menos um subsídio de proteção social e 50% da população empregada é coberta pela segurança social. Se considerarmos a assistência médica, a cobertura aumenta para 55% do total. No entanto, ainda existe uma grande parcela de pessoas pobres que não é coberta pelo seguro social, especialmente famílias pobres com idade para trabalhar e que requerem medidas de assistência social.

No que diz respeito à proteção social contributiva (segurança social, incluindo funcionários públicos), cerca de 5 em cada 10 pessoas empregadas ativas (15 e +) estão a contribuir para a segurança social, representando cerca de 3% do PIB. 58.721 crianças e adolescentes recebem um subsídio familiar do INPS (no máximo 3 por família), representando cerca de 32% da população com menos de 18 anos. Programas de proteção social não contributivos cobrem aproximadamente 15,5% da população total (2018), mas espera-se que esse número aumente devido às recentes inovações e novas políticas introduzidas no sistema (em particular com a introdução do Rendimento Social de Inclusão - RSI). Em relação à velhice, 71% da população de 60 anos ou mais de idade está coberta por alguma forma de reforma/ pensão de velhice/

pensão social.

FIGURA 14
Indicadores do Sistema Nacional de Proteção Social 2016-2019 (Fonte: Dados do INPS e INE)



A análise sobre o género no sistema da proteção social também aponta para algumas diferenças entre homens e mulheres como resultado de carreiras mais longas e mais bem remuneradas para os primeiros, em termos de benefícios alcançados. As mulheres são mais propensas a serem elegíveis para receber pensões sociais (em 2015, 61% das pensões pagas eram para mulheres) e os homens são mais propensos a receber pensões de velhice do INPS (em 2015, 60% das pessoas a receber pensões de velhice eram homens).

Não obstante estas características positivas do sistema de Proteção Social de Cabo Verde, é necessário melhorar a eficiência (menor fragmentação e adequação dos benefícios) e a eficácia (cobertura mais ampla, principalmente ao nível das áreas rurais) para avançar com a agenda da proteção social, apoiando o crescimento e reduzindo as desigualdades. Como em qualquer sistema de proteção social do mundo, existe, por um lado, uma necessidade constante de melhorar e adaptar os benefícios às necessidades da população e, por outro lado, um desejo crescente de aumentar a transparência e a governança da gestão.

Impacto da COVID-19

A COVID-19 terá impactos de longo alcance nos resultados do mercado de trabalho e na vida em geral. Além de preocupações urgentes com a saúde dos trabalhadores, com as suas famílias e a população em geral, o vírus e os choques económicos subsequentes impactarão o mundo do trabalho em três dimensões principais: **1)** o número de empregos (desemprego e subemprego); **2)** a qualidade do trabalho (por exemplo, salários e acesso à proteção social); e **3)** grupos específicos mais vulneráveis que estarão mais vulneráveis às adversidades do mercado de trabalho.

As autoridades de Cabo Verde reagiram decisivamente desde o início do surto de COVID-19 para conter e mitigar o impacto da pandemia no setor da saúde e tentaram garantir os empregos e

rendimentos através de medidas imediatas, como a retenção de emprego e subsídios de proteção social.

As medidas de retenção de emprego foram: (1) a introdução de um regime simplificado de suspensão de contratos de trabalho/ layoff simplificado; apoio à manutenção da remuneração paga em 70% - paga pelo INPS, 35% pelo empregador; e (2) a isenção, sob certas condições especificadas, do pagamento das contribuições para a seguridade social por um período de três meses. Até ao dia 8 de maio, o INPS já tinha recebido mais de 16.000 pedidos de lay-off simplificado.

Um conjunto de medidas de proteção social focado no lado contributivo através (i) da criação de um subsídio extraordinário ao isolamento profilático de 14 dias, pago a 70% da remuneração/ salário de referência; e (ii) medidas excepcionais de subsídio de desemprego - redução do período de garantia, remoção de algumas formalidades na solicitação do processo. Até ao final de junho tinham sido pagos 187 subsídios de isolamento profilático e 1001 subsídios de desemprego (de entre 1.681 pedidos recebidos), abrangendo mais mulheres que homens (57,4% contra 42,6, respetivamente). As medidas de proteção social não contributiva foram: (1) extensão/ ampliação do Rendimento de Inclusão Social (RSI), através da criação do RSI de Emergência (RSI/ E) para atingir 2.788 domicílios (HH), o que representa uma cobertura total de 8.000 HH por ambos os benefícios; (2) criação de um subsídio fixo chamado Rendimento Solidário (RSO) de cerca de 90,69 euros para 30.000 trabalhadores informais e trabalhadores do regime REMPE; (3) assistência alimentar (cestas básicas) para 22.500 famílias, entre elas 30.000 crianças; (4) Fortalecer as equipas sociais locais de forma a garantir os serviços de assistência domiciliar a idosos que vivem isolados, assim como a pessoas doentes e portadores de deficiência. Isso para além de reforçar a garantia do acesso à saúde do regime não contributivo (assistência médica, medicamentosa e evacuações). Em termos de execução, de realçar que da parte do INPS foram pagos 4.041 subsídios de RSO a trabalhadores REMPE com salário igual ou inferior a 20.000 ECV; enquanto o MFIS pagou a cerca de 20.000 trabalhadores informais. Relativamente à medida do RSI/E, que foi originalmente pensado para ser pago durante 3 meses, foi estendido para 22 meses.

Essas medidas temporárias podem se tornar insuficientes dado que as medidas de contenção da pandemia continuam e os fatores externos que afetam a economia não se recuperam nem produzem um retorno do emprego em setores-chave. Nesse sentido, é necessário ampliar de maneira mais permanente a cobertura da proteção social a grupos vulneráveis, aumentando o escopo dos programas de transferência de renda (renda de inclusão social) para garantir a capacidade de consumo da população pobre nos próximos meses. A intervenção a nível da rede de segurança, até então focada em famílias extremamente pobres, deve estender sua cobertura aos trabalhadores informais afetados, vinculando a transferência de dinheiro a programas que promovam a retomada da atividade económica dentro de uma estrutura de trabalho decente.

A gestão do setor de proteção social deve ser capaz de articular-se com diferentes atores da sociedade civil e reorientar o financiamento para projetos de intervenção complementares às medidas realizadas pelo governo central e local. Também deve fornecer ao sistema ferramentas de gestão computadorizadas e expandir o registo de beneficiários no Registo Social Único.

GÉNERO

Base de referência pré-crise

A pobreza extrema, que afeta 1 em cada 10 pessoas em Cabo Verde (10,6%), afeta mais as mulheres - 53,6% dos extremamente pobres são mulheres. Nas áreas rurais, 53,1% da população pobre e 53,6% da população muito pobre são mulheres.

Os agregados familiares representados por mulheres são mais afetados pela pobreza: 60,5% dos agregados pobres são representados por mulheres (versus 39,5% dos representados por homens), o que acontece com 62,1% dos agregados muito pobres (versus 37,9%). As diferenças são particularmente marcadas no meio urbano, onde 62,8% dos agregados pobres e 66,3% dos muito pobres são representados por mulheres.

Em termos de Violência Baseada no Género (VBG), a proporção de mulheres que sofreram violência física passou de 2 em cada 10 mulheres em 2005 (20,3%) para cerca de 1 em cada 10 mulheres (10,9%) em 2018, representando uma queda de 9,4%. . Notavelmente, a faixa etária que não diminuiu foi a das mulheres dos 40 aos 49 anos. O fato de a prevalência de violência física ter caído entre as gerações mais jovens é um indicador da importante mudança comportamental, que reflete a eficácia das estratégias de trabalho desde 2005.

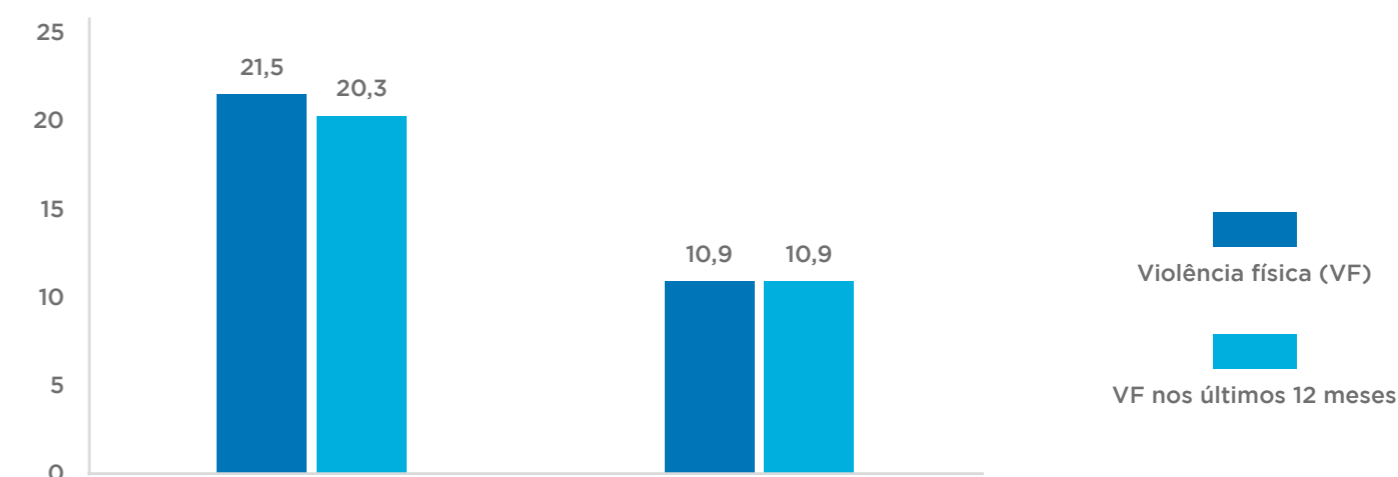
Dados do INE apontam que a taxa de desemprego em 2019 nos homens diminuiu para cerca de 10,7% (12,7% em 2018), diferente do observado em mulheres, que registou um ligeiro aumento, passando de 11,6% em 2018 para 12,0% em 2019. Pese embora, não existir diferenças significativas entre as duas taxas, a grande assimetria no mercado de trabalho é vista ao analisar a taxa de atividade, sendo que, enquanto para as mulheres situar-se em torno de 50,5%, para os homens está em cerca de 64,5%, uma diferença de 14 p.p. Ao longo da vida, a produtividade dos homens é muito maior que a das mulheres, resultando numa diferença substancial no rendimento de ambos, o que explica o nível mais alto de pobreza nas mulheres do que nos homens.

De acordo com alguns dados mais recentes publicados pelo INE, a alfabetização nos adultos é de 85% para as mulheres e 93% para os homens, com uma maior discrepância de género nas áreas rurais, onde a taxa de alfabetização é de apenas 74% para as mulheres, em comparação com 87% para os homens. O desafio agora é melhorar a qualidade da educação e reforçar os papéis da igualdade de género, expectativas expressas pelos professores. Uma especial atenção deve

ser dada aos ciclos de estudos, fazendo com que as formações ministradas sejam relevantes para o mercado de trabalho, condição sine qua non para o crescimento económico sustentável do país. Igualmente, deve estar no centro das atenções a questão da integração das mulheres como professoras, gestoras, entre outras profissões.

FIGURA 15

Violência baseada em Género em Cabo Verde



Atualmente, as mulheres representam 24% dos assentos parlamentares e 26% dos vereadores locais. No entanto não existem mulheres com o cargo da presidência dos conselhos municipais e apenas duas mulheres presidentes das assembleias municipais. Todavia, as mulheres são muito ativas nas atividades políticas dentro dos partidos políticos, mas continuam a ser uma minoria nos órgãos de tomada de decisão dos partidos políticos. As mulheres são também muito ativas nas associações comunitárias, onde normalmente são a maioria.

Merece realce o fato das mulheres serem muito influentes em cargos de gestão sénior da administração pública em todos os cargos ministeriais do governo, em agências independentes e no sistema judicial.

Impacto da COVID-19

A crise impacta de forma diferente os homens e as mulheres em virtude dos seus diferentes papéis socio económicos e das desigualdades de género existentes em Cabo Verde. No geral, espera-se que as medidas de distanciamento social e a desaceleração económica, como resultado da crise, afetem mais os trabalhadores vulneráveis, predominantemente as mulheres, que constituem a maioria dos assalariados informais e diários, trabalhadores domésticos, assim como migrantes e refugiados, mulheres e meninas, vítimas de VBG, meninas em famílias com insegurança alimentar, mulheres idosas e trabalhadoras do setor da saúde.

A crise pode ameaçar o progresso acumulado ao longo dos anos nas áreas da saúde sexual e reprodutiva em Cabo Verde, inclusive no combate à mortalidade materna. À medida que os recursos de saúde pública são redirecionados para a resposta à crise e o sistema de saúde está sob uma crescente pressão e stress e à medida que a crise avança, é provável que os principais serviços de saúde destinados às mulheres, como perinatal e serviços gerais de saúde sexual e reprodutiva, sejam afetados. Além disso, as mulheres grávidas estão entre os grupos de risco da COVID-19, uma vez que agora precisam aceder às unidades de saúde com maior frequência para exames regulares, onde o risco de infeção é mais alto.

Desde o início da crise, as mulheres profissionais do setor da saúde estão na vanguarda do combate à pandemia, e representam uma grande proporção dos serviços sanitários e do pessoal de saúde nos hospitais, centros de saúde, farmácias e nas equipas de limpeza dos serviços de emergência. Portanto, elas estão altamente expostas à epidemia, especialmente quando há escassez de equipamentos de proteção, e se vêm afetadas por um tremendo stress físico e emocional.

Além disso, é provável que as medidas de distanciamento social afetem os trabalhadores informais (no geral 60%, sendo a grande maioria mulheres) e os assalariados diários.

Para as trabalhadoras assalariadas (51,7% do emprego feminino) além do potencial desemprego ou redução de rendimento, é provável que a crise tenha um impacto sobre as mulheres através do aumento do número de horas que elas passam em trabalho não remunerado, como resultado do encerramento das escolas.

As MPME lideradas pelas mulheres também foram severamente impactadas pela crise. A maioria destas empresas têm uma estrutura frágil, com problemas para aceder a um financiamento em condições normais e possui pouca margem para amortecer os choques económicos. As interrupções nas cadeias de fornecimento e o encerramento dos mercados criaram um impacto imediato sobre as empresas, pois a sua grande maioria não tem recursos financeiros para manter as operações para além de algumas semanas ou dias em alguns casos.

As medidas de controlo colocam novos desafios para as mulheres do meio rural sobre o seu papel como produtoras e comerciantes agrícolas (produção de alimentos básicos, culturas alimentares, culturas comerciais, assim como cadeias de valor agrícola e pecuária) e na manutenção da segurança alimentar das suas famílias.

A incidência de VBG está a aumentar rapidamente devido ao efeito da COVID-19 em todo o mundo. A crise também está a afetar os serviços de suporte da VBG, inclusive através de maiores restrições aos relatórios. Serviços essenciais, incluindo cuidados que salvam vidas, como a gestão clínica das violações sexuais, saúde mental e apoio psicossocial podem ser interrompidos.

SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Base de referência pré-crise

Cabo Verde é um SIDS, que dado a sua fragmentação territorial, existência de uma superfície limitada de terra arável para a prática da agricultura, e agravada pela sua vulnerabilidade aos fenómenos meteorológicos extremos em consequência das mudanças climáticas, torna-o vulnerável à insegurança alimentar quer conjuntural como estrutural.

A insegurança alimentar em 2018 atingiu 37,7% da população cabo-verdiana, com 28,1% de insegurança alimentar moderada e 9,6% de insegurança alimentar grave. A insegurança alimentar foi maior nas famílias rurais e nas ilhas agrícolas, ou seja, Santo Antão, Santiago e Fogo, e menor nas ilhas da Boavista e do Sal. Os dados da FAO de 2019 mostram que 12,6% da população cabo-verdiana é mal alimentada.

5 em cada 10 famílias têm uma baixa ou moderada qualidade na sua dieta. O país já atingiu a meta de nutrição para 2025 dos indicadores da OMS sobre o estado nutricional de crianças menores de 5 anos. Apesar dos ganhos, a prevalência da desnutrição na população cabo-verdiana é de 12,6% (dados, pré-COVID-19).

Cabo Verde está entre os 34 países que necessitam de ajuda externa de alimentos e entre os países classificados como severos em termos de Insegurança Alimentar no contexto da COVID-19, devido aos baixos rendimentos agrícolas em 2019.

Com base nas mais recentes estatísticas, podemos observar ao analisar o Marco Harmonizado, que cerca de 10.000 pessoas (cerca de 2% da população total) estejam na Fase 3: "Crise" no período de junho a agosto de 2020 (projeção feita antes da COVID-19).

Devido à sua baixa capacidade produtiva, o país depende de importações para atender às necessidades alimentares, principalmente cereais (arroz e trigo), cuja dependência vem aumentando exponencialmente ao longo dos anos. Em geral, em Cabo Verde é um país com uma boa acessibilidade aos alimentos e vegetais básicos, porém, as famílias com menor rendimento e aquelas que praticam a agricultura e pecuária apresentam uma menor diversidade alimentar, consumindo em média quatro grupos de alimentos (cereais, óleos e gorduras, açúcar e derivados e especiarias e condimentos), INVAF 2018.

O preço dos produtos básicos é geralmente estável. No que diz respeito às frutas e legumes, apesar da grande oscilação controlada principalmente pela oferta, verifica-se um ligeiro aumento de preços entre os diversos produtos.

O atraso de crescimento nas crianças menores de 5 anos ainda continua a ser um problema nacional (severidade moderada), já que este afeta 11% desta população, sendo maior no meio rural,

estando esta prevalência relacionada com a insegurança alimentar conjuntural, ou seja, crónica, sendo que 54% dos municípios tem uma prevalência moderada. As carências alimentares, ainda constituem uma preocupação, manifestada sobretudo em carências nutricionais específicas nos grupos vulneráveis, como a anemia que atinge 43% das crianças menores de cinco anos (IDSR III- 2018), tendo, contudo, registado uma redução de 9% em relação ao ano de 2009 (IPAC 2009).

Impacto da COVID-19

Globalmente, os efeitos da pandemia, principalmente exacerbados pelos choques económicos, devem causar uma deterioração nas condições de insegurança alimentar em todo o mundo. Embora a produção agrícola não tenha sido afetada e o fornecimento de alimentos básicos seja geralmente grande ou estável, a perda de rendimento resultante das medidas implementadas para conter a propagação da doença e a desaceleração económica global, provavelmente aumentarão a gravidade e prevalência da insegurança alimentar. Com graus diferentes de país para país, a pandemia pode ser um fator que desencadeará uma necessidade crescente de ajuda humanitária. Deve-se notar que os impactos da pandemia ainda não foram sistematicamente capturados nas estimativas da insegurança alimentar, com a maioria das avaliações em países ainda em andamento ou a serem realizadas. Em Cabo Verde, espera-se ter os primeiros dados sobre o impacto da COVID-19 na segurança alimentar e nutricional em agosto. Portanto, os números apresentados nesta seção não refletem de forma abrangente a situação de segurança alimentar prevalente no país e apenas fornecem uma indicação do número mínimo de pessoas que precisam de assistência alimentar, visto que são principalmente dados de referência para 2018, o período anterior ao COVID-19.

Dados do segundo trimestre de 2020 mostram que a garantia para o fornecimento de cereais é regular e estável, com um período médio de cobertura de 3,5 meses, excedendo o período mínimo para garantir o suprimento de alimentos, que é de 3 meses. Em relação ao abastecimento dos mercados nacionais de hortaliças, a situação é estável.

Considerando o clima económico atual, e diante da iminência de outra seca este ano, a situação de vulnerabilidade alimentar e nutricional das famílias abaixo da linha da pobreza e das famílias agrícolas que dependem da economia informal, pode piorar devido ao crescente número de pessoas enfrentando insegurança alimentar aguda e crónica.

O Ministério da Agricultura e Meio Ambiente está propondo algumas diretrizes políticas gerais para reforçar a segurança alimentar e nutricional diante da pandemia.

Com a retoma gradual da economia nacional associada ao impacto negativo, especialmente no acesso a bens essenciais em quantidades e qualidades adequadas causadas pela pandemia

e pelas restrições impostas, torna-se imprescindível que os documentos estratégicos do país, especialmente a Estratégia Nacional de Alimentação e Segurança Nutricional, adote uma visão mais holística e permita a aceleração de ações efetivas e eficientes, a fim de reduzir o impacto da disseminação da COVID-19 na Segurança Alimentar Nutricional. Essas áreas prioritárias incluem:

Reforçar o programa de assistência alimentar, melhorando a composição dos kits alimentares, bem como a logística de distribuição às famílias em situação de crise alimentar; Fortalecer a resiliência das famílias, especialmente as mais vulneráveis (famílias agrícolas, chefiadas por mulheres, etc.) - capacitando as mulheres a criar pequenas empresas, fortalecendo a resiliência do sistema produtivo, especialmente em termos de disponibilidade e acesso à água; estimular a comercialização da produção dos agricultores (ex: compras institucionais);

- Reforçar o programa de alimentação e saúde escolar;
- Reforçar os programas de suplementação de micronutrientes para crianças menores de 5 anos;
- Desenhar e implementar medidas compensatórias para estabilizar os preços dos produtos alimentícios básicos (PAPN, Produtos Alimentares de Primeira Necessidades).

PILAR 3: MEIO AMBIENTE

ÁGUA E MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Base de referência pré-crise

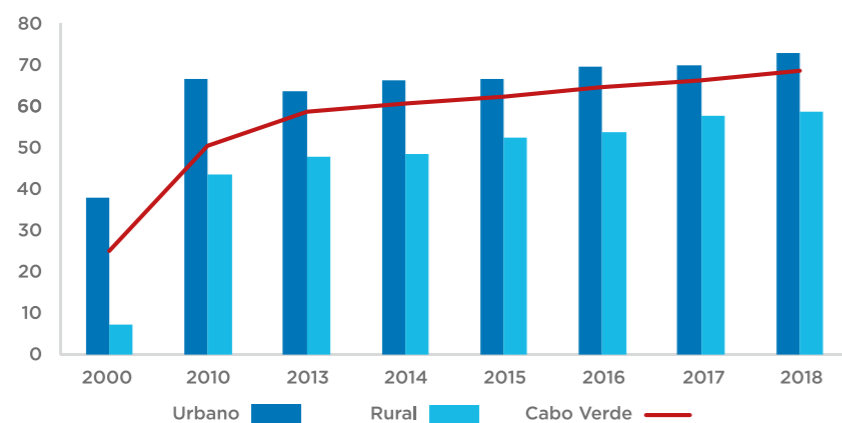
Em 2019, somente 68,6% de agregados familiares tinham acesso à rede pública como principal fonte de abastecimento de água. Cerca de 9,2% dos agregados familiares abasteciam-se nas casas dos vizinhos e 9,0% nos chafarizes. Ademais, 6,8% de agregados familiares faziam uso dos autotanques e 6,5% recorriam a outras fontes, tais como cisternas, nascentes, poços, etc. Existiam, nesta matéria, naturalmente, significativas disparidades entre o meio urbano e o meio rural.

Enquanto 72,9% das famílias urbanas abasteciam-se principalmente, da rede pública de distribuição de água, no meio rural, somente 58,8% tinham acesso a essa fonte, como principal opção de abastecimento. É de realçar que, ainda no meio rural, 19,4% de famílias recorriam a outras fontes (levadas, nascentes, entre outras) para se abastecerem de água potável. O gráfico na figura abaixo elucida como a taxa de acesso à rede de abastecimento de água tem, apesar das adversidades, evoluído ao longo dos anos.

FIGURA 16

Gráfico sobre a evolução do acesso dos agregados familiares à água da rede pública de água como principal fonte de

abastecimento (em %) (Fonte: INE, Censo 2000, 2010 e IMC, 2013-2018)



No país, a principal fonte de água potável é a água produzida por dessalinização da água de mar. A outra fonte muito importante é a água subterrânea, obtida através da abertura de furos e poços, assim como de escavações de galerias. De acordo com o “Plano de Ação dos Recursos Hídricos” da ANAS, o cenário atual de escassez de água na Ilha de Santiago (a ilha maior e que alberga quase 60% da população total do país) é bastante grave e tende a agudizar-se. Nesta ilha, o volume de água que é produzida (predominantemente, por via da dessalinização) para o maior centro populacional do país (Cidade da Praia) e para os municípios adjacentes, já se revela manifestamente insuficiente. Nos restantes municípios da ilha, a situação de penúria é igualmente muito preocupante. De resto, em praticamente todas as ilhas habitadas de Cabo Verde, as populações dos diferentes municípios veem-se confrontadas com uma situação de muita gravidade, em termos de disponibilidade de água, quer para o consumo humano, quer para a prática da agricultura e da pecuária.

Em relação às necessidades hídricas para agricultura e pecuária, o défice hídrico no país é, conforme a tabela acima mencionada, 607 062,36 m³ / dia, perfazendo um volume total de 221.577 em um ano.

A escassez de água leva a um nível de fragilidade e vulnerabilidade em termos de condições de vida que afetam não apenas a preservação e a sobrevivência físicas, mas também traz repercussões adversas nas atividades económicas e, portanto, também o bem-estar social e cultural. Em particular, a necessidade de obter água a distâncias significativas impõe grandes oportunidades e custos de transação a indivíduos que poderiam se envolver em atividades mais produtivas e lucrativas para garantir o sustento da família.

Impacto da COVID-19

Na sequência do surgimento dos casos de COVID-19, o Governo aumentou o nível de alerta higiénico-sanitário correspondente ao Estado de Contingência. A declaração de outros níveis de alerta vai depender da forma como a situação sanitária, no país, evoluir. Um tal cenário de novas

medidas restritivas poderia acarretar as seguintes consequências:

- Redução dos níveis de produção, armazenamento e distribuição de fatores e insumos de produção de água;
- Aumento do custo dos fatores de produção, armazenamento e distribuição de água;
- Aumento nos níveis de perdas comerciais e técnicas;
- Aumentos dos níveis de furtos e roubos; Redução da força de trabalho, em razão de confinamento de parte ou do total do efetivo de trabalho;
- Queda de produção e de produtividade industrial, assim como da força de trabalho;
- Diminuição de receitas arrecadadas pelas entidades gestoras e operadoras industriais de água;
- Exaustão e colapso de equipamentos de captação, produção, armazenamento e distribuição de água;
- Salinização de furos;
- Infeção de sistemas de captação, produção, armazenamento e distribuição de água;
- Exaustão ou colapso de nascentes;
- Atos de sabotagem sobre os sistemas de captação, produção, armazenamento e distribuição de água.

No âmbito do Plano Nacional de Contingência do Governo, elaborado e divulgado em face da crise sanitária COVID-19, a Agência Nacional de Águas e Saneamento (ANAS) apresentou as diretrizes para a preparação do Plano de Segurança, Controle, Qualidade e Disponibilidade da Água (PSCDQ) a ser adotado pelos operadores industriais de água e entidades de gestão da água. Caso os cenários aumentem no grau ou nível de criticidade nos sistemas de coleta, produção, armazenamento, distribuição e consumo de água, os operadores industriais de água e as entidades de gestão de água são responsáveis por comunicar oficialmente essas situações à ANAS e à Polícia Nacional.

ENERGIA

Base de referência pré-crise

A estratégia de Cabo Verde explicitada no Programa Nacional para a Sustentabilidade Energética (PNSE), do PEDS visa o aumento da resiliência do País face aos choques externos, mediante a redução da dependência energética na importação de combustíveis fósseis, o aproveitamento em larga escala do potencial de energias renováveis existentes, a promoção da eficiência energética e da Mobilidade Elétrica garantindo também o acesso universal e a segurança energética.

Após um intenso trabalho de regulamentação, planeamento e estruturação de planos de ação, o ano de 2020 deveria ser decisivo para a execução da fase mais operacional das medidas desenhadas no âmbito do Programa. A taxa de População com acesso à energia elétrica em 2019 teve um aumento de cerca de 2 pontos percentuais em relação a 2018.

Em 2019 atingiu-se a meta definida no PNSE em relação a taxa da população com acesso ao gás e à eletricidade para cocção que foi de 78%, ou seja 78% da população em Cabo Verde usa tecnologias limpas para cozinhar. A taxa de perdas de eletricidade foi de cerca de 22% o que evidencia que o programa de proteção de receitas e redução de perdas já começa a surtir efeitos.

A implementação da tarifa social aprovada permite às famílias em situação de vulnerabilidade económica se beneficiarem de descontos de até 30% nas suas faturas.

Vários projetos de melhoria da eficiência energética em edifícios públicos foram implementados de 2016 a 2019 e um novo pacote está sendo executado até setembro de 2020 visando aumentar a eficiência do consumo de eletricidade e a microprodução de eletricidade incluindo o próprio edifício da Assembleia Nacional.

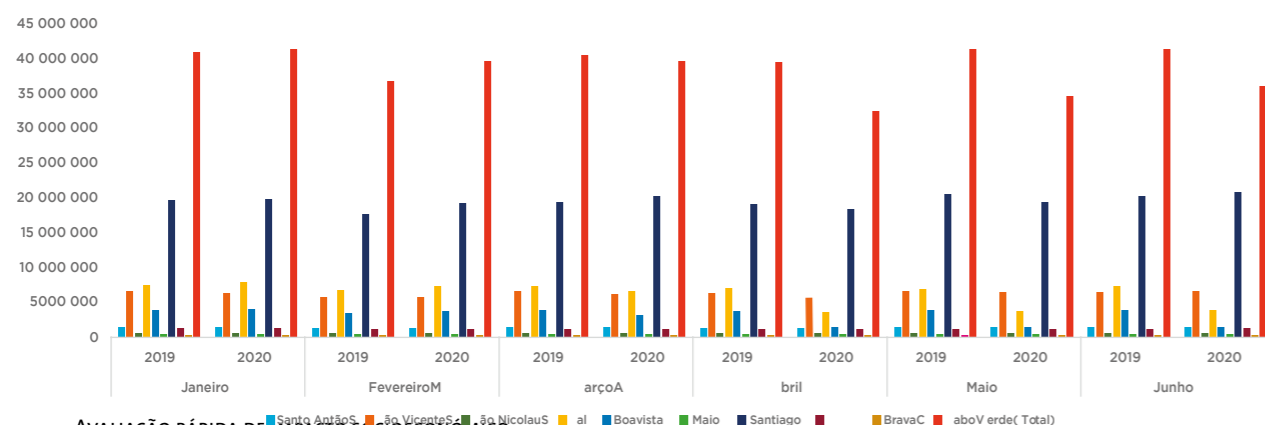
As previsões apontam a elevar, já em 2022, a taxa de penetração de 20,67% (2018) para 26,1 % de energias renováveis no mix energético. O último levantamento realizado em 2018 aponta já para a existência de uma capacidade instalada de micro-produtores à volta de 3,8 MW. O objetivo é atingir pelo menos um acumulado de 12 MW de geração distribuída até 2030.

Em relação à implementação da Carta de Política para a Mobilidade Elétrica (CPME), já estão a circular no País pelo menos 30 viaturas elétricas.

Impacto da COVID-19

A conjuntura atual pode afetar de forma relevante o ritmo de implementação da estratégia de transição energética. Assiste-se uma queda acentuada da procura de energia nas ilhas com maior atividade turística com quedas superiores a 75% na Boavista e 35% no Sal no período compreendido entre março e junho de 2020.

FIGURA 17
Comparação da produção de eletricidade entre 2019 e 2020



AValiação Rápida de Impacto Socioeconómico COVID-19 PCNA+ FASE 1

Esta situação dificulta a produção de energias renováveis determinando o acionamento das cláusulas ‘take or pay’ dos contratos de compra de energia e resultando no agravamento das tarifas de compra de energia. Num primeiro momento, este efeito foi compensado pela queda acentuada dos preços dos combustíveis representando algum alívio por um breve período, mas estão rapidamente recuperando para os níveis pré-covid19.

A situação coloca também em evidência insuficiências em termos de capacidade de armazenamento e capacidade de enchimento nomeadamente em relação ao gás butano, tendo-se registado, num momento inicial, alguma corrida aos postos e venda e tentativa de açambarcamento de garrafas.

Registou-se durante o período do estado de emergência uma importante retração nos níveis de cobrança, resultando em dificuldades de tesouraria para as concessionárias de produção e distribuição de energia, sendo que no mês de junho apresentado algum sinal de recuperação.

Entretanto, é espectável que seja observado algum recuo devido à redução drástica da capacidade de pagamento de famílias afetadas pela situação do covid19 que poderá eventualmente ditar uma regressão no nível de perdas.

Os diferentes projetos e investimentos na área da energia sustentável já sofreram atrasos devidos a pandemia. A preocupação com a resiliência e segurança energética num contexto de crise como a atual, ganham maior relevância e confirmam a assertividade da política energética de Cabo Verde, focada na redução da dependência externa do setor ligado à importação de combustíveis fósseis.

Em relação ao Desenvolvimento das Energias Renováveis, as metas estabelecidas no novo Plano Diretor do Sector Elétrico 2018 - 2040 de atingir 30% de produção de energia elétrica a partir de fontes de energia renováveis até 2025 e de superar os 50% de produção de energia elétrica a partir de fontes de energia renováveis até 2030, mantem-se. Entretanto, será necessário introduzir ajustes no cronograma de contratação de novos produtos e, eventualmente, antecipar parte dos projetos de armazenamento de energia previstos no master plan.

Com a perspectiva de um crescimento menos acelerado da procura de energia nos próximos 2 anos derivada da situação de pandemia da COVID-19, será possível alcançar valores mais expressivos (avaliação em curso).

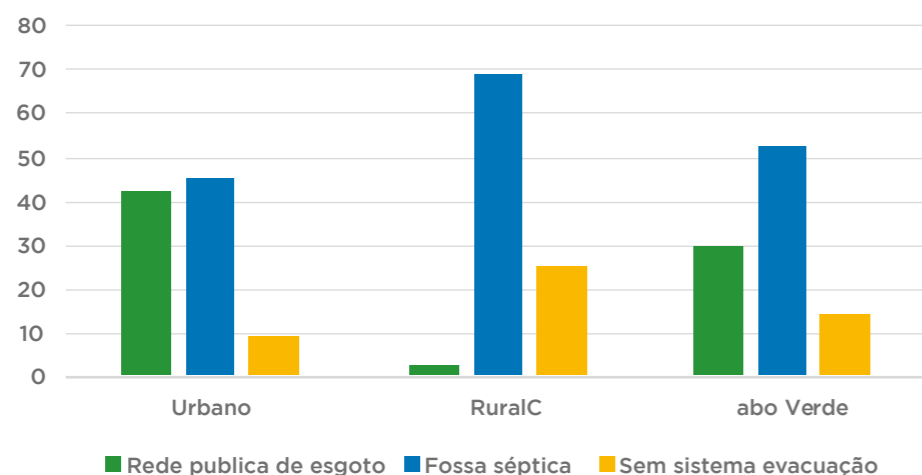
GESTÃO DE RESÍDUOS

Base de referência pré- crise

Apesar das melhorias nos últimos anos, as condições em termos de depósitos de resíduos sólidos e líquidos estavam em condições precárias em 2019. Em 2019, havia uma percentagem

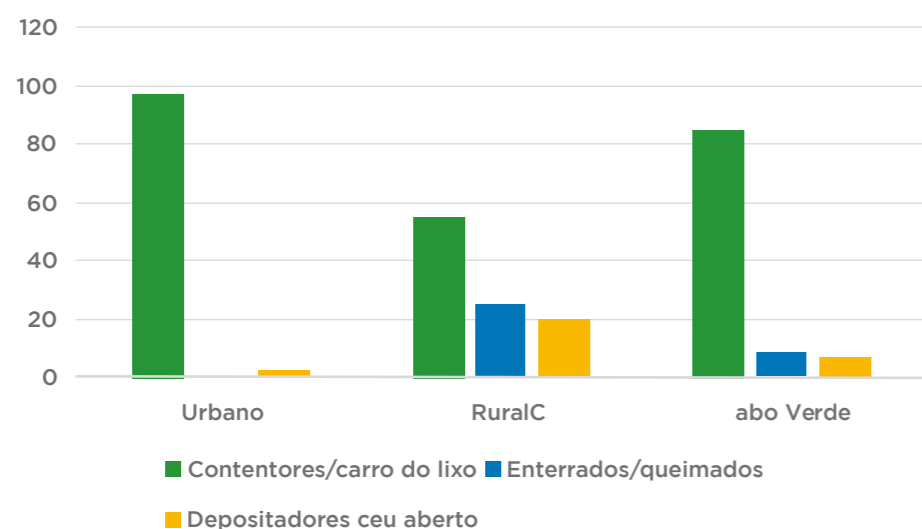
significativa de residências sem nenhum tipo de sistema de drenagem de águas residuais (14,5%). Essa percentagem foi mais evidente nas áreas rurais (Figura 4), mas também uma característica proeminente nos assentamentos urbanos informais (veja abaixo). A ilha de Santiago, a mais populosa, possui a maior percentagem de habitações sem nenhum tipo de sistema de drenagem.

FIGURA 18
Sistemas de evacuação de águas residuais (%), 2019 (Fonte: INE, Censos 2019)



A percentagem de agregados familiares a depositarem os seus resíduos em locais inapropriados, propensos ao desenvolvimento de insetos e animais transmissores de doenças, diminuiu de 17% em 2010 para 7% em 2019. (Figura 5). Este indicador assumiu proporções maiores nas áreas rurais e na ilha de Santiago.

FIGURA 19
Evacuação de resíduos sólidos (%), 2019 (Fonte: INE, Censos 2019).



A quantidade e a composição dos resíduos produzidos em Cabo Verde sofreram, contudo, uma transformação relevante desde 2003 (altura em que foram realizadas estimativas destes indicadores) até 2015, verificando-se, entre os dois momentos, uma taxa anual de crescimento médio de produção de resíduos per capita na ordem dos 3,81%.

A falta de saneamento e a deposição inadequada dos resíduos foram, ainda, segundo as estatísticas da saúde, consideradas umas das principais causas de mortalidade (5.ª posição), sobretudo em crianças com menos de cinco anos (3.ª posição).

Impacto da COVID-19

Devido às restrições de movimento, as interrupções no serviço de gestão de resíduos podem prejudicar temporariamente os sistemas de gestão de resíduos, levando a um risco maior de descarte inadequado dos mesmos. Combinada com a falta de acesso à água em alguns domicílios, essa situação prejudicaria as práticas de higiene, levando a consequências adversas para os padrões de saneamento e higiene, apresentando riscos de impactos à saúde e maiores taxas de mortalidade, mesmo na ausência de contração direta do vírus.

Novos desafios surgirão devido ao aumento do uso de equipamentos sanitários como máscaras, luvas, géis, recipientes de plástico, dispositivos médicos, equipamentos elétricos e eletrônicos, produtos químicos para testes, etc. A prevalência dessas formas de resíduos traz riscos para o meio ambiente, particularmente devido à localização de Cabo Verde no meio do Oceano Atlântico, o que poderia exacerbar a contaminação do oceano com microplásticos que entram na cadeia alimentar do oceano e levar a repercussões na saúde de espécies aquáticas e humanas. A água residual adicional produzida por práticas aprimoradas de higiene também acaba nas águas subterrâneas e no mar. O uso maciço de detergentes, desinfetantes e soluções antimicrobianas também pode levar a consequências para o meio ambiente.

Medidas Sanitárias para o tratamento de resíduos médicos

Caixa 2

Gestão de Resíduos Hospitalares: De acordo com o Decreto-lei 56/2015 e a Portaria 03/2020 de 10 de janeiro estabelecem condições para a gestão dos Resíduos Hospitalares. Os resíduos do Grupo I e II são equiparados a urbanos seguindo o preconizado no PENGeR, podendo os resíduos do grupo III sofrerem desinfecção (Ex: sistema de autoclavagem) e seguirem a cadeia dos resíduos urbanos. Os resíduos do grupo IV são de incineração obrigatória. São considerados também de incineração obrigatória os de Covid-19 (grupo III) (conforme orientação emitida pela ANAS). O Governo adquiriu duas incineradoras em tempo, uma para S. Vicente e outra para a Praia. O da Praia está em funcionamento (queima resíduos covid19) e o de S. Vicente encontra-se em processo de instalação. As incineradoras terão que ser alvo de monitorização/avaliação. Em termos de transporte existe um défice de viaturas de transporte de resíduos hospitalares. Os dados relativos à recolha de resíduos hospitalares não foram produzidos regularmente; no entanto, com a entrada em operação da Plataforma SIREs e a organização dos serviços, dados anuais e dados separados nos mapas de resíduos Covid-19 podem ficar disponíveis. Também é necessário o desenvolvimento de um Plano Estratégico de Gerenciamento de Resíduos Hospitalares (atualização do Plano Nacional 2013-2016)

CRESCIMENTO URBANO, USO DO SOLO E ASSENTAMOS INFORMAIS

Base de referência pré-crise

Num país como Cabo Verde, um arquipélago de 9 ilhas habitadas, grandes e pequenas, com topografia variada e características diversas, que compartilham restrições comuns de acesso à água, exposição climática e espaço para desenvolver todas as atividades económicas e humanas, o uso mais eficiente da terra é um imperativo ambiental e de desenvolvimento. Como muitos países, Cabo Verde está cada vez mais urbanizado, causando stress ao meio ambiente, pressionando as áreas costeiras e invadindo as relativamente pequenas reservas naturais. Dada a fragilidade de seus ecossistemas, o meio marinho, costeiro e interior tornam necessário uma abordagem holística do uso da terra, urbanização e assentamentos, muitos dos quais cresceram informal e às vezes caoticamente.

Cabo Verde conta com 24 cidades e o crescimento urbano tem sido acelerado nos últimos anos, sobretudo nos principais centros urbanos do país - Praia e Mindelo - por serem nas ilhas com maior dinâmica urbanística e volume de negócio (INE,2016), e nas ilhas de maiores potencialidades e investimentos turísticos, Sal (Espargos e Santa Maria) e Boa Vista (Sal Rei). Atualmente, o crescimento urbano tem sido fomentado tanto pelos fluxos migratórios internos (êxodo rural e migração das restantes ilhas) como externos, provenientes dos países vizinhos da África Ocidental.

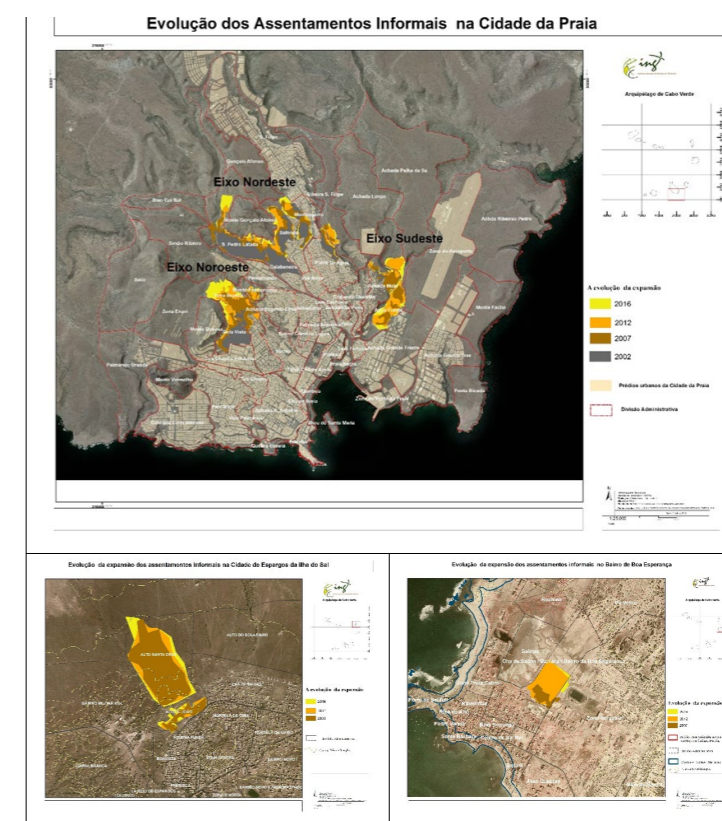
Estima-se que 31% das famílias em Cabo Verde vivam em condições de sobrelotação. Além disso, mais de 50% não têm acesso a ligações individuais de abastecimento de água nas suas casas e dependem de torneiras comunitárias, de vizinhos ou caminhões de abastecimento.

Apesar dos esforços significativos, a administração pública não conseguiu prever políticas de solo, de planeamento habitacional e infraestruturas de forma a conseguir acomodar o ritmo acelerado do crescimento populacional nas ilhas com maior dinâmica urbana providenciando o acesso a uma urbanização formal com a escala e com a devida urgência que a situação exige. Como consequência, assistimos a uma proliferação de bairros nos subúrbios e nos centros urbanos, sem a devida conformidade com o planeamento habitacional e sem infraestruturas básicas.

O crescimento das construções informais na cidade de Praia, Sal Rei e Espargos é nos mostrado na Figura 2. A ocupação acelerada por parte do turismo nas últimas duas décadas funcionou, contraditoriamente, como um suporte ao funcionamento das novas grandes empresas, áreas urbanas precárias que acomodam os trabalhadores e prestadores de serviços, muitos com um baixo rendimento e vivendo em condições precárias.

FIGURA 20

Evolução dos assentamentos informais: cidade da Praia, no Sal e Boavista (Fonte: INGT - 2018)



Esses bairros tendem a enfrentar dois problemas principais que aumentam bastante a sua vulnerabilidade. Primeiro, eles estão localizados, na sua maioria, em áreas de baixa acessibilidade e de risco muito alto (principalmente nas ribeiras e em encostas altas), expostos às inundações, deslizamentos de terra, blocos de pedra que podem resvalar, etc. Segundo, a população local que vive nestas construções informais acaba por sofrer das deficiências substanciais das infraestruturas, equipamentos e serviços básicos, com sérios problemas de segurança e saúde pública. Esse cenário é agravado ainda pelas graves deficiências em termos de gestão territorial e pelos desafios correspondentes a que isto representa para as autoridades locais na implementação de políticas, especialmente em termos de estabelecimento de infraestruturas urbanas básicas, como estradas, eletricidade e água.

Impacto da COVID-19

Mais de 95% dos casos de COVID-19 no mundo inteiro estão concentrados em áreas urbanas e os dados de final de março mostraram que mais de 1.500 cidades já foram afetadas. É pertinente analisar os efeitos da pandemia em áreas urbanas e, em particular, em aglomerados urbanos estabelecidos informalmente.

As crises como a associada à COVID-19 afetam particularmente cidades, com impacto acentuado em áreas de maior vulnerabilidade e territórios densamente povoados²⁴, trazendo desafios adicionais que incluem a gestão de crises no curto prazo enquanto se prospeeta um futuro mais sustentável no longo prazo.

As pessoas em assentamentos informais estão particularmente em risco, pois vivem em condições de superlotação, carecem de habitação e serviços básicos adequados, como água e saneamento, e muitos são trabalhadores informais que sobrevivem com rendimento de um dia para o outro.” Acredita-se que as consequências económicas para quem vive em assentamentos informais serão duradouras. À medida que as cidades suspenderam ou limitaram a maioria das atividades diárias e restringiram movimento, os diaristas e informais perderam ou viram reduzidas as suas fontes de renda, pois cerca de 50% a 80% dos empregos em cidades de países em desenvolvimento são informais.

Os resultados disto derivaram em:

- Privações para satisfação das necessidades básicas, por exemplo em alimentação, abastecimento de água ou cuidados básicos de saúde;
- Dificuldade em cumprir as orientações sanitárias em decorrência da limitação do acesso à água, as habitações com número de cômodos insuficientes, os bairros densos, ruas estreitas sem espaço público, limitaram o respeito à orientação para manter-se em casa ou o distanciamento social devido;
- Abandono (forçado) das casas devido à incapacidade de pagar aluguel e manter seus compromissos, o que agravou a precariedade habitacional e levou à ocupação de áreas de risco;
- Deficiente/nenhum benefício ou proteção social (pensões, seguros...), que agravaram os impactos nas famílias e os impossibilitou de cumprir as restrições/soluções;

Reconhecer e abordar a dura realidade das desigualdades nos centros urbanos é essencial para enfrentar a atual e/ou futuras pandemias (crises). Apesar de muitas soluções “inovadoras” e muitas delas de resposta imediata, a melhoria do espaço urbano – com saneamento e fornecimento de água, construção de parques e espaços abertos, melhores condições de transporte, frequentemente acompanhada da recriação da cidade precária nas periferias (assentamentos informais), devem ser registadas como as intervenções necessárias para aumentar a resiliência e preparar as cidades para fenômenos impactantes como esta pandemia.

24 Aqui é importante esclarecer que vários estudos em curso já revelaram que a densificação em si não é igual a maiores taxas de vulnerabilidade ou contaminação. É o tipo de densificação (por exemplo, com superlotação, que é o caso da maioria dos assentamentos informais), juntamente com várias outras variáveis (por exemplo, falta de acesso à água), que determinam a vulnerabilidade e exposição a pandemias como a COVID-19.

PILAR 4: GOVERNANÇA

INSTITUIÇÕES PÚBLICAS E ADMINISTRAÇÃO

Base de referência pré-crise

A administração pública de Cabo Verde é constituída pelo governo, a nível central, e pelos municípios a nível local.

A administração pública cabo-verdiana passou por uma série de reformas nos últimos anos, com vista à sua modernização e à garantia de prestação de serviços mais eficientes e eficazes aos cidadãos, facilitando, em última instância, o acesso dos cidadãos aos serviços do estado. O sistema de administração pública representa uma parcela muito grande da economia e um custo estimado de 40% do seu produto interno bruto (PIB). Somente o serviço público, com seus cerca de 25.000 funcionários públicos, aos níveis central e local, absorve aproximadamente 10% em ordenados e salários. A importância da reforma é, portanto, a necessidade em reduzir os gastos públicos e tornar o setor público mais eficiente, acessível e assumir um papel facilitador. O nível de corrupção em Cabo Verde é bastante baixo. Existem instituições públicas independentes de regulação e controlo no âmbito da administração pública, como a Inspeção Geral das Finanças, as agências reguladoras, o Banco Central e as instituições externas de controlo, o tribunal de contas, que têm sido muito ativas na imposição das leis e regras de forma adequada.

Cabo Verde tem conseguido uma interessante evolução na área de “e-governance”. Esta começou com a integração da gestão das finanças públicas nos anos 90 com o programa RAFE e desenvolveu o SIGOF que, com algumas melhorias ao longo do tempo, ainda está em operação. Com a criação do Núcleo Operacional do Sistema de Informação, NOSI, a digitalização da gestão pública avançou bastante, e, hoje, quando o sistema falha, quase tudo fica bloqueado, o que demonstra o nível de dependência alto da digitalização.

Apesar dos avanços, muito mais precisa ser feito para maior produtividade e eficiência na administração pública. De entre os desafios, realce para a interoperabilidade dos processos administrativos, permitindo a interatividade entre cidadãos e administração pública e o autosserviço dos serviços públicos através do portal Portão di nos ilha. Atualmente, Cabo Verde está ainda baixo em termos de Índice de Participação no Governo Eletrónico e E.E.x. (110 e 129 a 193 países respetivamente) e tem um Índice de Governador Eletrónico de 0,5604. Embora o desempenho seja melhor do que o verificado a nível regional (0,3914) e sub-regional (0,3574), revela-se ainda insuficiente, especialmente devido ao distanciamento geográfico entre as ilhas, e fica abaixo do sub-regional e líder no contexto africano.

O Governo desenvolveu uma nova estratégia para o desenvolvimento das TICs - Agenda Digital -

com base numa nova visão nacional para a banda larga. Está a apostar nos dividendos digitais e nos suplementos analógicos e a preparar o Plano Nacional de Segurança Cibernética e fortalecer a segurança de TI.

Impacto da COVID-19

De acordo com a análise do POGER, o orçamento das instituições soberanas e dos órgãos de apoio administrativo sofreram cortes de 100% nas áreas de pessoal (recrutamento, promoções, reclassificações de treinamento), 50% em bônus e horas extras, 70% em fundos de viagem e acomodação e 20% para bens e serviços (economia, combustível, lubrificantes).

Em termos de governação, a Administração Pública, o Parlamento e o Sistema Judiciário trabalharam durante o período de emergência em regime de teletrabalho em condições de dificuldade em termos de acesso à Internet, com áreas de pouca cobertura. O Parlamento trabalhou com presença física parcial de um grupo de parlamentares e outro grupo on-line e condições limitadas. O Parlamento tem respondido à legislação necessária e mais urgente. A suspensão do normal funcionamento do sistema judicial - os tribunais estão funcionando apenas para casos de urgência - que terá um impacto nos negócios e nos direitos dos cidadãos à justiça.

A continuidade do funcionamento das instituições de controlo interno e externo também foi impactada. O tribunal de contas teve que adiar o prazo, pois atrasou-se no envio das demonstrações financeiras trimestrais e outros documentos até o final de maio de 2020, e está a receber muito menos processos de contratação pública para obtenção de vistos com grande impacto na receita do tribunal de contas. A revisão do status da comissão para resolução de conflitos, a avaliação na aplicação do código público de contratação, as auditorias e a supervisão da Agência de Regulação de Aquisições Públicas (ARAP) foram suspensas.

Cabo Verde realizará eleições municipais em 2020 e eleições legislativas e presidenciais em 2021. Com a crise, a organização de eleições e campanhas eleitorais será bastante afetada, dificultando aos atores políticos no esclarecimento dos programas eleitorais aos eleitores, o que pode influenciar a participação eleitoral dos cidadãos.

SEGURANÇA

Base de referência pré-crise

Nos últimos anos, a zona de África Ocidental tornou-se uma região cada vez mais importante para o tráfico internacional de drogas e o crime organizado. O aumento das apreensões de cocaína em vários países da África Ocidental - incluindo a apreensão em fevereiro de 2019 de 9,5 toneladas no porto de Praia - ilustra perfeitamente essa tendência. A localização estratégica de Cabo Verde, na costa de África Ocidental, combinada com sua extensa costa litoral, um fraco

controlo efetivo das águas nacionais e internacionais, coloca o país numa das principais rotas de tráfico de cocaína da América do Sul para a Europa. Além disso, o comportamento criminoso e a corrupção que frequentemente acompanham o narcotráfico afetam seriamente a segurança do país e da região. O crime urbano e as ameaças associadas, tornaram-se numa das principais preocupações dos cabo-verdianos. Como consequência, o Governo de Cabo Verde tornou a abordagem ao narcotráfico e crimes relacionados uma prioridade, e a prevenção uma estratégia chave, para reduzir a procura do uso de drogas e consumo nocivo de álcool.

Como resultado, de 2018 a 2019, houve uma redução nos crimes registados contra pessoas e propriedades. Pelo quarto ano consecutivo, houve uma diminuição nas ocorrências criminais relatadas à Diretoria de Operações e Comunicações. Essa tendência positiva, no entanto, não é uniforme entre as ilhas. E enquanto em termos de taxas de criminalidade geral há uma diminuição em 19 municípios, houve um aumento em 3 deles: Porto Novo, Ribeira Brava e Brava. As ilhas de Santiago, São Vicente e Fogo registaram a maior incidência de ocorrências, representando cerca de 11.883 casos, equivalentes a 79,23% de todos os crimes relatados. Cabe ressaltar que um total de 8.617 casos foi registado apenas em Santiago, equivalente a 72,51%, dos quais 6003 ocorreram na cidade da Praia, equivalente a 69,6% (santiago) e 40% (em nível nacional). Nas demais ilhas, o nível de crime relatado é de um dígito.

FIGURA 21

Dados sobre crime em Cabo Verde (Fonte: Polícia Nacional)

Fonte: Policia Nacional

Dados sobre crimes em Cabo Verde (2018-2019)			
Ano	Contra pessoas	Contra propriedade	Total
2018	7 853	10 282	18 135
2019	7 047	7 943	14 990
Diferença	-806	-2 339	-3 145
Variação	-10.3%	-22.7%	-17.3%

Impacto da COVID-19

O Relatório da Polícia Judiciária mostra que, durante o período de Estado Emergência, houve uma redução de 41% das ocorrências criminais registadas na PJ, em comparação com as ocorrências registadas no 1º trimestre. Digno de nota é o aumento de crimes contra a propriedade (roubo e furto) e crimes cibernéticos (relacionados a fraudes em computadores - cartão de débito - e crimes contra honra cometidos através de computadores). c) No período pós-estado de emergência (junho até a presente data), 399 ocorrências já foram registadas no JP, situação que demonstra que há um aumento de ocorrências criminais, em comparação com o período de 20 de março a 30 de maio.

Em Cabo Verde, como no resto do mundo, os serviços e os agentes de segurança foram chamados para trabalhar na linha da frente para combater a propagação do vírus. Para este fim, as forças e os serviços de segurança tiveram que alterar o seu plano de trabalho e, portanto, o seu foco neste novo contexto de saúde pública. Neste sentido, os dados da polícia nacional revelam que foram feitas mudanças programáticas e administrativas significativas para se adaptarem melhor ao contexto da pandemia. Essa adaptação trouxe perdas e danos materiais e financeiros. Além disso, a polícia nacional foi confrontada com a perda de agentes policiais importantes infetados pela COVID 19, causando alguns sentimentos de pânico entre os seus funcionários. Com o isolamento dos agentes infetados, criou-se a necessidade de reforçar o pessoal nas diferentes estruturas policiais do país. De facto, muitas questões persistem sobre a preparação dos agentes (treino, formação, equipamentos adequados), além dos EPI e estruturas e instituições normativas e legais necessárias para lidar com a pandemia.

Lacunas foram identificadas no processo de combate aos crimes de forma geral, situação justificada pelos esforços que tiveram de ser empreendidos na priorização de novas tarefas. Esta situação associada à vulnerabilidade do país ao tráfico ilícito e ao crime organizado trouxe novos desafios, exigindo um investimento no fortalecimento das capacidades policiais para melhor atender aos desafios da segurança e no surgimento de crimes no contexto da pandemia.

Nesse contexto, como afirma o relatório da Polícia Judiciária, a pandemia está a causar um profundo impacto negativo na instituição da Polícia Judiciária, especialmente em termos de gestão de recursos humanos, que, além das suas limitações, são ainda chamados para fazer as suas contribuições em termos de prevenção da propagação do vírus nas comunidades. Além da limitação de recursos humanos, há também uma limitação de recursos financeiros, materiais e tecnológicos, que limitam bastante as atividades de prevenção e investigação criminal. Além disso, vários serviços judiciais, que estavam em andamento antes de março de 2020, foram suspensos, incluindo a implementação do Plano de Desenvolvimento Estratégico da PJ 2020-2030, que foi aprovado no ano passado pelo Conselho de Ministros.

A Polícia Nacional apresentou algumas propostas em termos de desenvolvimento e segurança.

Partindo da visão de construir “um Cabo Verde democrático, inclusivo, aberto ao mundo, moderno, seguro, onde prevaleça o pleno emprego e a plena liberdade”, a Polícia Nacional continua a visar a redução do crime até 2030 na ordem de menos 20%, o que em termos práticos representa, em média, uma redução de menos 2% ao ano. Dada a situação que se vive, necessário se torna conter as ambições.

As tensões adicionais criadas pelas medidas de confinamento da pandemia tornam mais urgente garantir o treinamento, a qualificação e o desenvolvimento dos recursos humanos, a fim de garantir, por um lado, a melhoria contínua do funcionamento dos serviços.

As necessidades emergentes da pandemia são vistas no contexto mais amplo de médio e longo prazos (período 2020/2025), para atualizar a base piramidal hierárquica para completar o número de pessoal que a atual lei-quadro prevê.

JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS

Base de referência pré-crise

Cabo Verde tem um bom historial na implementação das principais convenções de direitos humanos. Isso também se refletiu nos resultados do segundo ciclo da Revisão Periódica Universal (PRU). As preocupações que subsistem incluem a violação dos direitos das mulheres, LGBTI, crianças e imigrantes, refugiados, requerentes de asilo e pessoas deslocadas internamente. Estes desafios de direitos humanos também são observados em relação às prisões superlotadas e a um sistema de justiça sobrecarregado e com falta de pessoal, que resulta em prisões preventivas prolongadas e a morosidade de casos pendentes de julgamento.

Conforme já foi frisado, persistem ainda consideráveis desafios em relação aos direitos humanos, especialmente em relação às mulheres e crianças, pessoas com deficiência, idosos, pessoas presas, emigrantes. O nível de violência, particularmente o número de homicídios entre os jovens e a violência de género, relatos de maus-tratos na prisão e em espaços de detenção policial, são ainda serias limitações da justiça. A Comissão Nacional de Direitos Humanos e Cidadania tem promovido sensibilização, através dos meios de comunicação social, e outros eventos tendo em vista a consciencialização dos titulares de direitos humanos. Um plano nacional de direitos humanos está sendo implementado e é necessário estabelecer uma abordagem baseada em direitos humanos para o planeamento a nível nacional e local.

O Comité dos Direitos Humanos das Nações Unidas sublinhou no seu relatório de 2019 que Cabo Verde tomou importantes medidas para alcançar a igualdade entre homens e mulheres, inclusive com o intuito de aumentar a integração da perspetiva de género²⁵. O Comité também

25 Human Rights Committee, Concluding observations on the initial report of Cabo Verde (2019), p. 3.

manifestou a sua preocupação com a persistência das atitudes patriarcais profundamente enraizadas e estereótipos de género e a falta de informações específicas sobre as medidas tomadas pelo Estado Parte para resolvê-las (arts. 2, 3, 25 e 26)²⁶.

O Comité para a Eliminação da Discriminação contra as Mulheres destacou o elevado número de denúncias de violência de género registadas, que são em média cerca de 2.500 denúncias por ano e oito homicídios de mulheres em 2018, todos envolvendo situações em que mulheres estavam a deixar os seus parceiros.²⁷

É relatado que as condições das prisões em Cabo Verde são severas. O Comité de Direitos Humanos informou que algumas prisões permanecem sobrelotadas e que uma proporção significativa de indivíduos incluídos nos dados fornecidos pelo Estado Parte foi presa por delitos não violentos, incluindo roubo, que em alguns casos é relatado como sendo conduzido por pobreza. As crianças continuam presas ao lado de adultos.²⁸

Cabo Verde realizou reformas com o intuito de consolidar o seu estado de direito e modernizar as estruturas judiciais e melhorando a organização e o desempenho do seu sistema judicial. Esforços significativos foram feitos visando a intensificação da luta contra o tráfico ilícito e o crime organizado. Não obstante, vislumbram-se melhorias significativas no sistema judicial bem como a necessidade de consolidação das reformas, objetivando a garantia de uma maior eficiência e responsabilidade do sistema judicial. No setor da Justiça, também estão agrupadas as atividades relacionadas à aplicação da lei e à prevenção e repressão do crime: investigação criminal, serviços de inteligência, impermeabilidade do crime, atividades de consciencialização, proteção de testemunhas e vítimas.

A justiça está a funcionar, embora com uma lentidão notável, impactando desta forma os negócios e os direitos dos cidadãos para uma justiça atempada. Consciente da necessidade de consolidar os ganhos já alcançados e preencher as lacunas existentes, o governo está atualmente a implementar uma reforma da justiça criminal que abrange todos os envolvidos no sistema, incluindo a aplicação da lei, serviços de acusação do ministério público, serviços judiciários e sistema penitenciário, bem como a sua estrutura legal e processual. Cabo Verde tem aderido a diversos instrumentos jurídicos internacionais que têm sido transpostos para a sua legislação nacional ordinária e os padrões de conformidade como os dos instrumentos regionais e internacionais. Investimentos importantes foram feitos na capacitação dos serviços de aplicação da lei e nos órgãos responsáveis pela implementação da Justiça visando uma maior eficiência e eficácia na prevenção ao crime e na justiça criminal.

26 Human Rights Committee, Concluding observations on the initial report of Cabo Verde (2019), p. 3.

27 Committee on the Elimination of Discrimination against Women (2019), p. 5.

28 Human Rights Committee, Concluding observations on the initial report of Cabo Verde (2019), p. 3.

O Governo continuou com a reforma no setor da Justiça, sendo prioritário a modernização do setor, a rapidez e a qualidade da resposta judicial e maior eficiência no combate ao crime e à justiça criminal. Os eixos prioritários de intervenção na justiça têm a ver com: a continuação da modernização do setor de Justiça em relação à requalificação das estruturas físicas, modernização da gestão e celeridade na prestação de serviços, revisão de importantes pacotes legislativos na área civil e criminal.

Impacto da COVID-19

Embora o governo tenha tomado medidas de forma a garantir a proteção social, reforçar a respostas no setor da saúde e ajudar as empresas a minimizar os danos causados na economia, particularmente para proteger e salvar empregos, a proteção geral dos direitos sociais e económicos devido à pandemia continua a ser uma preocupação dos direitos humanos.

Certos grupos, incluindo mulheres e crianças em risco de sofrer violência, prisioneiros e migrantes são fortemente afetados por essas mudanças. As reduções do número de julgamentos também podem resultar na detenção prolongada dos presos e detidos antes do julgamento ou de prisioneiros elegíveis para libertação antecipada.²⁹

Em Cabo Verde, foi aprovado um conjunto de medidas relativas aos prazos e procedimentos judiciais e administrativos, bem como do funcionamento dos Tribunais. Foi igualmente adotado uma exceção ao regime da suspensão de prazos, nomeadamente em relação aos processos judiciais, procedimentos e a realização de diligências, com a aplicação aos processos considerados não urgentes do regime de férias judiciais, tanto quanto, é certo que, a aplicação do regime de férias judiciais permitiria não apenas suspender os atos processuais presenciais (artigo 136, parágrafo 1, CPC), mas também a duração dos prazos processuais.

Durante o Estado de Emergência, os Tribunais funcionavam em regime de serviços mínimos, e muitas diligências e julgamentos foram adiados, e existem muitos casos que ainda precisam de ser decididos.³⁰ O pequeno número de julgamentos realizados neste período tem a ver não apenas com o fato de os tribunais trabalharem apenas em casos urgentes, mas também porque os funcionários públicos ficaram em casa. Houve uma queda perceptível na produtividade em relação ao mesmo período do ano passado, devido às limitações na realização de investigações relacionadas às medidas de restrição.³¹ Como o Sistema de Informação da Justiça (SIJ) não foi operacionalizado, muitos processos não puderam ser tratados por teletrabalho.

29 UNODC & UNDP, Guidance Note "Ensuring Access to Justice in the Context of COVID-19", May 2020

30 Report of the Superior Council for the Judiciary

31 External services closed or operating with limitations and people are only allowed to leave home to participate in urgent procedural steps - Presidential Decree No. 06/2020, 28 March, Law 83 / IX / 2020, 4 April and several other diplomas

FIGURA 22

Análise comparativa da produtividade durante os meses de março de 2019 e março de 2020 (Fonte: Dados estatísticos da MP elaborados no PGRAs)

Ilhas	Comarcas/Serviços do M ^o P ^o	Dados Findos		
		Mar./2019	Mar./2020	Dif.
Santiago	Comarca da Praia	1244	993	-251
	Comarca de Santa Catarina	153	116	-37
	Comarca de Santa Cruz	112	156	44
	Comarca do Tarrafal	152	139	-13
	Comarca de São Domingos	57	18	-39
	Departamento Central de AC. Penal	1	68	67
São Vicente	Comarca de São Vicente	434	641	207
Santo Antão	Comarca de Ribeira Grande	8	47	39
	Comarca do Porto Novo	65	82	17
	Comarca do Paúl	11	7	-4
Sal	Comarca do Sal	397	88	-309
São Nicolau	Comarca de São Nicolau	11	20	9
Boa Vista	Comarca da Boa Vista	77	70	-7
Fogo	Comarca de São Filipe	110	57	-53
	Comarca dos Mosteiros	36	24	-12
Brava	Comarca da Brava	27	19	-8
Maio	Comarca do Maio	17	28	11
Total		2912	2573	-339

Em Cabo Verde, foi aprovado um regime excecional de suspensão de prazos dos processos judiciais e administrativos, bem como de funcionamento dos tribunais e aplicando aos processos

considerados não urgentes, o regime de férias judiciais.

Uma Abordagem de Direitos Humanos

Caixa 3

Em termos de justiça, Estado de direito e Governança, algumas recomendações-chaves para o curto prazo incluem as seguintes ações:

Violência Baseada em Género

São necessários esforços para manter e expandir os serviços relacionados VBG, especialmente implementando mecanismos fáceis de relatar situações no contexto de medidas de distanciamento social. É essencial proteger os gastos públicos em setores críticos, como GBV e saúde sexual e reprodutiva. Para conseguir isso, será importante identificar os principais exercícios de coleta de dados em andamento no país, incluindo pesquisas rápidas e trabalhar com equipes para garantir que os dados desagregados por sexo sejam coletados em todos os aspectos da resposta e, em particular, no impacto económico, incidência VBG e repercussões nos cuidados não remunerados. No geral, a recuperação usada para recuperar melhor, fortalecendo a resiliência socioeconómica pós-crise e abordando as desigualdades estruturais de género em diferentes áreas da economia (por exemplo, cuidados não remunerados) e da sociedade.

Governança

É importante promover mais intensamente a governança aberta e maior responsabilidade na prestação de serviços e na gestão financeira, além de aprimorar a capacidade técnica do sistema estatístico capaz de produzir informações e dados com frequência e qualidade para facilitar a formulação de políticas em um processo de planeamento coerente instituídas nacionais e locais, no âmbito da administração pública descentralizada, e monitoramento mais eficaz.

Direitos Humanos

O apoio deve garantir que as instalações, bens e serviços de saúde (incluindo testes e tratamento precoces da COVID-19 e outros serviços essenciais, como imunização, saúde sexual e reprodutiva, VIH-SIDA, Tuberculose, doenças não transmissíveis, como tratamentos para câncer e diabetes e apoio médico e psicológico a sobreviventes de violência de género) estejam disponíveis, fisicamente acessíveis, culturalmente aceitáveis e acessíveis a todos, sem discriminação, inclusive aos grupos com maior risco de serem deixados para trás. Há necessidade de comunicação específica sobre a prevenção da violência baseada em género e dos direitos humanos, atingindo principalmente idosos, pessoas com deficiência, migrantes, crianças, reclusos e pacientes hospitalizados. O direito à educação é garantido por cursos on-line, mas o desafio é que muitas famílias pobres podem não ter condições de ter computadores e internet e pais que podem não ter habilidades pedagógicas para apoiar a escolaridade de seus filhos.

Justiça

De facto, as prisões e outros estabelecimentos de detenção devem ser parte integrante do planeamento nacional de saúde emergencial para lidar com a pandemia. Medidas de preparação, prevenção e resposta em ambientes de custódia devem ser projetadas e implementadas de acordo com as orientações dedicadas desenvolvidas pela Organização Mundial da Saúde (OMS). Essas medidas devem incluir avaliações de risco específicas e planos de contingência medidas aprimoradas de controle de higiene e infeção; a disponibilidade ininterrupta de suprimentos relevantes, incluindo equipamento de proteção individual (EPI); estreitar vínculos com as autoridades locais e nacionais de saúde pública; bem como apoio e capacitação de funcionários penitenciários e profissionais de saúde. As respostas devem ainda ser integradas às estratégias gerais de saúde nas prisões para garantir que seja prestada atenção continuada às necessidades de saúde mais amplas da população prisional, incluindo outras doenças prevalentes.³²

32 | ONUDC, Position paper COVID-19 preparedness and responses in prisons-31 de Março 2020

Conclusões e recomendações preliminares



A pandemia do COVID-19 ameaça décadas de ganhos de desenvolvimento e exige uma resposta urgente e excepcional que envolvem três fases: mitigação, reestruturação e recuperação resiliente, todas articuladas com uma visão a mais longo prazo de desenvolvimento sustentável (Ambição 2030). A fase de mitigação engloba uma resposta imediata à ameaça sanitária imposta pelo COVID-19 e os seus impactos sociais e económicos imediatos. A fase de reestruturação concentra-se na reestruturação de empresas e setores e no reforço do sistema de saúde dando resposta a pressão causada pela pandemia. A fase de recuperação resiliente envolve o aproveitamento de novas oportunidades para construir um futuro mais sustentável, inclusivo e resiliente.

FASE DE MITIGAÇÃO: SAÚDE E PROTEÇÃO SOCIAL E RESPOSTA ECONÓMICA

Medidas de Proteção Social e Saúde

A principal preocupação é pôr em prática as medidas necessárias para a prevenção, deteção e tratamento da doença para salvar o maior número de vidas possível. Isto implica o aumento das despesas com os cuidados de saúde, a intensificação dos testes e monitoramento, a criação de condições logísticas, de pessoal e de proteção civil, bem como a compra de medicamentos. O estabelecimento de um canal de comunicação eficaz com a população é também fundamental para evitar a propagação do vírus.

Tendo em conta estes desafios, e embora o reduzido espaço fiscal, o governo precisa prosseguir o apoio ao setor da saúde para conter a pandemia, que implica num investimento adicional de 3 bilhões de escudos. Entre estas medidas destacam-se o reforço de verbas para medicamentos, reforço de recursos humanos e equipamentos de proteção dos mesmos, preparação das estruturas que incorporam o sistema nacional sanitário para dar resposta à COVID-19 e aquisição de uma aeronave para dar resposta à situação de emergência, assim como o reforço da capacidade dos laboratórios de virologia, em parceria com a UNICV e entidades privadas.

No âmbito da proteção social, apesar das medidas já adotadas, as 8.000 famílias previstas representam ainda apenas menos de metade das famílias da CSU. As transferências realizadas através do RSI de emergência deveria ser alargada a todas as famílias da CSU. Além disso, o apoio do RSO deve ser concedido por um período mais longo do que o inicialmente planeado de um mês, dado que os efeitos económicos negativos são mais duradouros. A médio prazo, será igualmente importante continuar a investir nos sistemas de proteção social tanto a contributiva, como a não contributiva, incluindo o alargamento da cobertura da CSU e assegurar que os sistemas sejam capazes de apoiar uma resposta eficiente a choques futuros. Outros investimentos em atividades de inclusão económica para reforçar a resiliência das famílias visadas serão igualmente importantes.

Medidas de apoio à economia

As respostas do Governo e do Banco Central ao impacto da crise da COVID sobre o setor financeiro e o acesso ao financiamento para as MPME são consideradas adequadas, uma vez que incluem incentivos poderosos para os bancos reestruturarem os empréstimos, mitigando assim o risco de falência das empresas e de perda de postos de trabalho. No futuro, as autoridades são encorajadas a conceber e implementar políticas destinadas a i) apoiar as instituições financeiras nos seus esforços para gerir novos empréstimos improdutivos ii) continuar a melhoria do ecossistema financeiro para estimular o crédito ao setor privado (sistema de informação de crédito, programas de garantia, apoio a criação de novas empresas, etc). Além disso, a fim de aumentar os indicadores de inclusão financeira, as autoridades são encorajadas a modernizar o sistema de pagamentos, bem como o quadro legal e regulamentar, e investir na construção de capacidade digital e alfabetização digital para uma ampla gama da população, incluindo jovens e mulheres empresárias informais.

O setor do turismo, que representa 25% do PIB e impulsiona o desempenho económico global, está severamente afetado pelas restrições mundiais às viagens e pelo encerramento total das fronteiras em Cabo Verde. A fim de assegurar uma forte retoma do turismo, o Governo pode criar uma Task Force da Crise desse setor, envolvendo o Ministério do Turismo, Instituto do Turismo e agências relacionadas e o setor privado, para trabalhar numa resposta coordenada, com o apoio dos parceiros de desenvolvimento. O Governo é encorajado a criar capacidade de inteligência de mercado a curto prazo, como um instrumento crítico para definir e compreender segmentos de mercado que devem ser alvo do esforço de recuperação, bem como preparar-se para a recuperação, tomando medidas para facilitar a entrada, tais como a redução ou o levantamento dos requisitos de vistos/taxas aeroportuárias e garantir que os procedimentos de chegada e partida estão em linha com as melhores práticas e diretrizes sanitárias e de saúde.

Além disso, o apoio dos parceiros de desenvolvimento deve ser mobilizado para a criação de programas de capacitação/qualificação (em particular em termos de competências digitais), bem como para a prestação de formação e certificação sanitária, para as MPMEs de turismo, alinhados com o objetivo apresentar Cabo Verde como um destino “seguro e limpo”. Apostar na capacitação “digital” das MPME´s é fundamental visto que a Indústria Turística está a transformar-se e os canais de informação e marketing estão a ganhar maior relevância. As MPME´s precisam de apoio para conseguirem entrar nos novos market places digitais de forma a alavancar o marketing e aumentar as vendas, e estes novos canais incluem Agências de Viagens Online (OTA´s), tais como a Viator Booking, e Mercados Peer-to-Peer (P2P), tais como a Airbnb Experiences e Getyourguide.com.

FASES DE REESTRUTURAÇÃO E RECUPERAÇÃO RESILIENTE: REESTRUTURAÇÃO DE EMPRESAS E SETORES, REFORÇO DO SISTEMA DE SAÚDE E PROMOÇÃO DO CRESCIMENTO SUSTENTÁVEL

Empresas, Setores e Sistema de Saúde

Para além do reforço do sistema de saúde, uma necessidade urgente é recuperar os motores de crescimento de Cabo Verde e “reinventar” a competitividade do país, adotando uma abordagem de adaptação as mudanças climáticas e usando a recuperação para fortalecer as economias verde e azul.

A médio prazo, é necessária uma agenda de reestruturação e recuperação resiliente do crescimento para recriar as condições para um crescimento sustentável e assegurar a responsabilidade fiscal. A agenda de recuperação pode assentar em quatro princípios básicos: i) investir numa recuperação mais rápida, incluindo planos para programas de estímulo setoriais específicos, principalmente nos criadores de emprego. As reformas para estimular novos investimentos e melhorar o ambiente de negócios serão fundamentais; ii) investir no crescimento sustentável que reduza a vulnerabilidade da economia a choques externos. Melhorar a qualidade do crescimento através da diversificação da produção económica e do aumento do capital humano. iii) investir na resiliência, para estar preparado para futuros choques económicos ou de saúde. Serão necessárias reformas políticas para adotar sistemas de saúde universais e fiscalmente sustentáveis, reforçar a resiliência da produção alimentar e pecuária, e reconstruir espaços fiscais para melhor lidar com futuros choques. iv) as principais tecnologias digitais, que demonstraram ser fundamentais para enfrentar a crise e podem apoiar o posicionamento de Cabo Verde como um centro digital regional. As plataformas tecnológicas podem ajudar a promover a inovação e os serviços de saúde, a prestação de serviços de educação, a inclusão financeira e uma vasta gama de serviços governamentais.

Coordenação multisectorial e multinível e Quadro Integrado Financeiro de Desenvolvimento

O impulso criado pela coordenação entre Governo, entidades da ONU e parceiros internacionais para a resposta imediata ao COVID-19 é uma oportunidade para aprofundar a harmonização do planeamento, programação, monitoramento e financiamento para a recuperação e o desenvolvimento sustentável. Esta institucionalização, no âmbito do Sistema Nacional de Planeamento e com participação da sociedade civil e do setor privado, pode consolidar a monitorização constante do impacto da crise e da resposta das autoridades nacionais e locais, bem como a construção do próximo PEDS e a implementação da Ambição 2030, dentro de uma abordagem todo-Governo, toda-sociedade. A articulação com o apoio dos parceiros internacionais poderá prosseguir a integração dos parceiros internacionais no sistema de planeamento e no orçamento nacional, e a coordenação entre esses parceiros, possivelmente trazendo novas parcerias.

Basado nas plataformas de localização dos ODS existentes, pode-se reforçar a participação das autoridades locais, sociedade civil, setor privado e Universidades, dentro uma abordagem de governança multinível que coloque a convergência entre as ilhas no centro do processo.

Uma estrutura institucional multissetorial e multinível permitirá a definição de objetivos comuns inclusivos e integrados para a resposta, recuperação e desenvolvimento sustentável, e projetos orçamentados e programas para alcançar esses objetivos, num processo liderado pelo governo e apoiado pela ONU envolvendo todos os parceiros. Este processo deverá ter como base o PEDS 2017-2021 e a sua avaliação, a avaliação contínua do impacto da COVID-19 no processo de desenvolvimento e o Plano Nacional de Resposta e Recuperação e na Estratégia Nacional Ambição 2030.

O Quadro de Financiamento Nacional Integrado (INFF) a ser elaborado este ano apoiará o processo com uma avaliação do financiamento do desenvolvimento e uma estratégia de financiamento para resposta, recuperação e ODS / desenvolvimento sustentável. Analisará as potencialidades de otimização e mobilização de investimentos de diversas fontes - finanças públicas, setor privado nacional e bancário, investimentos estrangeiros diretos, ajuda oficial ao desenvolvimento e outros fluxos oficiais -, e por meio de diferentes processos e mecanismos, incluindo instrumentos de financiamento inovadores.

Crescimento sustentável

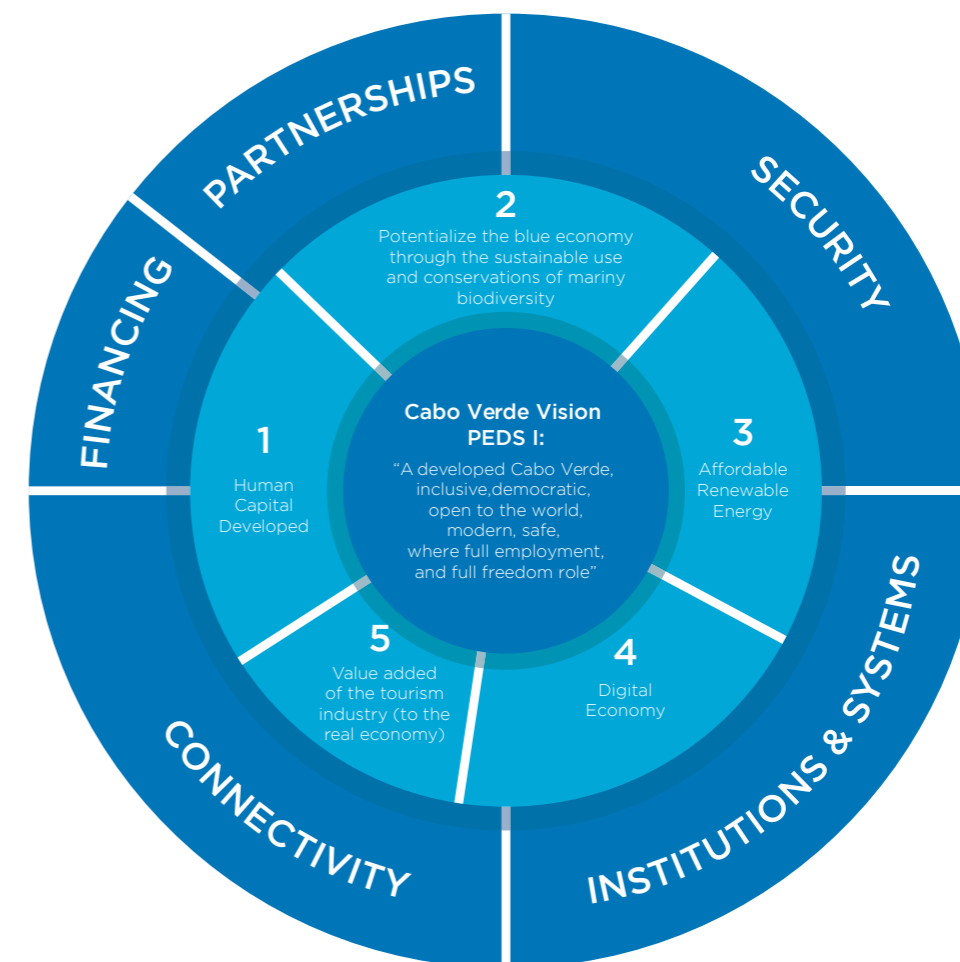
Ao aprofundar as vulnerabilidades estruturais de Cabo Verde como SIDS, especialmente ligadas as limitações em termos de oportunidades de diversificação económica, espaço fiscal e resiliência a choques externos, a crise da COVID-19 exige a utilização ótima de recursos e oportunidades para impulsionar a recuperação e o desenvolvimento sustentável. No âmbito da estratégia Ambição 2030 e duma revisão do PEDS 2017-2021, o Governo e os seus parceiros - sector privado, sociedade civil, Universidade, autoridades locais, parceiros internacionais - precisam de trabalhar em conjunto para a priorização e implementação eficiente de soluções de políticas e investimentos para ReConstruir Melhor (BBB), reforçando o Sistema de Saúde, Educação e Proteção Social, impulsionando a geração de empregos/rendimentos e a adaptação às mudanças climáticas e facilitando a adaptação ao novo normal, ao mesmo tempo que melhora a governança e os direitos humanos.

A médio prazo, é fundamental reforçar o investimento na diversificação da economia, com o avanço da economia azul, economia verde e economia digital, bem como do setor turístico, para aumentar a sua resiliência a choques potenciais e atuando como pivô para as demais cadeias de valores, principalmente por permitir economias de escala. Esta crise pode ser uma oportunidade para abordar as distorções nesse setor, de forma a reforçar a sua resiliência económica. Isto inclui aumentar a participação doméstica no setor e expandir o seu alcance para além das duas

ilhas de Sal e Boa Vista. Isto deve ser alinhado com os Planos Diretores de Turismo específicos de cada ilha, e exigirá investimento no desenvolvimento de novos produtos, marketing de destinos, desenvolvimento de organizações locais de gestão de destinos, desenvolvimento de bens existentes ou novos (marcos e eventos culturais, trilhas para caminhadas, património imaterial, etc).

FIGURA 23

Ilustração das relações entre os aceleradores dos ODS



Os **aceleradores dos ODS** são cinco: **1) capital humano** (saúde, educação, treinamento vocacional, proteção social e habilidades da diáspora); **2) Digitalização e Inovação** (produção de soluções digitais para serviços públicos e empresas e implantação de sistema de inovação); **3) Energias Renováveis** (aumentando a participação das energias renováveis na matriz energética, reduzindo as perdas de energia e melhorando a acessibilidade da água); **4) Economia azul** (melhoria do uso sustentável dos recursos marinhos e P&D e finanças oceânicas); e **5) Turismo sustentável e cadeias de valor locais** (agregando valor aos produtos locais e conectando-os à procura relacionada ao turismo).

É importante estimular o desenvolvimento de novos produtos e atividades turísticas, visando estimular o desenvolvimento de produtos alinhados com os mercados target, providenciar formação e assistência técnica, doativos de contrapartida (matching grants) e desenvolver produtos tradicionais e de experiências. Igualmente, é importante melhorar a capacidade de atrair e orientar o IDE turístico, com mais promotores em segmentos diferentes, mas para isso é necessário concluir os Planos de Ordenamento Territoriais (POT-s) e os Planos de Ordenamento das Orlas Costeiras (POOC-s) em todas as ilhas, regulamentando o uso sustentável das diferentes ZDT-s e de outras zonas com elevado potencial turístico.

Alavancar as ligações entre o setor turístico e o setor agro-pesqueiro nacional será um importante ganho visto que apenas cerca de 5 a 10% das necessidades alimentares dos grandes operadores turísticos são adquiridas localmente. Estes manifestaram interesse em maiores níveis de sourcing local, desde que fossem garantidas a continuidade e segurança alimentar (certificação) da cadeia de abastecimento. Os produtos identificados com vantagem competitiva e comparativa que poderiam ser cobertos num programa integrado de desenvolvimento de fornecedores locais incluem, entre outros: vegetais e frutos frescos locais, peixe fresco, laticínios processados (iogurtes, leite), ovos e bebidas engarrafadas. Por fim, é importante criar Grupos de Diálogo Público-Privado (a nível de destino), pois há um número limitado de representantes de stakeholders públicos e privados e necessidade de definir de forma clara as regras-base, objetivos, e intervenções conjuntas. Para isso deve-se utilizar um facilitador neutro e profissional e reunir de forma frequente e medir o progresso em intervalos definidos.

Juntamente com os cinco aceleradores de ODS, diferentes esforços transversais podem atuar como alavancas para o desenvolvimento sustentável, como a **descentralização e a localização dos ODS**, adaptando a prestação de serviços públicos e as oportunidades económicas às necessidades e potencialidades de cada ilha; a **adaptação às mudanças climáticas**, reforçando os sistemas agrícolas e pesqueiros para criar resiliência diante de secas e acidificação dos oceanos e ajudando o país a monitorar o impacto das mudanças climáticas para tomar decisões de adaptação e aceder a financiamento climático; e o reforço da **Justiça e Segurança Humana**, protegendo e promovendo os direitos humanos e o acesso à justiça para todos, boa governança, aplicação eficiente da lei, habitação digna, acesso equitativo aos recursos naturais e proteção contra desastres naturais e segurança alimentar.

O **SDG Roadmap identifica sete facilitadores**, capazes de influenciar positivamente os aceleradores do Desenvolvimento Sustentável. Esses facilitadores são **(i)** ecossistema de finanças e desenvolvimento de negócios; **(ii)** infraestrutura de transporte inter-ilhas confiável e sustentável; **(iii)** capacidade do Estado de criar e manter um ambiente favorável ao desenvolvimento e investimento do setor privado; **(iv)** infraestrutura de conectividade de banda larga nas ilhas; **(v)** cobertura universal de serviços de governo eletrónico; **(vi)** dados para monitorizar o impacto dos aceleradores e **(vii)** boa governança. Estes facilitadores cobram particular relevância no período pós-COVID, e terão que ser tomados em conta na agenda política das próximas semanas.

Oportunidades e vetores de desenvolvimento

Para aproveitar as oportunidades ligadas a reestruturação e recuperação resiliente e aos aceleradores dos ODS, será preciso:

Prosseguir o esforço de recolha e análise de dados, a definição de indicadores e a instalação de um sistema de inovação. Este teria que ter lugar numa abordagem de consolidação do Sistema Nacional de Planeamento, coordenando também a recolha, análise e utilização estratégica dos dados por todos os atores públicos e privados relevantes, em primeiro lugar a Universidade. Esta análise de qualidade desde múltiplas fontes coordenadas pelo Ministério de Finanças e o INE-CV, contribuirá para informar decisões difíceis a serem tomadas pelo governo nacional nos futuros meses, priorizando o investimento público em um contexto de redução do espaço fiscal, e canalizando investimento privado para a recuperação e o desenvolvimento sustentável. A inovação ajudará a otimizar a eficiência dos investimentos públicos e privados e a desencadear novas soluções de recuperação resiliente e desenvolvimento.

Continuar a capacitação institucional e a melhoria das ferramentas de gestão, com base nas TIC e visando a digitalização da administração pública e prestação de serviços, especialmente para a administração pública, e os sistemas de proteção social, saúde e educação. Poderia ser considerada também a aquisição coletiva de equipamentos de saúde e medicamentos, bem como de soluções tecnológicas para os setores de saúde, educação, proteção social e setor privado, com outros países de África ou outros SIDS.

Promover a inclusão de género e juventude, apoiando a formulação de políticas com perspectiva de género e programas-piloto para abordar as desigualdades socioeconómicas de género, direitos sexuais e reprodutivos e saúde materna e desemprego juvenil. Um foco especial deverá ser colocado na alfabetização digital e financeira, inclusão financeira, desenvolvimento de pequenas empresas e adaptação ao novo normal (inclusive por meio de treinamento, equipamentos e bolsas).

Consolidar o **apoio holístico aos sistemas locais de agricultura e pesca**, por meio do acesso à água, crédito e mercados, e adaptação às mudanças climáticas (seca em particular), bem como a organização (cooperativismo), para combater a pobreza extrema rural e não deixar ninguém para trás. Isso significará capacitação ao longo das cadeias de valor e conexão com os consumidores - incluindo grandes estruturas, como restaurantes e hotéis, para substituir cadeias de valor globais interrompidas por cadeias de valor locais.

Explorar as **possibilidades ofertas pela integração regional**, reforçando a cooperação sul-sul, advocacia conjunta, aprendizagem entre pares e desenvolvendo ideias para reforçar as cadeias de valor regionais e o comércio. A nível global, apoiar o envolvimento da diáspora através da mobilização de apoio financeiro e experiência.

Impulsionar a mobilização de novos fontes de financiamento para a recuperação e o desenvolvimento sustentável, através da otimização das receitas e investimentos públicos, a conceção e implementação piloto de instrumentos de financiamento inovadores, a criação de condições e indicadores para o acesso ao financiamento climático e concecional, o reforço de uma ambiente para diversificar os investimentos estrangeiros diretos, especialmente os investimentos “*green-field*”, ou seja a instalação de uma sucursal no país por multinacionais que poderiam utilizar o país como plataforma.

Financiamento da recuperação e do desenvolvimento sustentável

O financiamento do desenvolvimento sustentável, seja através de despesa pública ou de investimento privado, doméstico ou estrangeiro, está e continuará a ser submetido a grandes constrangimentos na fase de recuperação. As **receitas públicas** não recuperaram os seus níveis pré-crise antes de 2022, no melhor cenário, e as **despesas públicas** continuaram a sentir a pressão dos sistemas de saúde, proteção social, educação e do apoio as empresas e ao rendimento. Este espaço fiscal reduzido exige priorização e otimização dos recursos públicos. O investimento privado doméstico, assim como o consumo, deveria ser encorajado através de incentivos e de reforço do ambiente de negócios e do ecossistema de serviços ao setor privado, assim como da promoção das parcerias público-privadas (PPP). O regime do Investimento Estrangeiro Direto (IED) também poderia ser melhorado, e o processo do Fórum de Investimentos reiniciado e impulsionado.

Espera-se que o apoio financeiro às empresas de turismo venha através dos instrumentos gerais do setor privado estabelecidos pelo governo, em termos de garantias de empréstimos, bem como assistência técnica na reestruturação da dívida, etc. Embora mantendo a abertura externa, é importante avançar com reformas económicas que desbloqueiem o potencial interno e mobilizar os recursos endógenos. Um conjunto de medidas estão já previstas para esse efeito, nomeadamente um reforço das bases competitivas digitais e aceleração das reformas da Governação Digital, apoio às Câmaras Municipais na criação de instrumentos de apoio ao endividamento sustentável, reforço do programa de mitigação do ano agrícola, e reforço dos instrumentos de resiliência (Fundo Nacional de Emergência; Fundo Soberano de Emergência, Fundo Soberano de Garantia).

A perspetiva de longo prazo: Ambição 2030

A longo prazo, as mudanças institucionais centradas na descentralização e na diversificação tornarão os sistemas sociais e económicos mais resistentes a flutuações abruptas nas fontes internacionais de receita. Empreendedores locais, MPME e start-ups devem encontrar o tipo certo de ambiente incentivador através do acesso a financiamentos sustentáveis. O clima de investimento deve se tornar menos avesso ao risco, melhorando o financiamento bancário. Sim-

ples injeções de capital de cima para baixo no sistema bancário não resolverão os desafios locais, principalmente na ausência de mudanças estruturais nos mercados de crédito doméstico. Obrigações verdes, azuis e sociais, bem como outras formas de investimento de impacto, podem ajudar a aumentar a concorrência no sistema financeiro, pressionando o sistema financeiro a assegurar o crédito.

Assim como o mercado interno deve ser diversificado, os parceiros comerciais externos também o devem ser. A dependência de uma região e setor cria vulnerabilidades. Cabo Verde deve utilizar o seu posicionamento geográfico estratégico para atuar como um ponto de articulação entre a África, a Europa e as Américas. Isso exigirá tarifas baixas e restrições mínimas ao comércio entre regiões. Também exigirá investimento na economia azul, incluindo portos e outras infraestruturas marítimas, e na economia digital para manter pessoas, mercados e ideias conectados. Com o tempo, inovação e criatividade - adaptadas aos contextos locais - devem levar ao desenvolvimento espontâneo de cadeias de suprimentos locais e regionais. Devido à diversidade inerente, estes devem ter uma melhor chance de persistir e manter empregos, mesmo em tempos de crise.

Para recuperar melhor depois da crise, a mudança institucional pode oferecer um caminho para tornar as estruturas do mercado mais resilientes e financiamento sustentável capaz de suportar choques sistêmicos regionais e globais. Ao adotar um ponto de vista mais local, centrado na descentralização e diversificação do setor, os SIDS, como Cabo Verde, poderão traçar um percurso mais sustentável e inclusivo.

Desde o início da pandemia, o governo analisou a necessidade de estruturar uma resposta de apoio e recuperação da pandemia na visão de longo prazo, contida na agenda estratégica para o desenvolvimento sustentável, a Ambição 2030. Nesse contexto, apontou questões relacionadas com a segurança humana em todo os sentidos, sanitária, saúde e física, atendendo às vulnerabilidades do país e aumentar a resiliência e redução de custos, bem como tudo o que tem a ver com economia verde, criação de uma cadeia de valor que ligue todos os setores, nomeadamente na agricultura com o turismo, permitindo mudança das condições de vida no campo e no mundo rural. Outro elemento-chave, dada a demografia do país e a incidência da COVID-19, o apoio ao emprego jovem foi considerado uma questão essencial no futuro. E esse futuro mais resiliente e mais competitivo foi visto como vinculado à economia azul, a economia digital, como aceleradores essenciais para o futuro do país. Alianças e parcerias estratégicas, além do apoio e engajamento do setor privado nacional, foram abordados para que o tal setor se alinhe com os requisitos do futuro e que devem ser bem gerenciados, bem governados, focados na produção, exportações e criação de valor, também devem fazer parte das soluções na construção do roteiro para 2030.

Esta Ambição 2030 vincula o desenvolvimento do país aos Objetivos Internacionais de Desenvolvimento Sustentável, conforme internalizados no Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável (PEDS) 2017-2021. Como indicado na declaração oficial, o país identificou cinco aceleradores para acelerar a conquista dos ODS.

O desafio agora enfrentado pelo país é fazê-lo num ambiente nacional e global substancialmente diferente e persegui-lo de maneira consistente com a minimização de impactos humanos negativos, preservar a saúde, iniciar uma recuperação económica o mais rápido possível e garantir parcerias, cooperação e solidariedade sólidas - seus parceiros comerciais, políticos e económicos. Por outras palavras, alinhando com o que o Secretário-Geral das Nações Unidas indicou como pilares para uma recuperação pandémica. Destacam a Saúde (proteção dos sistemas e serviços de saúde durante a crise), as Pessoas (proteção social e continuidade dos serviços básicos), a Resposta e recuperação económica (proteção do emprego, PME e trabalhadores do setor informal), a Resposta macroeconómica e colaboração multilateral e Coesão social e resiliência comunitária.

Finalmente, é preciso prosseguir o esforço de avaliação do impacto nas diferentes ilhas, pessoas e setores, e nas finanças públicas, ao longo dos meses que estão para vir.